



Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras

## **Diplomacia entre Tensões**

O posicionamento diplomático português perante o 'anti germanismo' francês no pós-  
Primeira Guerra Mundial.

Mestrado em História, Especialidade em História Moderna e Contemporânea

Vinícius de Souza Albuquerque Machado

Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre, orientada por  
Teresa Maria e Sousa Nunes.

2024



## Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha família pelo apoio incondicional em todos os momentos desta jornada. Aos meus pais, por sempre acreditarem em mim nos momentos em que eu duvidava dos meus sonhos. Aos meus avós, pelo amparo caloroso, distante ou perto. Às minhas tias, pelo acolhimento comparável apenas ao de uma mãe. À minha irmã, que sempre foi e sempre será a minha melhor amiga e melhor companhia. À minha namorada, que me trouxe leveza e calma para passar por períodos atribulados com facilidade.

À minha orientadora Teresa Maria e Sousa Nunes, pelas lições e ensinamentos dentro e fora das salas de aula, pela receptividade ímpar e pelo direcionamento impecável no decorrer deste trabalho.

Aos professores que fizeram parte do meu percurso acadêmico, por fortalecerem em mim o amor pela História.

E finalmente, a todos os meus amigos, pelos merecidos momentos de descontração e descanso, e também pela cobrança e auxílio na mesma medida.

Sem vocês, nada disso seria possível.

## Resumo

A rivalidade franco-alemã pautou a política internacional europeia no período compreendido entre o fim da Grande Guerra e o ano de 1925, ano em que foram assinados os Tratados de Locarno e esta disputa foi atenuada. Alimentada pelos rigorosos termos do Tratado de Versalhes, esta hostilidade teve as suas origens no século XIX, após a Guerra Franco-Prussiana, cujo resultado viu a queda do Império Francês de maneira humilhante ao passo que permitiu a formação do Império Alemão, que dominou o cenário internacional europeu até o século seguinte. Sob a liderança de figuras fortes como o Chanceler Otto von Bismarck e o *Kaiser* Guilherme II, a Alemanha alcançou patamares inéditos na sua história, tendo passado por períodos de imensa prosperidade, desenvolvimento tecnológico e crescimento populacional. No entanto, com o receio de uma ação vingativa por parte da França, Bismarck aplicou um isolamento internacional na nação derrotada, usando de métodos como o estabelecimento de uma Aliança com os principais aliados franceses em potencial para reforçar este posicionamento.

Esta rivalidade foi alimentada durante mais de quatro décadas, agravada por eventuais episódios de tensão entre ambas as nações, dando origem a crises que resultavam na deterioração do cenário político internacional. Com a ascensão do *Kaiser* Guilherme II, a política de contenção à França foi abandonada, o que permitiu que a mesma se aproximasse da Rússia e concretizasse uma nova aliança. Posteriormente, a Inglaterra também reatou seus laços com os franceses, dando origem à Tríplice Entente. A disputa entre blocos na Europa e a sua complexidade culminaram na Grande Guerra e em dezenas de milhões de mortos.

Aquando do fim do conflito, Portugal se encontrava numa situação de instabilidade institucional, económica e financeira que se mostrou muito presente no decorrer da I República Portuguesa. Este trabalho estuda a relação luso-francesa perante este ambiente hostil entre duas das principais potências de então, atendo-se ao que era debatido das sessões do Parlamento da República e na repercussão das ações e acontecimentos relativos aos governos francês e português.

**Palavras-chave:** Diplomacia; Entreguerras; Tensão; França; Alemanha; Portugal.

## Abstract

The Franco-German rivalry dominated European international politics between the end of the Great War and 1925, the year of the signing of the Locarno Treaties, which marked the mitigation of this dispute. Fueled by the harsh terms of the Treaty of Versailles, this hostility had its origins in the 19th century, following the Franco-Prussian War, which resulted in the humiliating fall of the French Empire and allowed for the formation of the German Empire, which dominated the European international stage until the following century. Under the leadership of strong figures such as Chancellor Otto von Bismarck and *Kaiser* Wilhelm II, Germany reached unprecedented levels in its history, experiencing immense prosperity, technological development and population growth. However, fearing vengeful action from France, Bismarck enforced international isolation on the defeated nation, employing methods such as forming an alliance with France's main potential allies to reinforce this stance.

This rivalry was sustained for over four decades, exacerbated by occasional episodes of tension between the two nations, leading to crises that deteriorated the international political scenario. With the rise of *Kaiser* Wilhelm II, the policy of containing France was abandoned, allowing its approach with Russia and the establishment of a new alliance. Subsequently, England also renewed its ties with the French, leading to the formation of the Triple Entente. The bloc rivalry in Europe and its complexity culminated in the Great War and resulted in tens of millions of deaths.

After the end of the conflict, Portugal was in a state of institutional, economic and financial instability, very evident throughout the First Portuguese Republic. This study examines the Luso French relationship within this hostile environment between two of the major powers of the time, focusing on debates in the sessions of the Portuguese Republic's Parliament and the repercussions of actions and events related to both of the governments being analyzed.

**Keywords:** Diplomacy; Interwar; Tension; France; Germany; Portugal.

# Índice Geral

## INTRODUÇÃO 1

### 1. CONTEXTO HISTÓRICO 4

1.1	AS ORIGENS DA RIVALIDADE ENTRE FRANÇA E ALEMANHA E SEU DESENVOLVIMENTO.....	4
1.2	GUERRA FRANCO-PRUSSIANA – A TEMPESTADE PERFEITA .....	8
1.3	A NEGOCIAÇÃO DA PAZ, A HUMILHAÇÃO FRANCESA E A UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA .....	10
1.4	A LIGA DOS TRÊS IMPERADORES E O INÍCIO DA POLÍTICA DE ALIANÇAS.....	12
1.5	O COLONIALISMO COMO ESTRATÉGIA DE DISSUAÇÃO E O FENÓMENO DO BOULANGISMO .....	18
1.6	O FIM DO SISTEMA DE BISMARCK E O SEU LEGADO.....	23
1.7	A NOVA ERA DO IMPÉRIO ALEMÃO .....	28
1.8	CHOQUE DE IMPERIALISMOS .....	32
1.9	O PRELÚDIO DA GUERRA .....	39
1.10	O TRATADO DE VERSALHES E SUAS REPERCUSSÕES .....	42
1.11	AS RELAÇÕES ENTRE FRANÇA E ALEMANHA APÓS A PAZ DE VERSALHES.....	48

### 2. RELAÇÕES POLÍTICAS: A FRANÇA E O PARLAMENTO PORTUGUÊS 55

2.1	A GUERRA E AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PORTUGAL E FRANÇA PÓS-1918.....	56
2.2	ENSINO DE AGRICULTURA NA FRANÇA E A ADESÃO DESTE MODELO EM PORTUGAL .....	68
2.3	POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE GOVERNO.....	69
2.4	IDEOLOGIA(S) E CULTURA FRANCESAS NO CONGRESSO .....	72
2.5	DA INSTABILIDADE NAS RELAÇÕES ECONÓMICAS .....	74
2.6	A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA.....	94

## CONCLUSÃO 101

## FONTES, BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA 108

# Introdução

A relação franco-alemã durante a década de 1920 se trata de um dos fatores mais importantes para a política internacional europeia no período imediatamente após a Grande Guerra. A posição francesa era clara: a Alemanha deveria pagar um preço altíssimo pelas suas atrocidades e pela destruição humana e material causada pelos ferozes combates entre os anos de 1914 e 1918.

Por meio do Tratado de Versalhes, foi imposta à Alemanha uma pesada indenização de guerra e grandes limitações territoriais e militares, para garantir que um cenário de tamanha devastação não se repetisse. No entanto, passados alguns anos após a elaboração do documento, a Alemanha não parecia ter sido afetada da forma que o governo francês esperava, pois, a capacidade industrial alemã equiparava-se à francesa. A manutenção do poderio fabril alemão era um empecilho para o plano francês de alcançar o *status* de grande potência europeia após o fim do conflito<sup>1</sup>.

As origens destas relações conturbadas são datadas do século XIX, após a humilhação francesa na Guerra Franco-Prussiana e as políticas levadas a cabo pelo recém-formado Império Alemão—que visavam o isolamento internacional e enfraquecimento francês. Este cenário gerou um sentimento antigermânico em França, alimentado durante décadas num período repleto de incidentes internacionais, alianças, contra-alianças e conflitos de interesses. A Grande Guerra, mesmo que não tenha sido diretamente causada por esta rivalidade, configurou a epítome da mesma, já que anteriormente havia passado por episódios que apenas traziam um ideal conflituoso à tona, nunca tendo avançado deste estágio. Após o fim dos combates no ano de 1918, a relação entre ambos os países foi de grande animosidade durante parte da década seguinte, dotada de cobranças francesas em relação ao pagamento indemnizatório alemão, uma ocupação militar franco-belga na bacia do Ruhr e eventuais tentativas de reconciliação, ora efetivas, ora nem tanto.

Paralelamente, Portugal se encontrava num momento também delicado na sua história. Desde a implementação da República a 5 de outubro de 1910, a instabilidade governamental se mostrou um elemento característico do período, com diversos governos democráticos, alguns ditatoriais e inúmeros governantes. Contudo, esta carência de um

---

<sup>1</sup> MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Edições 70, Lisboa, 2007, p. 12.

governo sólido no poder não foi suficiente para fazer com que Portugal não participasse da Grande Guerra, tendo o feito ao lado da Tríplice Entente a partir do ano de 1916.

Vencida a guerra para as chamadas “Potências Aliadas” e tendo este contexto em consideração, põe-se a pergunta: como foram as relações diplomáticas entre Portugal e França entre a assinatura do Armistício e o final abrupto da I República? O objetivo desta dissertação é responder tal questionamento, e para um melhor entendimento das motivações francesas relativas ao anti germanismo, foi feito um contexto histórico abrangente, de maneira a compreender os antecedentes das guerras de formação do Império Alemão no século XIX -de grande importância para o surgimento da rivalidade entre ambos os países-, se estendendo até as vésperas da Grande Guerra e seus desdobramentos.

A política externa alemã do período foi escolhida como fio condutor do Contexto Histórico com base na sua dominância exercida nas relações internacionais europeias, bem como ao isolamento diplomático exercido na França, efetivamente executado por Otto von Bismarck, Chanceler alemão até 1890. Contudo, para não evadir em grande parte do tema central deste trabalho, deve-se salientar que foram abordados apenas os assuntos da política externa imperial direta ou indiretamente relacionados à França, que justifiquem o ressentimento desta com a potência recém-unificada. Temas como a Liga dos Três Imperadores, a problemática em relação à Alsácia-Lorena, o Colonialismo, o Boulangismo e as Crises Marroquinas de 1905 e 1911 são alguns dos exemplos que serão abordados ao longo deste estudo. Também foi feita uma análise dos artigos do Tratado de Versalhes, de forma a evidenciar aqueles que se mostraram mais ríspidos para com a Alemanha, sendo efetivamente os indicadores da concretização da *revanche* francesa que, desde o ano de 1871, estava em amadurecimento. Por último, explicitou-se as relações turbulentas entre França e Alemanha após a assinatura da Paz, consequência da severidade dos termos do documento.

Relativamente ao trabalho investigativo, foi feito um levantamento de documentação física e digital, destacando-se os acervos do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Debates Parlamentares, respetivamente. Assim, foi possível identificar as políticas adotadas pelo governo em relação ao posicionamento internacional de Portugal e as respetivas reações dos representantes eleitos pelo povo português. Foram feitas divisões com base nas temáticas das intervenções parlamentares para melhor alocá-las, usando a documentação

encontrada e eventuais biografias sumárias de políticos e membros do governo citados como suporte ao texto, para uma melhor compreensão.

Sobre a relação franco-portuguesa, a obra existente que melhor aborda o assunto se chama *Les relations franco-portugaises (1910-1926)*, escrita por Jean Derou, datada de 1987. Tal estudo em língua francesa, disponível gratuitamente *online*, compreende a relação entre ambas as nações durante todo o período de existência da I República Portuguesa, de forma a abranger os aspetos políticos e económicos do período. É uma leitura completa e abrangente, dotada de um capítulo exclusivamente voltado para o tema das relações económicas entre os dois países. No entanto, não aborda as origens da rivalidade franco-alemã e o carácter exemplar associado à França no parlamento português. Desta forma, esta dissertação possui o intuito de explorar não apenas estes aspetos não desenvolvidos por Derou, como também visa incluir elementos que igualmente foram apresentados pelo mesmo, porém, com um detalhamento voltado para as reações dos parlamentares em relação aos acontecimentos e desdobramentos da relação franco-portuguesa. No tocante ao levantamento feito sobre outros trabalhos acerca do tema, não configuram outras obras e estudos de grande relevância.

# 1. Contexto Histórico

## 1.1 As origens da rivalidade entre França e Alemanha e seu desenvolvimento

Como indicado na Introdução, em prol de uma compreensão mais abrangente das motivações francesas por trás das ações de cunho irredutível relativas à imposição do Tratado de Versalhes à Alemanha, será necessário recuar na linha temporal até fins da década de 1860 e início da década de 1870, especificamente para as consequências da Unificação Alemã e para a Guerra Franco-Prussiana que veio a ocorrer em decorrência do cenário internacional pós-unificação.

Deve-se salientar que nesta janela temporal o prestígio de Napoleão III não era o mesmo dos anos anteriores, vindo de sucessos como as vitórias a favor da causa independentista e unionista na Itália, personagem esta descrita por Ralph Flenley como “almost an interferer by definition”<sup>2</sup>. Em decorrência da desastrosa campanha no México (1861-1867) e outros fatores internos, o monarca francês era alvo de críticas no contexto doméstico. O Imperador deu especial atenção para o desenvolvimento do que viria a ser a Guerra Austro-Prussiana, estando claro que não era apenas o perigo que a unificação de um território sob a liderança da poderosa Prússia na fronteira com a França significava; mas também a oportunidade que se apresentava para a revitalização do prestígio imperial em decadência nos anos anteriores por meio de uma guerra num território vizinho, o que possibilitaria uma maior protagonização da França no contexto europeu.

Por mais que a Áustria fosse considerada uma grande potência da época, o então Ministro Presidente da Prússia Otto von Bismarck tinha noção da possibilidade de uma guerra entre austríacos e prussianos, e enxergava a mesma como uma oportunidade de distanciar a Áustria da eventual unificação da Alemanha ao passo que o poder e território prussianos viriam a aumentar em decorrência da mesma<sup>3</sup>. O Imperador francês acompanhou atenciosamente o conflito entre ambas as nações, mantendo conversas simultâneas com os dois oponentes. Bismarck estava a par das intenções francesas por meio de um enviado oficial, que por sua vez informou o ministro-presidente prussiano

---

<sup>2</sup> FLENLEY, Ralph, *Modern German History*, J. M. Dent & Sons, Londres, 1964, p. 220.

<sup>3</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 218.

das conversas que a França mantinha com a Áustria e da proposta francesa que, caso aceita por Viena, excluiria o território austríaco da Alemanha; formaria uma Federação Alemã do Norte sob a liderança prussiana e manteria a independência dos estados do Sul. O enviado explicitou a vontade imperial, esta que esperava a aceitação da proposta pela Prússia e o término das hostilidades, dando um prazo de cinco dias para fazê-lo<sup>4</sup>.

A proposta imperial também propunha a sua neutralidade no conflito prussiano com a Áustria, e em troca da neutralidade, a França desejava receber compensações na forma da retificação das fronteiras desenhadas no contexto pós-napoleônico em 1815<sup>5</sup>. Desta forma, Napoleão III pensava estar numa posição privilegiada de moderador entre os austríacos e prussianos por manter conversas com ambos, tendo aspirações de intervir no conflito que então se pensava ser longo e desgastante. Bismarck tinha conhecimento da falta de rivalidade do imperador francês tanto com a Prússia quanto com a causa da nacionalidade alemã. No entanto, o mesmo certamente seria contra a completa unificação alemã sob a liderança prussiana ou qualquer perturbação do equilíbrio dos poderes na Europa Central, tendo em simultâneo a aspiração de conquistar alguma forma de extensão territorial vinda da Prússia em direção ao Reno<sup>6</sup>. O conflito se inicia no dia 14 de junho de 1866, todavia, contraria as expectativas ao se mostrar breve e derradeiro, tendo a vitória prussiana em Königgrätz no dia 3 de julho do mesmo ano sido de grande importância para definir o desfecho da guerra. A paz foi assinada no dia 26 de julho, determinando não apenas o fim da Guerra das Seis Semanas, bem como a derrota da Áustria e seus aliados<sup>7</sup>.

Com o desfecho do conflito, a Áustria e seus estados aliados (Baden, Württemberg, Bavária e Saxônia) mantiveram as suas fronteiras intactas, enquanto a Alemanha anexou territórios como o eleitorado de Hesse e Hannover; tendo Bismarck mantido os territórios ao sul do rio Reno independentes. Contudo, não permitiu que a sua independência fosse utilizada contra a Prússia ou que tais regiões se tornassem estados-satélite da França, e desta forma pôs uma cláusula nos tratados assinados para que, em

---

<sup>4</sup> CRAIG, Gordon A., *Germany: 1866-1945*, Oxford University Press, Oxford, 1989, p. 4.

<sup>5</sup> ROUGERIE, Jacques, "Le Second Empire" in DUBY, Georges (dir.), *Histoire de la France*, vol. III, Librairie Larousse, Paris, 1995, p. 95.

<sup>6</sup> FLENLEY, *Modern German History*, pp. 220-221.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 221.

caso de guerra, a estrutura ferroviária e militar dos territórios em questão ficasse sob controle prussiano<sup>8</sup>.

Napoleão III não obteve os resultados que desejava na negociação, já que ansiava pela formação de um *Bund* independente para os estados da Alemanha do Sul, tendo Bismarck concordado com esta medida ao passo que tenha tomado estas decisões de cunho ofensivo-defensivo em simultâneo para evitar futuros incidentes bélicos com a França ou com estes estados<sup>9</sup>.

Como resultado das negociações de Paz, a Prússia tinha sob seu controle a maior parte dos territórios ao norte do rio Meno e cerca de 4/5 da sua população total. Com isso, Bismarck pôs como objetivo a adesão à Federação -estabelecida após as conversas de paz com a Áustria e a França- de estados como a Saxónia, Hesse-Damstadt, Hamburgo, Bremen e outros que não estavam à sua alçada. Desta forma, foi criada a Confederação da Alemanha do Norte, aonde tais estados fora da Prússia se viram forçados a aderir à Confederação, com a criação de um parlamento eleito de forma popular para se elaborar uma nova constituição federal<sup>10</sup>. Já para a França, a participação nas conversas de paz foi um fracasso absoluto, visto que nenhum dos objetivos estipulados pelo seu Imperador foi conquistado, enquanto a Prússia colhia os louros da vitória. O equilíbrio de poderes da Europa Central estava num processo de mudança favorável à Prússia; o império napoleónico continuava sem o protagonismo internacional que almejava conquistar, sem o prestígio da vitória e muito menos com as compensações e anexações territoriais que tanto desejava; tendo apenas lhe restado a humilhação diplomática e a amargura da derrota.

De acordo com Bismarck, para que o Estado da Alemanha pudesse ser criado, era necessário se realizar antes uma guerra com a França para que tal ação fosse possível, se caracterizando como um ato que configurava ser parte integrante do processo de formação do Estado alemão, pensando na inclusão dos estados do Sul numa estrutura federal. A possibilidade relativamente elevada de um eventual conflito com a França já era trabalhada, principalmente após o ano de 1866, já que a opinião pública francesa era em maior parte negativa no que era relacionado à resolução da guerra austro-prussiana, que

---

<sup>8</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 6.

<sup>9</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 223.

<sup>10</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 11-12.

teve a derrota francesa oficializada no seu *corps législatif*<sup>11</sup>. Uma das linhas de pensamento da opinião pública francesa era de que o país merecia compensações como recompensa pela sua neutralidade neste conflito, porém, acredita-se que os seus esforços para conquistar tais compensações deveriam ter sido feitos antes do fim da negociação da paz, e que naquela altura já seria relativamente tarde demais para que lhe fossem concedidas tais compensações.

Para tentar conciliar os interesses tanto prussianos quanto franceses, houve tentativas para alcançar tal objetivo, porém, sem sucesso. Dentre elas se encontra a aproximação à Prússia por parte do governo francês para concretizar uma aliança franco-prussiana, que daria à França a possibilidade de aquisição do Grão-Ducado de Luxemburgo e da Bélgica em troca da mudança do posicionamento francês relativo à expansão prussiana para os territórios ao Sul do rio Reno<sup>12</sup>. Porém, esta ideia envolvia diversos aspectos problemáticos não apenas para a imagem que se teria da Prússia, como também pela complexidade que vinha anexada à ideia da venda de Luxemburgo, já que tal território não só era uma posse do rei da Holanda, bem como fazia parte do *Zollverein* e possuía uma das fortalezas mais poderosas e importantes da Europa, construída por Vauban e parte integrante do sistema defensivo da Confederação Alemã. Por mais que o monarca holandês tivesse mostrado a intenção de vender Luxemburgo à França, a posição prussiana não era favorável a tal ação, e por causa disto, a oferta foi retirada, e teve como reação do governo francês ameaças e medidas que poderiam resultar na mobilização de tropas. No entanto, tal reação francesa não evoluiu para além das ameaças, e após a falha na aquisição de Luxemburgo, outras potências europeias se reuniram em maio de 1867 em Londres numa conferência, sendo assim estabelecido que o Grão-Ducado seria um estado neutro e desmilitarizado sob proteção conjunta destas potências, numa medida que agradou Bismarck<sup>13</sup>.

Com a falha da tentativa de conciliação dos interesses alemães e franceses, a rivalidade entre ambos os Estados continuou a crescer à medida que Bismarck continuava a pôr em prática o plano para unificar a Alemanha sob a liderança prussiana, algo que certamente traria perturbação para a França, especialmente se for evidenciado que havia a pretensão de tornar o rei prussiano Guilherme I o Imperador da Alemanha unificada. O

---

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 16.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p. 17.

pensamento belicista contra o império de Napoleão ganhava força principalmente no Norte da Alemanha, juntamente do ideal que configurava os franceses como inimigos hereditários dos alemães, e como resposta a este aumento tendencial do pensamento belicista, ambos os lados empregaram mudanças de cunho militar, tendo a França aumentado o seu efetivo militar e rearmado seus soldados com equipamentos mais modernos, enquanto a Prússia continuava com o seu processo metódico de preparação para o combate. Além das melhorias no setor militar, os franceses se esforçaram para realizar uma aliança com a Itália e o Império Austro-Húngaro, porém, sem sucesso. Os italianos não concretizaram a aliança por causa de problemas de ordem interna e externa com a França, envolvendo as tropas francesas mantidas em Roma concomitantemente com a vontade italiana de tornar a cidade a nova capital do Reino; os austríacos por sua vez não estavam em condições de enfrentarem uma nova guerra após a sua contenda com os prussianos; e já os húngaros tinham maiores preocupações relativas ao Império Russo e a região balcânica, região esta desejada por ambos<sup>14</sup>.

## 1.2 Guerra Franco-Prussiana – A tempestade perfeita

Mediante o aumento das tensões entre ambos os Estados, surge uma grande oportunidade para desestabilizar a França por meio da candidatura do príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen ao trono espanhol, que por sua vez se encontrava vago após a deposição da rainha Isabela, fruto da revolução de 1868. Caso tal candidatura fosse concretizada e o príncipe Leopoldo se tornasse o novo rei espanhol, não apenas o prestígio francês sofreria um duro golpe, como também haveria a formação de uma situação em que a França já esteve anteriormente, isto é, faria fronteira com Estados cujos reis pertenciam à mesma casa real, assim como foi com o antigo cerco Habsburgo que afligiu a França do século XVI até meados do século XVII<sup>15</sup>. Desta forma, a presença de um prussiano no trono espanhol seria o suficiente para atrair uma parte do exército francês para a fronteira ao Sul com a Espanha<sup>16</sup>.

Bismarck tinha conhecimento da mudança de postura no governo francês em relação à política externa, tendo havido uma troca de ministros e, conseqüentemente, uma troca da política que deveria ser levada a cabo no que era relativo à Prússia. A nova

---

<sup>14</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 236.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, pp. 236-237.

<sup>16</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 22.

política externa francesa era mais rígida para com o vizinho prussiano a Norte, e desta forma, o Ministro Presidente prussiano pensava usar da candidatura de Leopoldo ao trono espanhol como uma forma de desestabilizar a França e esta nova política<sup>17</sup>. Bismarck convenceu o príncipe Leopoldo e o rei prussiano Guilherme I a seguirem em frente com o plano após estes se mostrarem receosos, porém, em julho de 1870, o arranjo bismarckiano se tornou público, facto que gerou uma reação explosiva por parte dos franceses, que por sua vez protestaram contra o plano que os prussianos desejavam pôr em prática<sup>18</sup>.

Perante os protestos franceses, o rei da Prússia retirou a sua aprovação real relativa à candidatura prussiana ao trono espanhol; porém, os franceses cometeram o erro de tentar obter a garantia real de que a candidatura não tornaria a ser oficializada, o que foi prontamente recusado por Guilherme I e comunicado a Bismarck via telegrama. O Ministro Presidente por sua vez editou o texto do telegrama de forma sutil, porém efetiva, transformando assim um ocorrido ordinário numa recusa estrondosa e humilhante, que desafiava os franceses já exaltados, e desta forma disponibiliza o documento para a imprensa difundi-lo. Diante de tal situação, o Primeiro-Ministro francês Émile Ollivier considerou que a inação diante de tal cenário “representaria uma perda de honra intolerável”, o que levou à declaração de guerra por parte da França no dia 15 de julho de 1870<sup>19</sup>. E assim, Bismarck não apenas conquistava novamente a imagem de agredido, bem como publicava o plano da aliança franco-prussiana de 1866, este que afirmava que a França teria a chance de conquistar territórios adjacentes ao Reno, o que teve como consequência a aproximação dos estados do Sul da Alemanha com a Confederação da Alemanha do Norte, para que bávaros e prussianos se juntassem contra o seu inimigo comum<sup>20</sup>.

Estando a guerra declarada, ambos os países seguem com os seus procedimentos de recrutamento e treinamento de soldados para o conflito, e uma das características mais marcantes e dissonantes entre ambos os envolvidos na guerra é a eficiência alemã. Aquando do início do conflito, ficam disponíveis cerca de 1,8 milhão de soldados alemães, com 462.000 sendo destinados para a frente ocidental; enquanto os franceses mobilizaram cerca de metade da força alemã, sendo que parte do efetivo mobilizado não

---

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 25.

<sup>18</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 237.

<sup>19</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 27.

<sup>20</sup> FLENLEY, *Modern German History*, pp. 237-238.

possuía sequer o equipamento considerado necessário para entrar em combate, tendo como lema a frase “*on se débrouillera toujours*”, ou seja, de alguma forma, os franceses acreditavam que conseguiriam encontrar alguma maneira de serem vitoriosos<sup>21</sup>.

Com tais características a seu favor, o exército germano-prussiano mostrou a sua superioridade em diversos aspetos como a organização para mobilização e combate, planejamento e execução das operações sob a direção de Moltke, emprego efetivo de uma artilharia tecnicamente mais avançada se comparada com a sua equivalente francesa; enquanto os franceses eram inferiores em praticamente todos os aspetos. Seu contingente era menor, seu exército teve uma preparação pior e estava mal-organizado, sua liderança estava dividida e era inadequada, estando o próprio imperador doente e fraco<sup>22</sup>.

Desta forma, as forças germânicas acumularam vitórias com o passar do conflito, como por exemplo a vitória decisiva em Sedan no dia 2 de setembro de 1870, na qual Napoleão III e parte considerável de suas tropas foram cercados pelo exército inimigo ao passo que eram constantemente bombardeados pela artilharia do oponente, o que resultou na rendição do Imperador e de seu exército<sup>23</sup>. Após tal humilhação, a campanha alemã conquista outro grande sucesso no fim do mês seguinte, em que o comandante Bazain e seu exército ainda maior do que aquele do “Desastre de Sedan” se renderam, e assim o exército da Alemanha rumou em direção a Paris e conseguiu cercar a capital francesa. Diante da rendição imperial, o então ministro do interior Léon Gambetta tenta reunir mais combatentes para lutar ao Sul, ação que não consegue ser o suficiente para evitar a derrota inevitável. O armistício é assinado em fevereiro de 1871, com a paz sendo assinada em Frankfurt no dia 10 de maio do mesmo ano, e assim a guerra se encerra.

### 1.3 A Negociação da Paz, a Humilhação Francesa e a Unificação da Alemanha

Com o fim dos combates, iniciou-se a negociação da paz, esta que estabeleceu condições humilhantes para os franceses. Os alemães impuseram o pagamento de uma enorme indemnização de guerra à França, e enquanto esta quantia não fosse paga, haveria a ocupação militar do território francês. Os derrotados também foram obrigados a ceder

---

<sup>21</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 28.

<sup>22</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 238.

<sup>23</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 28-29.

o território da Alsácia-Lorena para a Alemanha, de modo a excluir a região de Belfort e incluir a grande fortaleza de Metz, palco da rendição do comandante Bazain. Bismarck tinha o desejo de ter desmantelado a fortaleza de Metz e anexado apenas a Alsácia, admitindo que seus habitantes haviam se tornado franceses e desejavam continuar desta forma. Porém, o chanceler alemão partilhava de parte do desejo por conquista que se alastrava pela Alemanha, e desta forma não se opôs à anexação do território por completo, este que voltava a ser integrado ao território germânico após ter sido parte do antigo *Reich*<sup>24</sup>.

No que é relativo ao lado vencedor, foram encetadas conversas com representantes dos Estados do Sul em Versalhes, antes mesmo do fim do conflito, o que resultou na assinatura de tratados em separado com os representantes da Bavária, Baden, Hesse-Darmstadt e Württemberg no final de 1870, o que concretizou o alargamento do *Bund* da Alemanha do Norte e a sua transição para um *Reich*, tendo o rei da Prússia como o seu Imperador<sup>25</sup>. Com isso, no dia 18 de janeiro de 1871, em Versalhes, foi proclamado o Império Alemão. A vitória na guerra não significava apenas a derrota da França, a elevação da Alemanha para uma posição predominante na Europa Central e um grande motivo de preocupação para as outras potências europeias; como também evidenciava o triunfo do exército germano-prussiano e de toda a conduta política de Bismarck, que foi responsável pelo resultado alemão magnânimo, tendo como consequência a consolidação do seu poder e a justificação dos seus métodos e princípios políticos<sup>26</sup>.

Após a sua formação, o império se manteria fundamentalmente conservador, protecionista em relação aos temas económicos, aliado com a Áustria-Hungria e obstinado a alienar a França do contexto internacional<sup>27</sup>. Como consequência direta da forma em que a Unificação ocorreu, se difundiu uma teoria em que o nacionalismo alemão se expressava principalmente por meio do combate com outras nações, tendo-se em mente a posição privilegiada da Alemanha no centro da Europa, cercada de potências, de forma que tal teoria implicava a primazia da política externa em detrimento da interna, algo que também ocorreu entre os anos de 1862 e 1870.

---

<sup>24</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 238

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, pp. 238-239.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 240.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 270.

O embaixador britânico Odo Russell descreve esta nova visão de mundo germânica numa carta enviada ao seu colega de profissão em França, usando das suas palavras para afirmar que “the two great objects of Bismarck's policy are the supremacy of Germany in Europe and of the German race in the world, and the neutralization of the influence and power of the latin race in France and elsewhere”<sup>28</sup>. Tal supremacia se mostrava estar cada vez mais alcançável após o fim da guerra, que teve como resultado um caminho traçado para a dominância alemã na Europa após a eliminação da sua maior rival; gozando de fatores facilitadores como a grande demografia alemã, o desenvolvimento económico que esta acarretou e o seu desenvolvimento industrial com tecnologia de ponta que, por sua vez, foi mais impulsionado com a entrada do capital francês advindo das indemnizações pagas após o término do conflito<sup>29</sup>.

Como reflexo da derrota humilhante, a França se encontrava extremamente enfraquecida após 1871 devido a uma miríade de fatores, como por exemplo os gastos elevados vindos das ações militares, a perda de homens em combate, a perda territorial da Alsácia-Lorena -região esta de extrema importância para a atividade industrial francesa-, o gasto adicional dos 5 biliões de francos exigidos pela Alemanha na forma de indemnizações, dentre outros fatores, que somados, foram responsáveis pelo enfraquecimento do orgulho nacional francês<sup>30</sup>.

#### 1.4 A Liga dos Três Imperadores e o início da Política de Alianças

Mesmo com as consequências negativas após tal vexame histórico, a França contraria as expectativas prussianas rapidamente após a assinatura da paz em maio de 1871, pondo um fim à Comuna de Paris em 1872 e inicia o processo de reorganização do seu exército. Concomitantemente a isto, os pagamentos da indemnização de guerra são adiantados, resultando no fim da ocupação militar alemã antes mesmo do fim do ano de 1873, numa ação que demonstrava a inconformidade por parte da população francesa com a perda da Alsácia-Lorena<sup>31</sup>. Os franceses mantiveram viva em sua memória a perda deste território, acontecimento que, junto das outras consequências negativas advindas do fim do conflito, causa o aumento do nacionalismo e do “entusiasmo militar”, que por sua vez

---

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, p. 281.

<sup>29</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 11.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>31</sup> FLENLEY, *Modern German History*, pp. 281-282.

aumenta cada vez mais o sentimento revanchista por parte dos derrotados. Bismarck tinha conhecimento deste ideal, e sabia do perigo que o mesmo representava<sup>32</sup>. Desta forma, era esperado que em algum momento surgisse o ímpeto de retomar o território perdido, e assim foi elaborada uma estratégia política para dificultar ao máximo esta alternativa.<sup>33</sup>

A rápida resposta dos derrotados demonstrava sinais claros da possibilidade de recuperação da França após o fim da guerra, e o chefe de governo alemão usou isso a seu favor para conduzir uma política de isolamento diplomático direcionada ao país vizinho, que por si só não representava uma ameaça tão grande se comparado com a poderosa Alemanha, no entanto, caso fossem concretizadas alianças com outras nações, seria de grande perigo para o Império. Para isso, o chanceler tinha total autonomia para conduzir a sua política, devendo justificar as suas ações políticas apenas ao *Reichstag*, contando com a plena confiança do imperador Guilherme I. Desta forma, idealizou uma aliança com os Impérios Austro-Húngaro e Russo, sendo conhecida como a Liga dos Três Imperadores, oficializada em 1873, cujo objetivo era assegurar a paz na Europa e impô-la se necessário fosse, sob o ideal de “solidariedade monárquica” diante do seu agressivo inimigo republicano<sup>34</sup>.

Tal acordo teria a sua integridade testada pouco tempo depois, já que a resposta francesa mencionada anteriormente caminhava a passos largos numa direção indesejada por Bismarck. O governo de MacMahon era dotado de tendências monárquicas, religiosas e estava determinado a reorganizar o seu exército, e desta forma é tomada a decisão para aumentar o número de batalhões dentro de um regimento de infantaria, o que acaba por alertar parte do oficialato de alta patente do exército alemão. Em 1875, começava-se a pensar em respostas à altura desta decisão, e dentre as mais populares havia a possibilidade de uma guerra preventiva<sup>35</sup>. Bismarck não apreciava o crescimento do exército francês, porém, a execução de uma operação desta escala como resposta não era algo do seu interesse, sendo partidário de uma forma de pressionar os franceses de maneira direta ou indireta.

No entanto, o seu pronunciamento a respeito do assunto foi feito de forma ríspida e violenta, tendo como consequência a provocação do sentimento de guerra iminente em

---

<sup>32</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 13-14.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, p. 18.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p. 21.

<sup>35</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 106-107.

certas esferas da sociedade alemã, e num reflexo deste pensamento, foram elaborados artigos de periódicos e jornais sobre este tema. Em abril deste mesmo ano, Moltke, na posição de Chefe do Estado Maior do Império, produz um relatório alarmista em relação ao exército francês, o que aumenta cada vez mais o nível de tensão entre os dois Estados<sup>36</sup>.

Na Alemanha, havia um número de parlamentares que começavam a pensar na possibilidade real de uma guerra preventiva entre ambos os envolvidos. O embaixador francês em Berlim ficou chocado ao ter conhecimento da situação. Como resposta, o ministro dos negócios estrangeiros francês Louis Decazes envia um representante para Moscovo com o fim de obter o apoio russo, sendo bem-sucedido na tarefa e, adicionalmente, recebe o apoio inglês. Assim, o Czar Alexandre I visita a capital alemã acompanhado de Gorchakov, seu chefe de governo, para conversarem com o Imperador. Após a conversa, o chanceler russo afirma que se chegou a uma “disposição conciliatória”, de forma a garantir a manutenção da paz. Como uma das conclusões que se pode chegar após a resolução desta crise, é possível perceber que a Liga dos Três Imperadores não havia a coesão e nem a importância que se esperava da mesma<sup>37</sup>.

Com este ambiente de instabilidade no cerne da Liga, a mesma sofreria um duro golpe ainda no mesmo ano de 1875, trazendo consequências permanentes para a relação entre dois dos impérios membros. A Crise do Oriente foi causadora de discórdia entre os Impérios Russo e Austro-Húngaro, já que ambos tomaram a decisão de favorecer os lados que melhor lhe convinham na situação que se sucedeu. Uma série de levantes contra o domínio turco na Bósnia e na Bulgária serviram de motivação para tal episódio, tendo como resposta a interferência armada de sérvios e montenegrinos, e face a esta situação, a Rússia se viu obrigada a interferir ao observar o envolvimento de seus correligionários sob o domínio turco. Após esta decisão, a Áustria e a Inglaterra foram as potências seguintes a se envolverem na crise, tendo os austríacos levantado suspeitas sobre o envolvimento russo, além de ter interesse em adquirir a Bósnia; já os ingleses preocupavam-se estritamente com as possíveis consequências sobre os estreitos do Mar Negro no caso do aumento da influência russa na região balcânica. Os dois membros da Aliança dos Três Imperadores envolvidos nesta crise haviam projetado um acordo que traria benefícios mútuos no caso da queda do Império Turco-Otomano, o que não ocorreu,

---

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, p. 108.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p. 109.

e como resposta à pressão posta sobre os sérvios e búlgaros, a Rússia interveio de facto em abril de 1877.

Perante o desenvolvimento desta crise, a posição de Bismarck não foi de grande relevância até então, já que o mesmo não julgava a situação como mais importante do que qualquer outra que fosse de seu interesse, tendo afirmado que “Toda a região dos Balcãs não vale os ossos saudáveis de um único mosqueteiro pomerânio”. A falta de interesse do chanceler alemão perante tal situação -dotada do potencial de arrastar os membros restantes da principal aliança que fazia parte para um conflito aberto- foi criticada pelas outras potências envolvidas<sup>38</sup>. Porém, a evolução do quadro internacional fez com que a viabilidade desta postura fosse cada vez mais escassa, até chegar ao ponto de rutura. O envolvimento russo teve como efeito secundário agitações do movimento pan-eslavista em Moscovo e discursos pró-Turquia em Budapeste por parte de patriotas magiares, ou seja, a participação czarista suscitou manifestações que apoiavam a lógica belicista de ambos os lados.

A partir deste momento, o posicionamento neutro adotado pela Alemanha havia se tornado impraticável, e assim, via discurso em fevereiro de 1878, o chanceler alemão se oferece para mediar uma conferência entre os envolvidos em Berlim. Diante desta situação, surge uma escolha de grande importância para o chefe de governo alemão. Bismarck deveria escolher apenas um dos dois membros da Liga para apoiar, tendo conhecimento que o outro não perdoaria o auxílio ao seu adversário<sup>39</sup>.

A sugestão do chanceler alemão é aceita, e desta forma o Congresso de Berlim reúne os representantes das potências ocidentais envolvidas na crise (diga-se: Rússia, Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, França e Itália, além da anfitriã Alemanha), bem como representantes do Império Otomano e de estados balcânicos. Uma das características mais marcantes das conversas foi o posicionamento de Bismarck em relação à Rússia, peculiarmente para com Gorchakov, representante da mesma neste evento. O Velho Prussiano não se esquecera das falas do seu homólogo russo aquando do fim da crise de 1875, no que interpretou como uma tentativa oportunista de utilizar do triunfo alemão para autopromoção do trabalho que teria feito junto do Czar, e desta forma, fora alvo de eventuais falas e episódios de indelicadeza e rispidez vindos do Chanceler de Ferro. Os

---

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, p. 110.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p. 111.

diálogos foram conduzidos desta maneira, de modo que o seu anfitrião desse particular prioridade para uma resolução que fosse satisfazer as principais potências envolvidas.

Um dos principais interesses de Bismarck consistia nas possíveis consequências que poderiam ser geradas para as relações entre os restantes membros da Liga dos Três Imperadores e as demais potências ocidentais<sup>40</sup>, em prol da manutenção da paz entre seus aliados austríacos e russos. E assim, assuntos relativos às populações balcânicas, como por exemplo a Formação da Grande Sérvia, foram tratados com desprezo e total ignorância pelo líder alemão, de forma a redesenhar o mapa da região de acordo com os interesses dos demais presentes, que foram julgados como sendo mais merecedores da sua atenção<sup>41</sup>.

No decorrer do Congresso de Berlim, foi estabelecido que a Rússia iria receber territórios importantes na porção asiática da Turquia e também na Bessarábia, além da garantia da independência dos sérvios, montenegrinos e romenos; porém, seus representantes se sentiram injustiçados com o que receberam após seus esforços e sacrifícios, tendo em conta os combates e sacrifícios de seus soldados no decorrer desta crise. Nações cujos exércitos sequer combateram, como a Áustria e a Grã-Bretanha, também foram agraciadas com compensações territoriais (neste caso, receberam o controle da Bósnia e a aquisição da ilha do Chipre, respetivamente), sendo esta a motivação para uma fala que demonstra a insatisfação do Czar, ao afirmar que o congresso havia sido “uma coalizão europeia contra a Rússia sob a liderança do Príncipe Bismarck”<sup>42</sup>. A representação russa exprime o seu descontentamento com o resultado das negociações, e como consequência, a relação entre ambos os impérios se tornou mais distante à medida que o tempo avançou, tendo o chanceler alemão admitido ao embaixador francês em Berlim que a Aliança dos Três Imperadores “deixou de existir”<sup>43</sup>.

Fosse premeditado ou não, as ações de Bismarck exprimiram a resposta ao dilema que enfrentava antes da sua oferta para mediar uma resolução entre seus aliados que partilhavam objetivos conflitantes de influência na região balcânica. Após o falhanço da Aliança, e, para demonstrar à Rússia que era possível seguir em frente sem o seu auxílio,

---

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, p. 112.

<sup>41</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 29.

<sup>42</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 113.

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*, p. 114.

o chefe de governo alemão começa a trabalhar no que viria a ser a Aliança Dual com o seu aliado escolhido, este sendo o Império Austro-Húngaro<sup>44</sup>.

Era do interesse de Guilherme I que os termos do acordo fossem generalistas em prol de seu bom relacionamento com o Czar Alexandre II, de modo a não citar seu respetivo Império de forma direta. Porém, o Ministro dos Negócios Estrangeiros austro-húngaro Andrassy temia pela interpretação indesejada de que tal resolução de caráter indeterminado poderia ter sido elaborada para fazer frente à França, o que poderia trazer reflexos negativos na relação do ministro com o governo francês. Desta forma, Bismarck cedeu ao pedido de seu aliado e mencionou a Rússia no conteúdo do documento assinado em outubro de 1879, e para satisfazer ambos os lados, foi decidido que tal acordo seria secreto. A motivação para a elaboração desta aliança consistia na assistência mútua no caso de um dos signatários ser atacado pelas forças czaristas, junto da neutralidade benevolente num cenário em que um dos coparticipantes fosse atacado por qualquer outra potência.

Como consequência da firmação da nova aliança, as aspirações do movimento pan-eslavista em Moscovo são atingidas e perdem força, ao passo que o conservadorismo na política russa tenha conquistado espaço o suficiente para viabilizar a renovação da Liga dos Três Imperadores, ato consumado em junho de 1881, fruto da colaboração de Bismarck com o embaixador russo em Berlim. A aliança reformulada acordava a neutralidade dos participantes no caso de um conflito entre uma das potências signatárias com uma quarta potência externa, além de estabelecer uma consulta mútua no caso de qualquer assunto relativo aos Balcãs<sup>45</sup>. O novo tratado entre os três impérios não substituiu a aliança austro-alemã, já que busca mitigar ao máximo a relação estremecida entre a Rússia e a Áustria, tendo as já ditas cláusulas como garantidoras deste objetivo. No ano seguinte, a Itália adere à Aliança Dual<sup>46</sup>, e desta forma inaugura a Tripla Aliança, que seria sucessivamente renovada por mais trinta anos, o que põe fim ao isolamento italiano e traz ao chanceler alemão um novo aliado contra a França<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 30.

<sup>45</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 114-115.

<sup>46</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 33-34.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, p. 36.

## 1.5 O Colonialismo como estratégia de dissuasão e o fenómeno do Boulangismo

O século XIX foi palco da intensificação do colonialismo por parte das potências europeias, sendo os territórios nos continentes asiático e africano dos mais cobiçados pelos países, reinos e impérios protagonistas de então. Representantes belgas, italianos, alemães, ingleses, portugueses, franceses e muitos outros mostraram interesse em expandir suas atividades económicas para novos mercados fora da Europa, tendo assim encontrado tal oportunidade em locais longínquos, em busca de escoamento de produtos e o lucro subsequente. A Conferência de Berlim (1884-1885) é uma representação deste ímpeto colonialista, em que as potências ali representadas dividiram o território africano em esferas de influência e estatuíram a sua colonização, com o intuito de apaziguarem os ânimos que poderiam surgir com o impulso conquistador. À Oriente, a Rebelião Boxer (1899-1901) foi uma consequência da ocupação da China pelas potências europeias, cujo acesso por novas fontes de renda em detrimento da população local provocou um levante popular contra a presença estrangeira, resultando em uma ocupação ainda maior e mais ríspida das forças ocidentais em seu território.

Este objetivo, altamente lucrativo na visão de muitos políticos, monarcas e homens de negócios, não era de interesse do Chanceler de Ferro. A sua política era continental, e por isso não tinha o desejo de se envolver em assuntos relativos à domínios coloniais tanto em África quanto na Ásia, de forma a priorizar a condução da *Realpolitik* na Europa. Era de sua preferência que as outras potências envolvidas voltassem os seus esforços e recursos nesta empreitada -principalmente a França-, o que traria potenciais problemas e novas situações distantes do solo europeu que as ocupariam, o que não perturbaria a paz que vinha como consequência da política Bismarckiana dos últimos anos.

No entanto, para angariar mais capital político e agradar os seus apoiantes políticos que partilhavam destas aspirações coloniais economicamente vantajosas para a Alemanha, o chefe de governo se torna aberto para ideias deste carácter a partir de 1884<sup>48</sup>. Parte da sociedade e dos veículos de imprensa fomentavam a possibilidade de uma crise de superprodução no país caso a política económica não fosse alterada. Desta forma, a

---

<sup>48</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 116-117.

aquisição de colônias era incitada não apenas pelo caráter nacionalista e expansionista, como também por ser uma forma de adquirir novos mercados para os produtos alemães, além de ser uma maneira de não se distanciar de outros países como Reino Unido, França e Itália, que vinham disputando territórios coloniais entre si nos anos recentes<sup>49</sup>. Desta forma, como diz Gordon A. Craig, “(...) colonies were not only an economic necessity but, in an age dominated by considerations of power, a form of insurance against a loss of standing among the nations of the world”<sup>50</sup>. Com esta lógica, o facto de Bismarck não se interessar nesta temática ao passo que as outras potências direcionavam a ela muitos recursos poderia ser considerada uma fraqueza, ou um fator que poderia afetar a primazia, o orgulho e o prestígio germânicos que se desejava manter, o que era inaceitável para o Velho Prussiano.

Porém, o principal foco continuava na manutenção da *Realpolitik* centrada na Europa enquanto os outros países se voltavam para suas posses além-mar, dentre eles a França. Com isto em mente, Bismarck desenvolvia boas relações com o governo francês de Jules Ferry, especialmente por causa de suas tendências ao colonialismo, deixando questões como àquela da Alsácia-Lorena e da *revanche* para segundo plano. Desta forma, o governo alemão apoiava decisões francesas que seriam antagônicas aos interesses imperiais ingleses, de modo a frustrar qualquer tentativa de firmar alianças e minar a relação entre a França e a potência insular<sup>51</sup>. O chanceler tinha pretensões de manter uma relação amigável com a República Francesa caso esta questão fosse resolvida a favor da Alemanha, tendo deixado claro ao embaixador francês que o apoiaria no que fosse necessário em relação à expansão colonial do seu país<sup>52</sup>. O governo de Ferry desejava fazer crescer o sentimento nacional ainda abalado após os acontecimentos de 1871, usando do impulso imperialista como força motriz deste crescimento. Assim, a expansão da sua influência para os territórios coloniais serviria como uma maneira de consolidação da posição francesa como uma nação forte, encaixando-se numa lógica de expansão e imposição perante outros povos<sup>53</sup>.

No entanto, a queda de Ferry do posto de primeiro-ministro em março de 1885 pôs um entrave no planejamento do seu homólogo alemão, já que a figura que assumiu o

---

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*, p. 118.

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*, p. 119.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, p. 122.

<sup>52</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 38.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, p. 49.

protagonismo do novo governo francês partilhava de opiniões contrárias àquelas do seu antecessor. Georges Boulanger era general do exército francês, fervoroso anti germanista e crítico da postura do governo anterior, e, por mais que não tenha desempenhado a função de chefe de governo, acabara por ser a figura mais célebre da administração francesa pelos anos seguintes. Em janeiro de 1886, assumiu a pasta do Ministério da Guerra e, tendo em conta as deceções francesas no campo colonial, tornou-se proeminente na disseminação do ideal de retorno do contestado território da Alsácia-Lorena ao controle da França, de forma a impulsionar o já conhecido sentimento da *revanche*. Desta forma, partes tanto da imprensa quanto do povo francês tornaram a veicular esta vontade adormecida de retomada do dito território ocupado pelas forças alemãs, de modo que se temia a possibilidade de o governo ceder à vontade popular e assumir uma postura mais rígida em relação ao assunto<sup>54</sup>.

O recém-empossado ministro afirmou que o exército voluntário francês carecia da disciplina que se encontrava no exército profissional, de modo a defender da mesma forma o melhoramento da vida e das condições da tropa, o que trouxe para si mais popularidade. No entanto, é no dia 14 de julho de 1886 que a figura de principal nome do governo foi materializada em Boulanger. No Dia de França, foi aclamado publicamente pelo povo como a materialização da força militar francesa, de forma a receber a alcunha de *général revanche* e, adicionalmente, foi idealizado pelas massas como “o homem que poderia fazer Bismarck recuar”<sup>55</sup>.

Enquanto Boulanger angariava popularidade, um novo conflito de interesses se desenhava nos Balcãs, desta vez sendo relativo à Bulgária, alvo tanto do Impérios Russo e Austro-Húngaro, que partilhavam da mesma vontade de exercer influência na região. Face a esta situação que, novamente, envolvia 2/3 da Liga dos Três Imperadores, Bismarck tomou a decisão de apoiar os direitos russos, tendo o isolamento francês como parte da justificativa para tal veredito, influenciado em parte pela popularização do discurso do *général revanche*. Desta forma, pensava limitar a possibilidade de insatisfação por parte do governo czarista para com a sua aliada germânica<sup>56</sup>. Caso apoiasse a Áustria-Hungria, o Chanceler de Ferro temia que a Rússia fosse em busca de um novo aliado capaz de sustentar a sua causa, com a França sendo a candidata mais provável

---

<sup>54</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 128.

<sup>55</sup> DUPEUX, George, “La III<sup>e</sup> République”, in DUBY, Georges (dir.), *Histoire de la France*, vol. III, Librairie Larousse, Paris, 1995, p. 135.

<sup>56</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 124-126.

para a concretização desta aliança. No entanto, esta parceria não veio a ocorrer<sup>57</sup>. Ao menos, não desta vez.

Após ter tomado iniciativas que afetavam a questão revanchista no país vizinho de forma indireta, Bismarck aplicou medidas diretas para anular a ameaça crescente da sua rival histórica. Perante o posicionamento francês tendenciosamente mais militarista, materializado pelas ordens de construção de mais casernas e de maior presença de tropas nos territórios no leste de França, o Chanceler alemão introduziu um novo projeto de lei em novembro de 1886 com o fim de aumentar o efetivo militar em cerca de 400.000 unidades.

Em janeiro do ano seguinte, seguiu-se um discurso perante o *Reichstag*, em que o chefe de governo foi enfático ao afirmar que o aumento do contingente era justificado pela possibilidade de conflito com a sua vizinha a Oeste, e garante ao povo francês que a Alemanha não iria iniciar uma guerra preventiva. No entanto, disse não haver garantias de que os franceses fariam o mesmo, sendo plenamente capazes de atacar os alemães com base em diversos argumentos, dentre eles a crença ilusória da sua superioridade militar; como forma de distração das “perplexidades domésticas” que enfrentavam; ou por causa da convicção de militares que haviam chegado ao poder, que acreditavam na resolução dos problemas por meio do uso da força e da “baioneta”<sup>58</sup>. No mesmo discurso, também afirmou que as boas relações com a Rússia se mantinham<sup>59</sup>.

Ou seja, a ideia central por trás do discurso volvia em torno do controle e da prudência que se deveria ter com o boulangismo que, caso não fosse monitorizado com cautela, poderia levar a um desfecho mais destrutivo e violento do que o último conflito franco-prussiano de 1870-71.

Inicialmente, o chanceler não conseguiu a aprovação do projeto que apresentou ao *Reichstag*, o que causou a dissolução do mesmo e a realização de um referendo nacional. Assim, a retórica bismarckiana tornou-se menos restrita e passava a transmitir o ideal de que não havia mais como controlar Boulanger. Este ponto de vista foi ecoado por parte dos jornais e periódicos alemães, que auxiliaram na propagação de um entendimento que uma guerra era inevitável. Perante este ambiente sociopolítico, foram

---

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, p. 128.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, pp. 128-129.

<sup>59</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 290.

convocados milhares de reservistas alemães para treinamentos militares na Alsácia-Lorena, o que teve como consequência a aprovação do projeto de lei que antes havia sido rejeitado. A reação drástica da Alemanha causou uma queda do apoio popular ao movimento revanchista francês<sup>60</sup>.

No que é relativo ao Boulangismo em França, o movimento tinha grande popularidade entre as massas, e passou a receber uma maior aprovação por parte de certos setores do governo francês a partir de outubro de 1887, de forma a reunir as correntes ideológicas opostas aos chamados “oportunistas” (republicanos moderados), correntes estas como radicais revisionistas da constituição, patriotas defensores da guerra de revanche, realistas e bonapartistas. Assim, foi organizado um partido republicano nacional, com o General sendo a figura central desta coalizão.

Com o partido formado, iniciou-se a chamada às massas, movimento este que fez parte de uma forte campanha antiparlamentarista que visava a dissolução a câmara dos deputados e a revisão da Constituição de 1875. O plano inicial da coalizão consistia em lançar a candidatura de Boulanger às eleições parciais, para possibilitar a sua renúncia em caso de vitória, que por sua vez facilitaria um plebiscito alargado para mais regiões do país. Nas eleições de 1888, no mês de abril foi vencedor na Dordonha (Centro-Sul) e ao Norte, em agosto obteve o mesmo resultado nos departamentos do Somme e Charente-Inférieure (sudoeste francês), sendo triunfantemente eleito em Paris em janeiro de 1889. Com base neste resultado positivo, figuras próximas do General incentivaram-no a aplicar um Golpe de Estado, porém, por respeito a lei vigente, o mesmo se recusou a desempenhar tal ação.

A inação de Boulanger perante a oportunidade de tomar o poder para si desapontou os dirigentes republicanos, estes que deram início a uma retaliação que traria o fim do movimento político em torno do Ministro da Guerra. Como resposta, os dirigentes citados impediram múltiplas candidaturas boulangistas e prepararam um processo constituído em alta corte de justiça perante o Senado, tendo o General como réu, este que foi acusado criminalmente por atentar contra a segurança do Estado. Boulanger fugiu do país com a certeza de que seria condenado, esfacelando assim o prestígio que ainda detinha. Nas eleições legislativas seguintes, nos meses de setembro e outubro de 1889, os candidatos boulangistas foram abandonados pelo eleitorado -exceto na cidade de Paris. A revelação

---

<sup>60</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 129.

de informação secreta e polémica relativa às promessas que o General fez para representantes do partido monarquista foi o golpe final para o movimento político. Sem a esperança de conseguir reerguer a sua reputação e notoriedade, Boulanger cometeu suicídio no dia 30 de setembro de 1891, levando consigo o boulangismo.

Em suma, o boulangismo foi capaz de unir em torno de si bonapartistas, realistas, socialistas e radicais plebiscitários; estes sendo eleitores e políticos pertencentes a variadas orientações político-ideológicas que partilhavam do extremismo e do desejo pelo autoritarismo. Desta forma, enxergavam no *général revanche* a figura chave para a materialização deste anseio. Como consequência do fim deste breve capítulo na história de França, a extrema-direita belicista francesa foi prejudicada de forma extrema e perdeu a relevância que detinha durante este período<sup>61</sup>. Isto ocorreu principalmente por apoiar e defender uma figura que teve um fim dramático, rodeado de polémicas e forçado a fugir do país para evitar destinos mais severos.

## 1.6 O fim do Sistema de Bismarck e o seu legado

Durante as décadas de 1870 e 1880, Bismarck construiu um sistema político internacional que conferia ao Império Alemão grande poder e proeminência nos assuntos europeus, sendo capaz de mantê-lo durante tempos de crise por meio do uso de mecanismos diplomáticos, que por sua vez se mostraram ser peculiarmente efetivos e complexos em simultâneo, e porventura, confusos e dúbios<sup>62</sup>.

Tal sistema começa a demonstrar sinais de fraqueza a partir da segunda metade da década de 1880, como consequência da Crise Búlgara já mencionada anteriormente. Por se tratar de um episódio que envolveu dois dos três governantes que compunham a Liga dos Três Imperadores, o atrito originário desta contenda impossibilitou a manutenção do acordo, que veio a sucumbir em 1887. O Chanceler alemão ainda mantinha um vínculo com o Império Austro-Húngaro por meio da Tripla Aliança, porém, o mesmo não podia se dizer do Império Russo. Com isto em mente, é elaborado o Tratado de Resseguro no mesmo ano de 1887, para assim reatar o relacionamento formal com a Rússia após a rutura da Liga. O documento garantia a neutralidade de ambos os signatários em caso de guerra, trazendo duas exceções: o acordado não seria aplicado em um cenário de guerra

---

<sup>61</sup> DUPEUX, “La III<sup>e</sup> République”, in DUBY, *Histoire de la France*, vol. III, p. 136.

<sup>62</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 140.

causada por um ataque alemão à França ou por um ataque russo à Áustria. Desta forma, o Ministro Presidente pensava eliminar a possibilidade de uma aliança franco-russa, para uma eventual guerra contra o seu império<sup>63</sup>.

Há uma constante que se repete tanto na resolução da Crise Búlgara quanto na criação do Tratado de Resseguro, esta sendo a manutenção do isolamento francês como consequência direta ou indireta das ações levadas a cabo por Bismarck. A começar pelo caso menos complicado de se compreender, o acordo formalizado entre a Alemanha e a Rússia em 1887 fora concebido para servir como uma reafirmação do compromisso entre as partes, de modo a não gerar uma justificativa para a busca e subsequente formalização de uma aliança franco-russa. No entanto, a justificativa para a resolução do episódio búlgaro é mais complexa. Nesta ocasião, o pensamento do Chanceler foi guiado pela certeza de que a Áustria não seria militarmente capaz de derrotar os russos sem o apoio alemão. De acordo com o raciocínio bismarckiano, a vitória das forças czaristas neste embate circunstancial impossibilitaria a convivência pacífica da Alemanha com a Rússia e a França no mesmo continente. Desta forma, a proteção dos austríacos seria alcançada por meio da defesa dos direitos russos na região contestada, em prol da eliminação do sentimento de beligerância no cerne da Liga dos Três Imperadores. Assim, esta decisão fora tomada não apenas para evitar um conflito entre aliados, como também para impedir que o Czar formalizasse uma aliança com outra nação que apoiasse os seus interesses nos Balcãs, neste caso, a nação francesa.

A complexidade desta lógica, com contornos tipicamente bismarckianos, gerou desconfiança em figuras próximas do Chanceler aquando do episódio búlgaro. Importantes funcionários do governo questionaram a racionalidade de seu superior, tais como Herbert, seu filho e Secretário de Estado para Negócios Estrangeiros; Reuß e Radowitz, prestigiados diplomatas que exerciam suas funções em Viena e Constantinopla respetivamente; e especialmente Friedrich von Holstein, seu conselheiro político. Holstein era parte integrante da administração governamental desde os tempos anteriores à proclamação do Império, em 1871, sendo familiarizado com a forma particular que o chefe de governo conduzia a política alemã. No entanto, por mais que tivesse

---

<sup>63</sup> Idem, *ibidem*, p. 131.

conhecimento dos funcionamentos da *Realpolitik*, o antigo colega de Bismarck considerou suas escolhas e resoluções inconsistentes e incoerentes<sup>64</sup>.

Após tais episódios, a relação entre os Impérios Alemão e Russo se deterioraram rapidamente. A partir do momento em que o governo alemão proibiu o *Reichsbank* de aceitar ações e garantias russas (*securities*) como garantia para empréstimos em novembro de 1887, a decepção russa aumentou de forma significativa. Os russos interpretaram tal movimento como uma forma de falta de confiança no seu crédito, de forma que a venda das *holdings* russas resultantes deste episódio deu origem a uma queda vertiginosa dos preços na Rússia, tendo prejudicado as suas operações financeiras. Num efeito colateral diretamente ligado a esta medida, Moscovo passou a tendencialmente se inclinar cada vez mais ao mercado financeiro francês com o passar do tempo, o que auxiliou na subsequente reaproximação política entre os dois países<sup>65</sup>.

Ao passo que o Czar considerava cada vez mais uma reaproximação com a França, a queda do sistema Bismarckiano se tornava exponencialmente mais vertiginosa, o que terá como resultado o fim da era do Chanceler de Ferro em 1890. As causas do seu colapso são variadas, porém, pode-se dizer que a complexidade de manutenção da *Realpolitik*, o domínio da política internacional em detrimento da política nacional, a tendencial perda de controle da mesma e o contraste pulsante entre o Primeiro-Ministro e o novo *Kaiser* empossado em 1888 são características fulcrais para a compreensão deste episódio.

No que é relativo aos assuntos domésticos alemães, é evidente que o sucesso obtido no palco europeu não era replicado na esfera nacional, esta que somava cada vez mais complicações e entraves para Bismarck no fim da década de 1880. É perceptível que, à medida que o tempo avançava, o Ministro-Chefe alemão se tornava tendencialmente menos caprichoso e mais bruto nas suas ações, tendo a convicção de que aqueles que o rodeavam tramavam conspirações contra a sua pessoa<sup>66</sup>. O mesmo não foi capaz de realizar alterações na maneira em que governava o país face às mudanças que vieram como consequência da grande industrialização pós-1871, como por exemplo o dinamismo social, que rebatia diretamente a necessidade da imobilidade social indispensável para o

---

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, pp. 125-127.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, p. 132.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 141.

seu relacionamento com o *Reichstag*, já que, para alcançar os seus objetivos, pendia para a colaboração ora para a ala democrata constitucional, ora para a ala conservadora<sup>67</sup>.

O período de prosperidade que o Império Alemão então vivia possibilitou a criação e expansão de um novo partido político que viria a contrariar o problema inerente que existia na constituição Bismarckiana entre o poder monárquico e a pretensão parlamentar. O Partido Social Democrata gozava do apoio das massas e se tornou um verdadeiro estorvo para a política de unidade do *Reich* idealizada pelo Chanceler, tornando o parlamento cada vez mais incontrolável<sup>68</sup>.

Junta-se a isto a ascensão de Guilherme II ao trono alemão em 1888, este que tinha a pretensão de ser o principal nome do governo, o que veio a contrastar diretamente com a figura de Bismarck e com a função que desempenhava. Ambos desejavam comandar as relações do Império, possuindo interesses completamente divergentes e impossíveis de se conciliar, tanto no escalão nacional quanto no internacional. Como exemplo, o *Kaiser* tinha interesse no bem-estar dos mais pobres antes mesmo de tomar posse, algo que o Primeiro-Ministro se opunha por completo, já que era partidário da adoção da imagem de um monarca de pulso firme, que não se importava com questões humanitárias, posicionamento este que acompanhava a sua ideologia voltada ao tradicional militarismo prussiano. O Imperador tendia a dialogar e facultar concessões como ferramentas para solucionar problemas e questões domésticas, ao passo que o chefe de governo tinha preferência para o uso de ameaças ou, em última instância, o uso da força e da coerção para solucionar situações melindrosas que lhe surgiam<sup>69</sup>.

No entanto, talvez o principal exemplo para a dissidência ente ambas as figuras em debate seja em relação aos objetivos e metas internacionais para a Alemanha. Como já foi explicitado, Bismarck executava a *Realpolitik* (Política real), isto é, uma condução extremamente complexa da política internacional e relações diplomáticas europeias de acordo com os seus interesses, podendo utilizar tanto da diplomacia quanto da ameaça e da guerra para alcançá-los. Guilherme II tinha pensamentos de domínio que iam além da Europa, tendo interesse na aquisição de colônias e na abertura de novos mercados e negócios além-mar, o que por sua vez caracterizava a *Weltpolitik* (Política mundial). A mudança da política internacional que o Império Alemão passaria a seguir implicaria na

---

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*, pp. 143-144.

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, pp. 144-145.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, pp. 171-173.

mudança do foco total que se mantinha no desenvolvimento político na Europa até então, de forma a dividir o seu empenho e recursos em função da conquista de uma gestão eficiente nos escalões continentais e intercontinentais. Configurou-se assim um empasse, em que duas figuras com personalidades e visões antagónicas partilhavam do mesmo desejo de serem o principal nome da liderança do império. Desta forma, triunfou o representante da casa real prussiana.

A maior rutura entre o Chanceler e o Imperador se deu em 25 de janeiro de 1890, data em que o *Reichstag* decide não renovar as leis antissocialistas que se mantinham em vigor desde o final da década de 1870. O posicionamento de ambos era totalmente oposto, com Guilherme II a pensar no apoio da classe trabalhadora após a introdução de uma regulamentação das horas de trabalho para mulheres e crianças, o que contrastava diretamente com o posicionamento de repressão aos socialistas adotado por Bismarck. Em fevereiro do mesmo ano, o parlamento deixou de ser controlado pelo Ministro-Chefe após o grande crescimento dos sociais-democratas nas eleições, tendo acabado com a maioria absoluta antes tida pelo *kartell*, isto é, pelo grupo de partidos apoiantes do governo. Ao ver os seus mecanismos de controlo da política e sociedade alemãs a serem desfeitos, o Chanceler enxergava apenas o uso da força como forma de lidar com a oposição, já que o diálogo era impossível. No entanto, tal alternativa possuía o potencial para originar uma violenta reação por parte da sociedade civil<sup>70</sup>. A combinação da impossibilidade do uso da coerção para manter ativo o sistema de governo que fora construído desde a fundação do Império, do conflito de interesses com o próprio Imperador e de intrigas de cunho profissional e pessoal resultou na demissão de Bismarck no dia 18 de março de 1890<sup>71</sup>.

Durante o período Bismarckiano, o Império Alemão alcançou um patamar nunca antes visto em relação ao seu desenvolvimento. Neste momento, a nação vivia o seu apogeu, tendo uma população de aproximadamente 50 milhões de pessoas e o exército mais poderoso do mundo, com um efetivo de meio milhão de homens em tempos de paz. Dispunha também de um potencial gerador de riqueza extremamente eficiente e pujante, gozando de minas e fábricas capazes de produzir elevados níveis de produtos manufacturados, que por sua vez eram transportados eficazmente por via-férrea ou fluvial até seus grandes portos, para assim serem distribuídos para o mundo inteiro. O

---

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*, pp. 173-176.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*, pp. 177-178.

crescimento fora massivo ao ponto de o país ter quadruplicado a sua produção de aço e ultrapassado a Inglaterra neste processo, com a região do Ruhr sozinha sendo capaz de produzir entre 70 e 190 milhões de toneladas de carvão em um ano. O aumento da produção industrial trouxe consigo o aumento da exportação dos bens fabricados, de forma a obrigar a frota mercantil alemã a acompanhar este crescimento do comércio externo, alcançando o triplo da sua equivalente francesa<sup>72</sup>.

Apesar das imensas melhorias industriais e económicas, a política de Bismarck deixou como um legado negativo a manutenção das questões e problemáticas ainda não resolvidas com a França em decorrência da anexação da Alsácia-Lorena. Os alemães patrióticos aprovavam a adesão destes territórios ao *Reich* por causa de similaridades na sua herança cultural, já que se pensava que a Alsácia era maioritariamente alemã se fossem consideradas a sua ascendência e língua, assim como o facto de a Lorena já ter sido parte do Sacro Império Romano Germânico. No entanto, as diferenças entre a região e o resto dos territórios alemães eram abundantes, abrangendo temas como religião, cultura e política. Isto se dá devido ao grande período de tempo em que tanto a Alsácia quanto a Lorena eram partes integrantes da França, o que dificultava ainda mais uma mudança rápida dos padrões e valores tradicionais franceses para os seus equivalentes alemães. Isto se percebe na religião de seus habitantes, que eram maioritariamente cristãos face ao protestantismo germânico. Ainda que a administração pós-anexação fosse eficiente e tenha trazido prosperidade material para a região, não foi o suficiente para conquistar os locais, com parte considerável dos mesmos se mantendo inconformada com a anexação imposta<sup>73</sup>.

## 1.7 A Nova Era do Império Alemão

Com a saída de Bismarck do governo, o *Kaiser* passou a ter mais liberdade para desempenhar as funções reservadas para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Chanceler, isto é, conduzir as relações diplomáticas e a política internacional alemã. O Imperador acreditava possuir maiores capacidades para gerir tais assuntos na direção das suas ambições se comparado aos seus ministros. Desta forma, o novo rumo da Alemanha

---

<sup>72</sup> FLENLEY, *Modern German History*, pp. 301-302.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*, pp. 294-295.

estava direcionado para a execução da *Weltpolitik*, para assim haver a proclamação de uma nova potência mundial, e não apenas europeia<sup>74</sup>.

Por mais que o Imperador tenha arcado com a responsabilidade de assumir o protagonismo político e diplomático do antigo chefe de governo, o cargo de Chanceler continuou a existir, tendo Leo von Caprivi como o sucessor de Bismarck, este que foi incumbido por Guilherme II com a tarefa de ponderar a renovação do Tratado de Resseguro com o Império Russo em março de 1890. O Chanceler estava decidido a renovar o acordo, porém, foi convencido por membros do conselho do ministério de que os termos não conferiam grandes vantagens para o Império Alemão se comparadas àquelas referentes à Rússia. Notava-se a ausência de garantias de proteção da Alemanha em caso de ataque francês, bem como a não-exclusão da possibilidade da concretização de uma aliança entre a França e a Rússia. Com isso, foi tomada uma decisão mais simples do que a renegociação, esta sendo a não-renovação do Tratado<sup>75</sup>.

Como consequência direta da troca dos interesses alemães que se observa a partir do momento em que o *Kaiser* assume o protagonismo político, houve uma reaproximação entre a França e a Rússia. Isto ocorreu como resultado do abandono da *Realpolitik*, já que a implementação da *Weltpolitik* fez com que a política europeia deixasse de ser a principal preocupação do governo alemão. O fim do antigo sistema significou também o abandono da manutenção do isolamento internacional à nação francesa, que vinha sendo implementado de forma implacável por Bismarck até o seu desligamento do governo. O distanciamento tendencial entre a Alemanha e a Rússia facilitou no *rapprochement* da última com a França, tendo em conta o desinteresse nas relações russo-germânicas partilhado tanto no fim do período Bismarckiano quanto na era Guilhermina. A *wilhelmstrasse* (centro do governo alemão) julgava que uma aliança franco-russa seria algo irrisório e pouco provável de ser bem-sucedido, visto que não enxergavam como que isto poderia ser útil para a Rússia em relação aos já anteriormente desejados estreitos de Bósforo e Dardanelos<sup>76</sup>.

Todavia, a assinatura de um acordo político entre os governos francês e russo no ano de 1891 e a subsequente recepção entusiasmada à visita de um esquadrão naval francês ao porto russo de Kronstadt simbolizou um novo capítulo de cooperação entre ambas as

---

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, p. 312.

<sup>75</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 230-232.

<sup>76</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 83-84.

potências envolvidas. Tal episódio causou ressentimento em Holstein, que passou a enxergar um aumento das chances de uma nova guerra a partir deste reatamento de laços<sup>77</sup>. Com o passar dos anos, as relações entre Paris e Moscovo se aprofundaram cada vez mais, resultando em uma convenção militar acordada em agosto de 1892 e ratificada em janeiro de 1894, formalizando assim a aliança defensiva. Desta forma, os novos aliados realizaram um comprometimento mútuo para o envio de soldados nos casos de invasão alemã ou italiana com apoio alemão em solo francês; e o mesmo se aplicaria a uma ofensiva austro-húngara ou alemã com o apoio da monarquia dual em solo russo. Também foi estabelecida a mobilização geral para ambas as partes do acordo caso fosse estabelecida a mobilização parcial de qualquer um dos membros da Tripla Aliança<sup>78</sup>.

Tal desdobramento concretizou a impossibilidade de uma eventual revitalização da convenção militar russo-alemã. No entanto, visando o enfraquecimento do novo pacto entre as duas potências, a Alemanha negociava com a Rússia um acordo comercial, este que veio a ser ratificado em março de 1894<sup>79</sup>. Tal acordo não teve o efeito desejado pelo Império Alemão, ou seja, a convenção germânica não causou alterações negativas ao crescente comércio entre franceses e russos, este que apenas se fortaleceu ao longo dos anos, junto das relações formais entre ambos. Este resultado caracterizou um fracasso diplomático para o *Kaiser*<sup>80</sup>.

Ao contrário do que o governo de Caprivi esperava que fosse feito, a Grã-Bretanha manteve a sua postura isolacionista em relação às alianças que se formaram. O chanceler pensava que os ingleses pudessem apoiar a Itália na “guerra tarifária” travada com os franceses ou até mesmo firmar uma parceria com o Império Turco-Otomano, porém, nada foi realizado. O mesmo posicionamento se manteve sem alteração durante anos, de modo que a potência insular não reagiu perante a visita de embarcações russas em Toulon e à cessão de territórios contestados pela França ao longo do rio Mekong, com ambos os ocorridos sendo datados do ano de 1893<sup>81</sup>.

Partindo do princípio de consolidação da presença alemã no mundo e concretização da nova política mundial, pensou-se também na criação de uma grande marinha de guerra, esta que veio a se tornar uma das maiores polêmicas da época, tendo

---

<sup>77</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 237.

<sup>78</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 91

<sup>79</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 242.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 247.

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, pp. 237-238.

causado desconfiança em vários países, dentre eles a Grã-Bretanha. Guilherme II foi induzido a desejar possuir uma frota naval que fosse comparável ao seu exército - este que por sua vez era o melhor e mais capaz em toda a Europa. Este empreendimento seria polivalente, visto que poderia proteger a região costeira do império, o seu comércio e seus interesses internacionais. No entanto, o governante alemão não pensava que a resposta inglesa seria contrária a esta ideia.

A Inglaterra era dependente da sua marinha não apenas para manter o seu império, como também para manter o suprimento alimentício das ilhas britânicas. Desta forma, levando em conta o histórico recente de animosidade e desentendimentos entre as duas nações, relativos aos seus interesses coloniais e aos seus respectivos mercados tanto na Ásia quanto na África, a construção de uma poderosa marinha para a Alemanha poderia representar uma ameaça à própria existência da Grã-Bretanha e seus respectivos domínios<sup>82</sup>.

Alfred von Tirpitz foi um dos principais idealizadores e impulsionadores do desenvolvimento da marinha alemã, se tornando Secretário de Estado do Escritório Naval Imperial a partir de 1897. De acordo com a sua lógica, a Grã-Bretanha era a principal inimiga da Alemanha e das suas ambições naquele momento, sendo ela a responsável por limitar o crescimento alemão no escopo mundial. A forma que fora pensada por ele para enfrentar a influência inglesa no mundo consistia na construção de uma forte esquadra naval para fazer frente à sua opositora, tendo como base dessa força um novo tipo de navio de guerra, o Encouraçado<sup>83</sup>. Auxiliado pelo alto almirantado alemão, Tirpitz convence o *Kaiser* a alargar e modernizar o componente naval armado do Império em grandes proporções, para assim fornecer “meios de ação eficazes” para a implementação da política mundial<sup>84</sup>. O seu raciocínio ponderava que a Inglaterra aceitaria a afirmação da Alemanha como a nova potência naval sem nenhuma reação, sem cogitar o cenário em que os britânicos fossem em busca do apoio de outra potência para fazer frente à sua marinha e à sua postura indiretamente hostil<sup>85</sup>.

Assim, a execução da *Weltpolitik* e da “necessidade” de um componente naval armado e poderoso para tal implicava num embate inerente e momentaneamente indireto,

---

<sup>82</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 314.

<sup>83</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 305-307.

<sup>84</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 112-114.

<sup>85</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 310.

visto que a posição global que a Alemanha desejava alcançar era ocupada pela Grã-Bretanha, que até então era detentora da maior e mais capaz marinha de guerra do mundo e a utilizava para apoiar não apenas o seu império intercontinental, bem como o comércio que era alimentado pelo mesmo. A lógica que se enxerga nesta situação é semelhante àquela relativa ao embate entre Bismarck e Guilherme II, em que não há a possibilidade de se ter duas figuras centrais neste cenário. A maior diferença entre os dois casos está nos objetivos de seus respectivos protagonistas. Aquilo que o *Kaiser* imaginava como o melhor para a Alemanha era diretamente oposto ao que o Chanceler de Ferro pensava; ao passo que a visão da *wilhelmstrasse* para o futuro do Império Alemão era o presente do Império Inglês. O choque entre ambos era apenas uma questão de tempo.

## 1.8 Choque de Imperialismos

Perante a crescente ameaça alemã, a Inglaterra inicialmente tentou solucionar a situação de forma direta, por meio de negociações para se alcançar limitações navais com a sua potencial oponente. Esta era a melhor opção naquele momento, tendo em conta o cenário de heterogeneidade vigente entre as potências europeias alheias à Tríplice Aliança. A Grã-Bretanha e a Rússia mantinham certa rivalidade com base em conflitos de interesses em relação ao desejo do Czar de tomar posse dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, bem como em outras regiões no Pacífico e no Próximo Oriente. A rivalidade franco-inglesa havia alcançado o seu ápice na década de 1890 por causa de opiniões divergentes relativas às Fronteiras da Indochina Francesa com o Sião (1893-1896), também havendo discordâncias e preocupações referentes aos desdobramentos da partilha do continente africano, especificamente sobre o domínio britânico no Egito e a sua expansão ao Sul em direção ao Sudão<sup>86</sup>.

Em 1901, todavia, o diálogo diplomático com a Alemanha não demonstrava progresso algum, visto que nenhum dos lados estava de acordo com as proposições feitas pelo outro, resultando no abandono das negociações<sup>87</sup>. O Secretário de Estado para as Colônias Joseph Chamberlain havia tentado estabelecer uma aliança com o Império Alemão entre os anos de 1898 e 1901, sem sucesso. Desta forma, o secretário alertou a *wilhelmstrasse* ao informar que, como consequência da falha em estabelecer algum tipo

---

<sup>86</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 317.

<sup>87</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 116.

de cooperação entre ambos os países, o próximo objetivo a ser seguido por Londres seria em direção a uma resolução das diferenças pendentes com a França e com a Rússia<sup>88</sup>.

Desta forma, a Grã-Bretanha abandona a sua política isolacionista e busca a amenização e posterior solução das suas questões com a França. Em abril de 1903 os dois Estados iniciaram as conversas para se alcançar um entendimento, tendo os franceses se mostrado dispostos a abrir mão dos direitos que possuíam no Egito, o que na prática reconheceria o território como protetorado inglês. Em troca, a França receberia a liberdade inglesa para que tivesse total liberdade de intervenção no Marrocos, e para formalizar estas decisões, foram firmados acordos no ano de 1904<sup>89</sup>. Diferentemente do caso franco-russo, o texto que foi aprovado e ratificado não incluía o estabelecimento de uma aliança entre os signatários, no entanto, retirava todas as potenciais causas de atrito entre os dois<sup>90</sup>.

Ambas as nações solucionaram as problemáticas que partilhavam entre si e assim estrearam um novo capítulo de boas relações conhecido como *Entente cordiale*, o que contrariava as projeções do então Chanceler alemão Bernhard von Bülow e do próprio Imperador. Julgavam que tais diferenças eram de importância tamanha ao ponto de ser impossível encontrar uma resolução viável para os envolvidos, projetando-se assim uma situação em que uma nação seria posta contra a outra. Em semelhança ao que foi feito com os franceses, é realizado um acordo entre os governos russo e inglês, em que os seus desentendimentos relativos aos seus interesses extraeuropeus são resolvidos<sup>91</sup>.

No ano de 1905, a França deu seguimento ao que havia sido acordado no ano anterior e estende o seu controle sobre o Marrocos. Assim, foi oferecido ao sultão marroquino um pacote de reformas financeiras e militares, o que demonstraria na prática a consagração do território marroquino como um protetorado francês. O governo alemão enxerga nesta ocasião uma oportunidade para abalar o relacionamento franco-inglês, e decidiu interferir diretamente na questão. Holstein pensava na defesa dos interesses comerciais alemães nesta região, já que a política mundial englobava também o território africano, e assim convenceu o Imperador a realizar uma escala em Tânger durante o cruzeiro que empreendia no Mar Mediterrâneo em março do mesmo ano, e ao atracar,

---

<sup>88</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 318.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, p. 143.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*, p. 144-145.

<sup>91</sup> FLENLEY, *Modern German History*, pp. 317-318.

Guilherme II proferiu um discurso em que afirmava salvaguardar os interesses da Alemanha naquele espaço<sup>92</sup>.

A visita planejada principalmente por Holstein e Bülow não visava apenas impedir a concretização dos objetivos estabelecidos pelos franceses, como também pretendia enfraquecer a *Entente cordiale* por meio de um fiasco humilhante para a França, que poderia então dissolver a aliança informal recém firmada com a potência insular. Tal posicionamento provocante para com a política oficial francesa incitou a propagação do velho medo adormecido de um novo conflito franco-alemão, sendo este momento favorável para uma guerra entre ambos os países. Os russos tinham os seus esforços voltados para a guerra que decorria contra o Japão desde o ano anterior, os ingleses não tinham disposição para empreender em um novo conflito após o fim de uma longa guerra na África do Sul; ao passo que o exército alemão estava prontamente disponível para entrar em combate. A visita imperial demonstrou uma vontade inabalável por parte da Alemanha, manifestando determinação e força para não se apequenar diante das potências então enxergadas como suas rivais<sup>93</sup>.

A reação do governo francês fora inicialmente de choque por não esperar tal ato, estando dividido internamente em relação a qual ação deveria ser tomada em seguida, já que não havia um caminho claro para resolver tal questão. A divergência de ideias era grande, de modo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Delcassé não acreditava que a Alemanha estava disposta a empreender num conflito com a França e a Inglaterra, e tampouco pensava ser necessária uma conferência para solucionar a situação. Tal cenário de incerteza em conjunto com a manutenção da postura firme da *wilhelmstrasse*, a pressão feita pela mesma para se obter uma resposta francesa e uma ameaça do uso da força alemã causou a saída de Delcassé do governo em junho, visto que estava abandonado por todos os ministros<sup>94</sup>. O governo alemão se recusava a entrar em negociação direta com o seu homólogo francês, para assim forçar a organização de uma conferência internacional com a presença de outras nações.

Durante o desenrolar da crise, Guilherme II pôs os seus esforços em outros assuntos, como por exemplo a tentativa de aliança com o Czar, para que houvesse uma possibilidade de resolução da questão marroquina por meio de uma doação de terras

---

<sup>92</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 124-126.

<sup>93</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 318-320.

<sup>94</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 127-128.

pertencentes ao Império Russo à França como uma compensação pelo Marrocos, em troca do abandono da *Entente* para a formação de uma liga continental entre os três Estados. No entanto, este cenário não se concretizou. O esboço do tratado que fora oferecido aos russos era aplicável somente à Europa, o que não trazia benefícios suficientes para a sua adesão, uma vez que também traria como consequência a desistência do acordo já vigente com os franceses<sup>95</sup>.

A conferência desejada pela Alemanha ocorreu em janeiro de 1906 em Algeciras, com a representação alemã exigindo o controle de parte do território marroquino. Holstein também desejava concretizar novos acordos com Paris e Moscovo, no entanto, nenhum dos seus objetivos foi alcançado. O resultado do encontro das potências gerou o reconhecimento da soberania francesa nas questões marroquinas e a realização do policiamento dos portos da região pela França e Espanha, além de ter entregado uma posição privilegiada na bancada ao Estado do Marrocos, que por sua vez fora criado em decorrência da Ata de Algeciras. As resoluções finais da Conferência apenas evidenciaram o isolamento quase total do Império Alemão perante as restantes autoridades, tendo apenas o apoio do Império Austro-Húngaro<sup>96</sup>. Como seqüela da ação agressiva por parte do *Kaiser* que deu origem à crise, houve a popularização de um medo de cercamento do seu território, já que a *Entente* foi fortalecida como efeito deste episódio e encorajou o início de conversas entre os setores militares da França e da Grã-Bretanha, que até então haviam se limitado apenas à esfera política<sup>97</sup>.

Após o fiasco da diplomacia alemã no Marrocos, Holstein foi desligado da *wilhelmstrasse*, já que as hipóteses de boas relações com as potências envolvidas foram esfaceladas, além de consolidar ainda mais a *Entente*, gerando o efeito contrário daquele que se tinha ao exigir a Conferência<sup>98</sup>. A estratégia do conselheiro político do *Reich* estava fadada ao fracasso desde o início, dado que os russos demonstravam interesse em se aproximar da Grã-Bretanha antes mesmo da crise em 1905, com base no seu interesse em fortalecer a sua aliança com a França, bem como para garantir termos de paz favoráveis que fossem favoráveis à Rússia em relação à Guerra contra o Japão, este que por sua vez era um aliado britânico<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 320-321.

<sup>96</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 128-129.

<sup>97</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 321.

<sup>98</sup> FLENLEY, *Modern German History*, pp. 319-320.

<sup>99</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 321.

A resolução de Algeciras contribuiu para a reaproximação entre os Impérios Britânico e Russo, tendo em conta que o Czar havia recentemente abandonado um tratado de aliança defensiva com a Alemanha. Tal reconciliação resultou na solução de pendências territoriais entre ambos em territórios como a Pérsia, o Afeganistão e o Tibete, oficializada em 1907. A firmação desta colaboração foi benéfica também para a França, visto que seus dois principais aliados fortaleceram os seus laços e assim formaram um novo agrupamento de potências na Europa<sup>100</sup>.

Ou seja, uma manobra que visava enfraquecer os demais Estados-fortes europeus e fortalecer o posicionamento internacional da Alemanha causou a reação oposta, já que o seu desempenho na Conferência de 1906 fora vergonhoso e teve como resultado a formação de uma nova aliança política e militar entre as potências que se pretendia debilitar, o que deu origem à Tríplice Entente. Esta, por sua vez, não se consolida logo a seguir à sua criação, no entanto, se fortaleceu à medida que a Tripla Aliança se desgastou internamente com o decorrer dos anos<sup>101</sup>.

Aquando da posse de Theobald von Bethmann Hollweg como o novo Chanceler alemão no ano de 1909, notava-se uma escalada tanto nas tensões entre os blocos europeus que haviam se estabelecido no período posterior à Crise de 1905 quanto na corrida armamentista entre os países membros destas alianças. Até então, a Alemanha tentava enfraquecer os relacionamentos entre os países membros da Entente por meio de provocações oportunas, o que apenas levou ao seu fortalecimento, de maneira similar ao que ocorreu como resultado de Algeciras<sup>102</sup>.

Para enfrentar este cenário, o novo chefe de governo alemão seguiu uma política de atenuação para se evitar um eventual combate. Com este fim, desencorajava visões de mundo grandiosas cujos princípios potencializavam um conflito inerente, como por exemplo a Liga Pangermânica (*Alldeutscher Verband*) e a União Colonial, usando também de objetivos nacionais alcançáveis e moderados como meio de limitação do expansionismo alemão. Desta forma, Hollweg pretendia conquistar a confiança dos membros da Tríplice Entente por meio de tais atos, para assim melhorar a sua relação com os mesmos, especificamente com o Reino Unido. Assim, seria possível concretizar um entendimento concreto em relação à pauta naval latejante entre ambos os impérios, o que

---

<sup>100</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 148-149.

<sup>101</sup> Idem, *ibidem*, p. 149.

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*, p. 154.

traria uma base para um acordo político<sup>103</sup>. No entanto, Bethmann afirmou que, caso não fosse parte de um entendimento geral, um acordo naval não seria efetivo em meios práticos, tendo como base para tal argumento a convicção de que não haveria nenhum desejo de agressão e hostilidade contra o seu país, sentimento este que deveria ser demonstrado pelos respectivos governos envolvidos e pela opinião pública. Tal proposta obtusa e imprecisa feita ao embaixador britânico não foi suficiente para satisfazer os seus interesses e viabilizar este compromisso<sup>104</sup>.

No que é relativo ao cenário doméstico da Alemanha, o Chanceler deu continuidade a sua política de apaziguamento por meio da busca de uma solução para a questão da Alsácia-Lorena, com o objetivo final de diminuir o sentimento revanchista francês. Desta forma, em 1911 foi elaborada uma lei que admitia uma aproximação parcial das províncias para a posição de estado federal, o que lhes garantiria uma representação no Conselho Federal e duas câmaras locais. Todavia, a autoridade executiva se mantinha na figura do Imperador, que por sua vez designava um governador local. Em 1913, um incidente de uso indiscriminado da força por parte das autoridades militares na cidade de Zabern (Saverne) causou indignação popular tanto na cidade quanto no *Reichstag*, e perante a tentativa de afirmação de seus poderes por parte da câmara dos deputados da região, o *Kaiser* ameaçou “esmagar a vossa constituição em átomos e reduzir vocês a uma província prussiana”<sup>105</sup>.

Por mais que o Chanceler alemão tenha se empenhado para dissuadir as tensões europeias, o esforço não se mostrou ser o suficiente. Foram feitos esforços entre a Alemanha e a França em prol de uma cooperação relativa ao Marrocos, tendo Guilherme II sugerido a realização de um acordo entre ambos os países em 1908, que estabeleceria o reconhecimento da supremacia francesa no território e o fim dos transtornos esporádicos causados pelos alemães, em troca da partilha das vantagens económicas presentes em solo marroquino. Não obstante, ambos não conseguiam chegar a um consenso em relação às cooperativas previamente propostas, e sem tal consenso, a rivalidade entre ambos os países foi mantida e se intensificou num palco já conhecido<sup>106</sup>.

---

<sup>103</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 324-325.

<sup>104</sup> Idem, *ibidem*, p. 327.

<sup>105</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 328 (trad.).

<sup>106</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 162.

No ano de 1911, uma revolta de nativos em Fez, capital do Marrocos, fez com que o governo francês enviasse um contingente militar adicional para controlar a situação. Perante esta conjuntura, o governo alemão alega que a decisão tomada em Paris excedia os direitos atribuídos para si na Conferência de Algeciras, e prepara juntamente uma proposta para enviar à França, que estabelecia a não contestação da presença de tropas francesas na região em troca do recebimento do controlo integral do Congo Francês. Para garantir a proteção aos colonos alemães lá instalados, o então Secretário para Negócios Estrangeiros Kinderlen-Wächter envia uma embarcação armada para o porto de Agadir no início do mês de julho, no entanto, a sua presença no local também servia como um meio de pressão e intimidação para que o governo francês acatasse às sugestões alemãs.

As negociações eram difíceis e estavam em um impasse, e ao tomar conhecimento disto, a Grã-Bretanha decidiu participar e auxiliar a sua nação amiga, julgando os termos alemães excessivos ao passo que garantia o seu apoio militar à França caso se mostrasse necessário. Não se pretendia ceder qualquer parte do território congolês à Alemanha, mas, em contrapartida, os franceses não tinham condições materiais e militares para entrarem em guerra com os seus oponentes, visto que se sabia do seu potencial bélico e da probabilidade alta de derrota em caso de conflito<sup>107</sup>. Contudo, um combate direto não estava nos planos do *Kaiser* e o almirantado não estava disposto a empregar a sua esquadra ainda em desenvolvimento<sup>108</sup>.

Em novembro do mesmo ano, foi assinado um acordo entre os dois principais países, tendo a Alemanha se comprometido a não dificultar a ação francesa no Marrocos e aceitando o *status quo* de protetorado da França, tendo recebido em compensação parte do Congo Francês com acesso ao Oceano Atlântico. A resolução não foi bem recebida em nenhuma das nações envolvidas, visto que a opinião pública francesa considerou as cessões feitas “excessivas”, já a opinião pública alemã optava por uma diplomacia mais rígida, de modo que se exigisse a totalidade do território africano em disputa a qualquer custo. Em decorrência do resultado das negociações, houve consequências políticas significativas para os dois lados. Em França, o Primeiro-Ministro Joseph Caillaux foi substituído pelo mais afrontoso Raymond Poincaré, ao passo que Kinderlen-Wächter,

---

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*, pp. 162-164.

<sup>108</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 328.

como responsável pelo aumento das tensões na crise e pelo desfecho decepcionante, pediu a sua demissão<sup>109</sup>.

Perante o resultado insatisfatório para os envolvidos, a Grã-Bretanha fortalece as suas relações com a sua aliada francesa, tendo o então Chanceler real Lloyd George afirmado via discurso que os interesses da nação não poderiam ser atacados sem um perigo de guerra<sup>110</sup>, o que demonstrou uma postura austera perante a ameaça alemã que se mostrava ser cada vez mais latejante. Em decorrência direta da forma em que a Crise foi gerida e solucionada, a tensão entre a Alemanha e as potências pertencentes à Tripla Entente aumentaram, o que por sua vez resultou no aumento da corrida armamentista e trouxe à tona o sentimento de que um conflito direto era apenas uma questão de tempo<sup>111</sup>.

Em novembro 1912 observa-se o desenvolvimento mais profundo de parte da Tripla Entente, já que, via troca de notas com o embaixador francês em Inglaterra, o então Secretário de Estado para Negócios Estrangeiros britânico Lord Grey assenta um entendimento em que os dois governos se uniriam de forma imediata no caso da iminência de um ataque não provocado por uma terceira potência. Como símbolo desta decisão, a frota francesa foi redirecionada ao Mar Mediterrâneo ao passo que frota atlântica mediterrânica inglesa estacionada em Malta rumava ao mesmo destino, numa ação que representou a determinação da potência insular para com a França na eventualidade de um ataque externo.

## 1.9 O Prelúdio da Guerra

Ao passo que as potências europeias andavam a caminho de um conflito, algo similar ocorria nos Balcãs. A Primeira Guerra Balcânica (1912-1913) teve como desfecho a derrota do Império Otomano perante uma coligação entre Montenegro, Sérvia, Bulgária e Grécia, tendo como efeito colateral o fortalecimento do ideal da Grande Sérvia, o que por sua vez preocupava a Monarquia Dual. O desejo de possuir a influência dominante na região era partilhado entre os Impérios Austro-Húngaro e Russo desde o século anterior, algo que se mostraria ser um motivo de discórdia generalizada poucos anos mais tarde. Uma invasão austríaca em solo sérvio não era uma possibilidade muito distante da

---

<sup>109</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, pp. 164-166

<sup>110</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 330.

<sup>111</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 329.

realidade, sendo cogitada por potências como Alemanha e Grã-Bretanha. Desta forma, ao saber que os britânicos não se manteriam neutros neste caso de invasão, o *Kaiser* se mostrou furioso, tendo o então Chefe de Estado Maior Imperial Helmuth von Moltke chegado à conclusão de que uma guerra preventiva seria a melhor opção para a vitória alemã<sup>112</sup>.

No entanto, em oposição ao pensamento de Guilherme II e Moltke, Bethmann Hollweg mantinha a direção que adotara anteriormente para se alcançar um entendimento com a potência insular. Assim, se voltou para a complicada situação nos Balcãs, cujo território era vítima de reivindicações territoriais diversas por parte dos envolvidos no recente conflito, e para se alcançar uma solução pacífica desta problemática, foi feita uma tentativa de colaboração entre o chanceler alemão e o governo inglês. Chegou-se rapidamente à conclusão de que um desfecho satisfatório para todos era inalcançável, o que levou os vitoriosos da guerra anterior a duelarem entre si ainda no mesmo ano de 1913<sup>113</sup>.

A tensão no sudeste europeu constituía uma ameaça para a paz na Europa, já que os movimentos nacionalistas existentes cuja popularidade estava em ascensão eram apoiados pelo Império Russo, em conjunto ao facto de que a mera existência de grupos como o Pan-Eslavismo e a defesa da existência da Grande Sérvia punham em causa a sobrevivência da própria Monarquia Dual, fazendo com que a mesma estivesse disposta a entrar em guerra para defender o seu Império<sup>114</sup>.

Neste momento prevalecia a Paz Armada na Europa, configurada por uma situação extremamente volátil, dotada de rivalidades políticas, insatisfações territoriais e assuntos pendentes entre diversas potências e outras nações menores. Este ambiente levou ao aumento da corrida armamentista, o que por sua vez levou ao aumento das tensões<sup>115</sup>. A Alemanha, por exemplo, se encontrava mais armada do que nunca como consequência da tradição militar prussiana e do seu apogeu industrial e económico, momento propício para a popularização de sentimentos nacionalistas e irredentistas. Com base nos sucessos relâmpago de 1866 e 1870, havia uma crença de que tanto o exército quanto a nova marinha alemã eram invencíveis, estabelecendo-se um desejo belicoso em parte do

---

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*, p. 331.

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*, p. 333.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*, p. 334.

<sup>115</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, p. 177.

governo e da população para finalmente pôr um fim à querela com a França de forma definitiva, além de impedir o avanço eslavo e aniquilar o Império Britânico. E assim, seguindo esta lógica, ao eliminar todos os seus oponentes, a Alemanha se tornaria a principal potência mundial.

Em 1913, nas vésperas da Grande Guerra, Moltke comenta sobre o já imaginado conflito inevitável com os franceses, e confirma que desta vez deveria ser derradeiro. O sentimento belicista se alastrou para as principais potências envolvidas, levando à propagação de ideais chauvinistas nas nações pertencentes à Tríplice Entente, bem como um sentimento antigermânico na Grã-Bretanha. Todavia, deve-se salientar que o desejo pelo combate não se espalhava para a maioria dos alemães, já que setores da sociedade como comerciantes enxergavam o perigo que uma guerra poderia trazer, já que seus negócios lucrativos foram consolidados e viram grande sucesso nos tempos de paz.<sup>116</sup>

Um cenário de conflito entre a Áustria e os Estados do sudeste europeu era uma garantia de guerra ampla, tendo-se em mente a política de alianças que se seguia até então. De um lado configurava-se a Tríplice Aliança liderada pela Alemanha, seguida da Itália e da Áustria; tendo como oponente a Tríplice Entente, composta pela Grã-Bretanha, França e Rússia. Os esforços de Bethmann Hollweg em busca de uma conciliação com os britânicos para a solução dos problemas balcânicos se mostrou infrutífero, visto que não foi concretizado nenhum tipo de acordo entre ambos, ao passo que os laços franco-britânicos apenas se fortaleceram desde o seu reatamento em 1904. O roteiro para um conflito generalizado estava pronto, protagonizado pelas principais potências europeias e tendo como catalisador a complexa e intrincada política de alianças vigente.

O pior caso imaginável se concretiza no dia 28 de junho de 1914 com o assassinato do herdeiro do trono austríaco, o Arquiduque Francisco Ferdinando. Perpetrado em Sarajevo por Gavrilo Princip, um extremista bósnio-sérvio, o atentado ilustra a insatisfação de parte da população das pequenas nações balcânicas para com a Monarquia Dual, que impedia a concretização dos ideais nacionalistas que se popularizavam até então. Diante desta situação, o *Kaiser* se reuniu com o seu chanceler, ministros do governo e importantes figuras militares para avaliarem o cenário que se desdobrava. Sabia-se que os seus aliados austríacos desejavam o total apoio alemão, para que fossem cobradas explicações dos sérvios, e caso hesitassem em responder, seria empregue força

---

<sup>116</sup> FLENLEY, *Modern German History*, pp. 332-333.

militar. Assim sendo, foi decidido que a Áustria teria o apoio integral da Alemanha, independente da decisão tomada e da resposta sérvia.

Com o apoio da sua aliada, o governo de Viena emite um ultimato à Sérvia no dia 23 de julho de 1914, tendo os intimados pedido uma extensão do prazo inicial de 48 horas para responderem, pedido este que foi negado. Temendo uma declaração de guerra aquando do fim do prazo estipulado, o governo sérvio ordenou a mobilização militar no dia seguinte à emissão do documento, ação esta que causou uma série de reações em cadeia por parte das outras potências<sup>117</sup>, como consequência do que foi estabelecido nas alianças e acordos estabelecidos nas décadas anteriores. O imperador austríaco Francisco José ordena a mobilização de tropas no dia 25 do mesmo mês e declara guerra à Sérvia no dia 28. Perante este acontecimento, a Rússia, mesmo sem estar em condições ideais para entrar em guerra, não iria abandonar a causa eslava novamente e põe seu exército em alerta no mesmo dia em que a mobilização austríaca fora ordenada, enquanto a França estava determinada a cumprir a cooperação estabelecida entre ambas as nações, contando também com o apoio inglês. Mesmo sem o estabelecimento de uma aliança formal com os franceses, os britânicos ainda enfrentavam a questão naval latejante com a Alemanha, tendo Lord Grey e Richard Haldane afirmado que não iriam assistir a França ser esmagada. A partir deste momento, as declarações de guerra por parte da Alemanha direcionadas à Rússia, França e Bélgica vieram pouco tempo depois, respetivamente nos dias 1, 3 e 4 de agosto. A invasão do território belga violava a sua neutralidade, e a sua violação constituía um motivo para a Grã-Bretanha justificar uma declaração de guerra, emitida no mesmo dia 4 de agosto<sup>118</sup>. A Grande Guerra estava em curso.

### 1.10 O Tratado de Versalhes e suas repercussões

Após quatro anos de conflitos e milhões de mortos e feridos, a Grande Guerra chegou ao seu fim em 1918. A Tríplice Entente foi vitoriosa, tendo a Alemanha, principal representante da Tríplice Aliança, assinado um Armistício no dia 11 de novembro. Este documento foi responsável pelo fim do combate, tendo os acordos de Paz sendo elaborados apenas no ano seguinte, em 1919. Em relação às outras potências beligerantes, os Estados Unidos da América se encontravam em uma posição privilegiada. As

---

<sup>117</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 335.

<sup>118</sup> FLENLEY, *Modern German History*, pp. 335-336.

principais nações beligerantes se encontravam num estado de exaustão financeira, política e social, com algumas delas como Bélgica e França tendo sido afetadas pelo rasto de destruição deixado nos ferozes campos de batalha. Seriam necessários muitos esforços económicos para a reabilitação do terreno e para a reconstrução daquilo que foi destruído. Por se situarem num continente diferente, as infraestruturas civil, militar e industrial americanas se mantiveram incólumes, também não partilhando da mesma exaustão dos outros países vitimados pela guerra, visto que enviaram contingentes militares para participar de forma efetiva no confronto a partir de 1917, pouco menos de três anos após o seu início.

Tal conjuntura fez com que o então presidente americano Woodrow Wilson promovesse o seu ideal dos 14 pontos para a Paz, que pretendia estabelecer um diálogo com os alemães em prol da sua reconciliação com as outras potências. No entanto, esta proposição não foi bem aceite pelas mesmas. Durante a Conferência de Paris e a elaboração do Tratado de Versalhes, se mostra evidente que os vitoriosos desejavam punir a Alemanha por todo o conflito nos anos anteriores. A primeira parte do documento é dedicada exclusivamente para o estabelecimento da Sociedade das Nações, uma organização internacional que visava uma cooperação dos países membros da mesma, com um objetivo em comum de evitar um conflito de escala semelhante ou maior à Grande Guerra. No entanto, a República de Weimar foi excluída da lista das nações signatárias num primeiro momento. O seu território foi retaliado, tendo a sua fronteira com a França retornado ao estado que se encontrava no ano de 1870, antes das alterações no pós-Guerra Franco-Prussiana, com exceção da bacia do Sarre, que passou à posse francesa após a implementação da Paz em compensação pela destruição das minas de carvão no norte do país<sup>119</sup>.

Foi reconhecida a “obrigação moral” à Alemanha para reparar o prejuízo que causou após a Guerra Franco-Prussiana, sendo assim definido que os territórios cedidos em 1871 ao lado vencedor fossem reintegrados à soberania francesa<sup>120</sup>, de modo a não herdar nenhuma dívida pública à França<sup>121</sup>. Aquando da cessão deste território à nação francesa, a mesma herdaria todos os bens e propriedades do Império ou dos Estados

---

<sup>119</sup> Vide Art. 45º da 4ª parte do Tratado de Versalhes. Diário da República, *Diário do Governo* nº 67/1921, Série I de 2 de abril de 1921. Disponível online: <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1921/04/06700.pdf>

<sup>120</sup> Vide Art. 51º da 3ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>121</sup> Vide Art. 55º da 3ª parte do Tratado de Versalhes.

alemães lá situados<sup>122</sup>, de modo a também tornar a Alemanha responsável por retornar os bens, direitos e interesses que foram tomados dos habitantes e estabelecimentos públicos da Alsácia-Lorena até a data de 11 de novembro de 1918<sup>123</sup>.

A grande derrotada nas negociações foi forçada a reconhecer a independência da Áustria, do Estado Checoslovaco e da Polónia, abdicando de territórios na Silésia para o Estado Checoslovaco<sup>124</sup>. As instalações, fortificações, estabelecimentos e portos alemães na ilha de Heligoland deveriam ser destruídos, com qualquer instalação que fosse considerada militar ou portuária estando inclusa na destruição, sem direito à reconstrução<sup>125</sup>. A Alemanha e seus aliados foram obrigados a cederem seus territórios ultramarinos<sup>126</sup>, de forma a incluir àqueles que foram negociados com a França aquando das negociações da Crise Marroquina em 1911<sup>127</sup>, assim como aquisições territoriais na China e seus respetivos bens<sup>128</sup>, com exceção dos edifícios de função diplomática e consular<sup>129</sup>.

Dentre as consequências mais severas vindas da Paz de Versalhes estão as cláusulas militares, navais e aéreas. Foi estabelecido que o exército alemão ficaria limitado a 7 divisões de infantaria, 3 de cavalaria e com um número máximo de 100.000 homens, número este que incluía oficiais e reservistas. Armamentos de todos os tipos, munições e equipamentos passariam a ser limitados, com armas de pequeno calibre, peças de artilharia e armas antiaéreas. O maquinário para o fabrico de tais armamentos seria fiscalizado por representantes da Sociedade das Nações, com o excedente de produção sendo destruído<sup>130</sup>. O serviço militar obrigatório fora abolido, estando disponível apenas o serviço voluntário<sup>131</sup>.

Em relação à Marinha Alemã, esta fora proibida de possuir submarinos, além de ter o seu número máximo de embarcações diminuído, passando a ser 6 encouraçados do tipo *Deutschland* ou *Lothringen*, 6 cruzadores, 12 *destroyers* e 12 torpedeiros<sup>132</sup>. Foi

---

<sup>122</sup> Vide Art. 56º da 3ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>123</sup> Vide Art. 60º da 3ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>124</sup> Vide Arts. 80º, 81º, 87º e 83º da 3ª parte do Tratado de Versalhes, respetivamente.

<sup>125</sup> Vide Art. 115º da 3ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>126</sup> Vide Art. 118º da 4ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>127</sup> Vide Art. 125º da 4ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>128</sup> Vide Art. 128º da 4ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>129</sup> Vide Art. 130º da 4ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>130</sup> Vide Art. 160º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>131</sup> Vide Art. 173º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>132</sup> Vide Art. 181º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

estabelecido o limite máximo de 15.000 homens dependentes da Marinha de Guerra Alemã, de forma a englobar marinheiros, oficiais e pessoal em terra<sup>133</sup>. Seus navios que estivessem em portos fora do território alemão seriam confiscados pelas potências aliadas<sup>134</sup>. Estava terminantemente proibida de erigir qualquer tipo de fortificação ou estabelecer posições de artilharia nas proximidades dos mares Báltico e do Norte, devendo destruir tais estruturas existentes anteriormente<sup>135</sup> e desabilitar minas submarinas em regiões específicas destes mesmos locais<sup>136</sup>, de modo a garantir a passagem segura de qualquer embarcação. Todas as exigências relativas à destruição, demolição, desmantelamento e afins seriam bancadas pela própria Alemanha<sup>137</sup>. Fora também proibida de possuir ou desenvolver uma força aérea, tanto militar quanto naval<sup>138</sup>.

Guilherme II, como Imperador Alemão durante o período em que ocorreu o conflito, fora publicamente acusado de “ofensa suprema contra a moral internacional e contra a autoridade sagrada dos tratados”, devendo ser julgado por um tribunal composto por cinco juízes, que por sua vez representariam as cinco potências Aliadas, estas sendo os Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão<sup>139</sup>. A nação alemã estava obrigada a entregar às autoridades competentes todos aqueles que foram acusados de crimes de guerra que se encontrassem em seu território, para assim serem julgados<sup>140</sup>.

As Reparações de Guerra foram outro assunto de grande insatisfação dentre a população alemã e seus representantes oficiais aquando do anúncio dos termos do Tratado. As Potências Centrais foram reconhecidas como as responsáveis por todas as perdas e prejuízos sofridos pelos governos Aliados<sup>141</sup>, sendo assim estabelecidas indenizações monetárias como uma forma de compensação às perdas humanas, materiais e imateriais. Desta forma, foi fixada uma quantia colossal de 20 bilhões de marcos-ouro a ser paga a partir do mesmo ano de 1919 até o 4º mês de 1921<sup>142</sup>. Os vencedores reconheciam que a grande nação derrotada não possuía recursos suficientes

---

<sup>133</sup> Vide Art. 183º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>134</sup> Vide Art. 184º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>135</sup> Vide Art. 195º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>136</sup> Vide Art. 193º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>137</sup> Vide Art. 206º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>138</sup> Vide Art. 198º da 5ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>139</sup> Vide Art. 227º da 7ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>140</sup> Vide Art. 228º da 7ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>141</sup> Vide Art. 231º da 8ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>142</sup> Vide Art. 235º da 8ª parte do Tratado de Versalhes.

para pagar as reparações por inteiro naquele momento, no entanto, mantinham a exigência para as pagar<sup>143</sup>.

Também foi estabelecido que a Alemanha teria de pagar tudo aquilo que fosse relacionado a reparações nos territórios da Alsácia-Lorena e da Bacia do Sarre para aqueles que provassem que a mesma teria sido responsável por qualquer dano ou prejuízo aos civis e dependentes daqueles que foram mortos<sup>144</sup>. Também deveria fornecer navios suficientes aos Aliados até se chegar à uma equivalência com as embarcações civis e militares que foram afundadas pela Marinha Imperial Alemã durante a guerra<sup>145</sup>. O governo alemão deveria ceder todos os seus navios que tivessem uma tonelagem bruta igual ou superior a 1:600, de modo a realizar tal entrega num prazo de 2 meses após o Tratado ter entrado em vigor, estando obrigado a também produzir navios que seriam diretamente entregues aos governos Aliados. Durante 10 anos, seria obrigada a entregar designadas quantidades de carvão e derivados para potências Aliadas, como por exemplo, 7 milhões toneladas de carvão/ano para a França e 8 milhões de toneladas de carvão/ano para a Bélgica. No caso francês, a Alemanha estava obrigada a enviar à França remessas de carvão “igual à diferença entre a produção anual antes da guerra das minas do Norte e do Pas de Calais, destruídas em consequência da guerra”<sup>146</sup>.

Com a manutenção de tropas das potências vencedoras em partes do território alemão a partir da assinatura do Armistício, foi definido que a Alemanha deveria custear todos os gastos vindos destas ocupações<sup>147</sup>. Como exemplo destas ocupações, ordenou-se que os territórios alemães a Oeste do Reno fossem ocupados por tropas das potências aliadas durante 15 anos, e à medida que a Alemanha cumprisse as imposições do Tratado, as forças ocupantes realizariam uma retirada gradativa<sup>148</sup>. As potências que fossem comprar territórios antes pertencentes ao Império ou Estados Alemães teriam a possibilidade de adquirir todos os bens e propriedades pertencentes aos mesmos mediante pagamento estabelecido pela Comissão de Reparções, com a exceção das nações francesa e belga, que, respetivamente, seriam isentas de qualquer pagamento desta

---

<sup>143</sup> Vide Art. 232º da 8ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>144</sup> Vide Anexo I do Art. 243º da 8ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>145</sup> Vide Anexo III do Art. 243º da 8ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>146</sup> Vide Anexo V do Art. 243º da 8ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>147</sup> Vide Art. 249º da 9ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>148</sup> Vide Art. 428º da 14ª parte do Tratado de Versalhes.

natureza referente à anexação da Alsácia-Lorena e dos territórios cedidos ao território belga pelos alemães<sup>149</sup>.

Em relação às Cláusulas Económicas, decidiu-se que todos os tratados que o governo alemão havia celebrado com as potências centrais (Império Austro-Húngaro, Império Otomano e Bulgária) a partir do início da Guerra (1º de Agosto de 1914) seriam suspensos<sup>150</sup>, o que incluía o Acordo de Brest-Litovsk, a Paz assinada em separado com os russos<sup>151</sup>. A administração alemã estava proibida de cobrar impostos sobre os produtos importados originários de Estados Aliados e seus associados, bem como não tinha permissão para proibir a importação de tais produtos<sup>152</sup>.

Sobre navegação e afins, foi estabelecido que os navios de bandeira de qualquer uma das nações Aliadas passaram a ter o direito de pescar, usar para cabotagem e reboques marítimos nas águas territoriais alemãs<sup>153</sup>. A navegação no Reno continuaria a ser regulada pela Convenção de Mannheim de outubro de 1868. No entanto, esta convenção seria revista, e a Alemanha estava obrigada a aderir a quaisquer resoluções que fossem aprovadas, bem como a desobediência consciente e deliberada por parte das potências vencedoras das disposições desta Convenção que impedissem a livre navegação no Reno de embarcações de qualquer nacionalidade<sup>154</sup>. Navios rebocadores matriculados nos portos alemães deste mesmo rio poderiam ser cedidos à França, devendo ser dentro os mais recentes construídos e em bom estado de conservação<sup>155</sup>, esta que também passava a ter o direito de desviar parte do curso da água do rio para alimentar os seus canais de navegação e irrigação. Caso necessário, poderia realizar trabalhos na margem alemã do curso d'água<sup>156</sup>. O Canal de Kiel (passagem ao Norte da Alemanha que ligava os mares do Norte e Báltico, que evitava a passagem por águas tempestuosas e o longo contorno da península de Jutland) passou a estar aberto para a passagem de navios de comércio e de guerra de qualquer nação que estivesse em paz com os alemães<sup>157</sup>. A única taxa

---

<sup>149</sup> Vide Art. 256º da 9ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>150</sup> Vide Art. 290º da 10ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>151</sup> Vide Art. 433º da 14ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>152</sup> Vide Art. 264º da 10ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>153</sup> Vide Art. 271º da 10ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>154</sup> Vide Art. 354º da 10ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>155</sup> Vide Art. 357º da 10ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>156</sup> Vide Art. 358º da 10ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>157</sup> Vide Art. 380º da 10ª parte do Tratado de Versalhes.

permitida para o uso deste caminho era relativa à sua conservação e para abater as despesas vindas da sua operação<sup>158</sup>.

O Tratado de Versalhes fora recebido de forma extremamente negativa na Alemanha, tanto pelo governo quanto pela população. Certos setores supunham que os artigos seriam rígidos com o país, mas não previam a gravidade do que foi estabelecido<sup>159</sup>. O documento era referenciado como o *Diktat* de Versalhes, sendo influenciado pela forma em que os vencedores ditaram os termos para a paz, sem a interferência ou consulta de representantes da República de Weimar durante as negociações. A ideia geral que se nota no texto era de que os alemães eram os principais responsáveis pela guerra, numa filosofia de pensamento de muito agrado dos revanchistas franceses. Perante tal resultado, era evidente que a Alemanha não estava preparada para a derrota. Pensava-se inicialmente que os termos da Paz seriam baseados nos Pontos de Wilson, de forma que não foi preparada nenhuma medida para uma situação mais severa<sup>160</sup>. Desta maneira, a conduta e ideais por parte da Entente impossibilitou uma reconciliação imediata entre França e Alemanha após quase 50 anos de relações turbulentas, tendo causado o efeito contrário, este sendo a continuação das turbulentas relações entre os países.

### 1.11 As Relações entre França e Alemanha após a Paz de Versalhes

Com o fim dos combates, o posicionamento francês tinha a sua segurança como principal enfoque, fazendo com que impulsionasse a aplicação total do Tratado assinado em 1919 para enfraquecer a Alemanha<sup>161</sup>. Desta forma, a França iria concretizar o anseio de se tornar uma das principais potências industriais após a vitória dos aliados, ideal herdado do período napoleónico<sup>162</sup>. A sua rival alemã era dotada de um elevado potencial industrial e demográfico, o que tornava o cumprimento integral do acordo de Versalhes uma parte fulcral para o planeamento francês<sup>163</sup>. Assim, foram elaborados planos para limitar a recuperação económica alemã por meio do confisco de minas e seus respetivos minerais em territórios como o Sarre e a Alta Silésia<sup>164</sup>. O desejo expansionista francês

---

<sup>158</sup> Vide Art. 382º da 10ª parte do Tratado de Versalhes.

<sup>159</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 424-425.

<sup>160</sup> FLENLEY, *Modern German History*, p. 349.

<sup>161</sup> MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Edições 70, Lisboa, 2007, p. 10

<sup>162</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, p. 12.

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*, p. 20.

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*, p. 22.

pós-1919 era evidente, sendo visível o anseio de conquistar a supremacia industrial no espaço europeu continental, tendo em vista o preenchimento do vazio inicial criado pela tentativa de enfraquecimento direcionado à República de Weimar<sup>165</sup>.

No entanto, o revanchismo alemão temido pelas potências vencedoras foi alimentado pela política inicialmente adotada pelas mesmas, tendo em conta a imposição de diversas cláusulas severas, como por exemplo a quantia inicial de 132 bilhões de marcos-ouro a serem pagos aos aliados. Na ótica francesa, a humilhação sentida pela população alemã foi a mesma sentida pelos franceses a partir de 1871<sup>166</sup>. A Alemanha se encontrava em crise após o fim da Guerra, tendo em conta os gastos para mantê-la durante quatro anos e a forma em que foi financiada, esta sendo via empréstimos. A necessidade de mais dinheiro impresso para o governo e os empreendimentos nacionais fez com que fossem emitidas mais notas, o que causou a diminuição no seu valor. A situação financeira do país derrotado tinha uma tendência para se deteriorar no futuro, tendo em conta a exigência de pagamento do valor exorbitante das reparações de guerra e sabendo-se que algumas nações não aceitariam o seu pagamento em géneros, como por exemplo a Grã-Bretanha<sup>167</sup>.

Nos primeiros anos após a assinatura da Paz, a França exercia grande influência na Europa continental, o que era facilitado pela elevada quantidade de crises económicas, políticas e sociais em outros países no seu entorno. Entretanto, os alicerces económicos, financeiros e demográficos da sua política eram frágeis, visto que foram enfraquecidos com o tempo, numa altura em que a Alemanha conseguiu concretizar a sua reestruturação e também reuniu apoio internacional, por volta do ano de 1925<sup>168</sup>. Este auxílio ocorreu devido ao posicionamento das potências anglo-saxónicas, que por sua vez não aprovavam um domínio francês da Europa, algo que, no seu entendimento, justificaria a assistência fornecida pelos ingleses e norte-americanos. Ainda que o Tratado fosse severo com a República de Weimar, a mesma se mostrava ser superior à França nos domínios demográficos e económicos, enquanto carecia nos aspetos político e militar<sup>169</sup>.

Como uma forma de resistência à aplicação implacável dos artigos de Versalhes, o governo alemão mostrou uma grande indisposição para com o cumprimento dos

---

<sup>165</sup> Idem, *ibidem*, p. 52.

<sup>166</sup> Idem, *ibidem*, p. 21.

<sup>167</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, pp. 435-437.

<sup>168</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, p. 43.

<sup>169</sup> Idem, *ibidem*, pp. 52-53.

mesmos. Notava-se a influência de grandes nomes da indústria alemã na política do país, com homens de negócios e empresários de grandes corporações fazendo parte do executivo alemão<sup>170</sup>. Ao passo que a Alemanha realizava melhorias nas suas instalações siderúrgicas e se beneficiava da inflação galopante para praticamente anular as suas dívidas, a França tinha o fracasso do seu projeto siderúrgico, permitindo que a sua rival reconquistasse a mesma capacidade produtiva àquela do início da Grande Guerra<sup>171</sup>.

Sabia-se que o governo francês dependia das indemnizações alemãs para o pagamento das dívidas que havia contraído ao longo do conflito, algo que a República de Weimar usou a seu favor quando interrompeu o envio destes pagamentos em géneros e espécie após a reaproximação com a União Soviética, ocorrida em 1922. Como consequência desta política, tropas franco-belgas marcharam na região do Ruhr em janeiro de 1923 sob o pretexto de acompanhamento de técnicos cujas orientações eram de “avaliação das capacidades de entrega das empresas alemãs”, o que na prática se traduziu numa ocupação militar<sup>172</sup>. Por meio desta ação, Poincaré pretendia realizar uma cobrança direta ao património alemão, levando à criação de uma fronteira temporária destinada a cobrar direitos de passagem entre a zona ocupada e o restante da Alemanha, além de uma central de caminhos de ferro que permitiu a revitalização da economia regional. A chamada “resistência passiva” foi a forma encontrada pelos alemães para enfrentar esta situação, que consistia na greve dos trabalhadores custeada pelo governo. No entanto, esta medida não apresentou resultados significativos depois de ser utilizada durante meses e também foi responsável por elevados gastos para a sua manutenção, o que levou à formação de movimentos armados, prisões de cidadãos alemães e desemprego<sup>173</sup>. No final do ano de 1923, o país era assolado por uma inflação galopante, em que um dólar era equivalente a aproximadamente quatro triliões de marcos-ouro<sup>174</sup>.

O governo de Wilhelm Cuno já não tinha controle sobre o país em junho de 1923, que por sua vez passava por um período de múltiplas greves em diferentes setores, com o risco de se transformar em uma greve geral. Assim, o Chanceler foi demitido em agosto do mesmo ano, dando lugar a Gustav Stresemann<sup>175</sup>. O novo governante alemão herdou uma situação caótica, com o surgimento de diversos grupos insurreccionistas perante tal

---

<sup>170</sup> Idem, *ibidem*, p. 59.

<sup>171</sup> Idem, *ibidem*, p. 61.

<sup>172</sup> Idem, *ibidem*, pp. 64-65.

<sup>173</sup> Idem, *ibidem*, pp. 66-67.

<sup>174</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 450.

<sup>175</sup> Idem, *ibidem*, pp. 456-457.

período de crise e a desvalorização anormal da moeda nacional. Com isso, ordenou o fim da resistência passiva e habilmente estabilizou o marco alemão em relativamente pouco tempo, tendo assegurado o apoio britânico no início de 1924 para tal. Numa inversão total da imagética existente imediatamente após o fim da Grande Guerra, a França foi enxergada como uma agressora imperialista enquanto a Alemanha configurava a vítima no final desta crise<sup>176</sup>. Stresemann foi de suma importância para a estabilização da economia alemã, com a sua diplomacia sendo responsável pelo restabelecimento da posição de equidade perante as demais potências em diversos aspectos, exceto o militar<sup>177</sup>. No entanto, a política internacional conduzida pelo Chanceler era alvo de duras críticas por parte de nacionalistas e conservadores alemães<sup>178</sup>.

O objetivo idealizado pelo novo chefe de governo alemão era a reconquista da soberania completa alemã e da autossuficiência do seu país, de forma a não ser dependente de outros e ser capaz de se defender de ataques diretos ou de pressão indireta. Estes objetivos se tornariam possíveis com uma série de condições, como a remoção das cláusulas financeiras impostas pela Paz de Versalhes e seus encargos, a evacuação das tropas estrangeiras do solo alemão, a paridade militar com as restantes potências e a retificação da sua fronteira à leste<sup>179</sup>.

Com o objetivo de reorganizar o pagamento das indenizações alemãs e a normalização das suas finanças para tal, em 1924 foi elaborado o Plano Dawes. Por meio de empréstimos de bancos anglo-saxões, do estabelecimento de pagamentos escalonados, da revisão dos valores a serem liquidados e outras medidas, a Alemanha foi aliviada de parte da asfixia econômica aplicada pela França através da entrada de capital inglês e estadunidense na sua economia. Stresemann, inicialmente reticente em fazer parte do plano, decidiu pelo emprego do mesmo. No entanto, para que pudesse ser aplicado, era exigida a retirada das forças franco-belgas da região do Ruhr e a cessão das atividades da central de ferrovias instaladas pelos franceses<sup>180</sup>, tendo Édouard Herriot, o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês e seu representante, acatado à contragosto com todos os termos e decretado o fim da ocupação, na Conferência de Londres<sup>181</sup>. Desta forma, a

---

<sup>176</sup> Idem, *ibidem*, pp. 68-69.

<sup>177</sup> CRAIG, *Germany: 1866-1945*, p. 498.

<sup>178</sup> Idem, *ibidem*, p. 511.

<sup>179</sup> Idem, *ibidem*, p. 512.

<sup>180</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, pp. 70-71.

<sup>181</sup> CASTRIES, Duc de, *Histoire de France, des origines à 1970*, Éditions Robert Laffont, Paris, 1971, p. 527.

Alemanha demonstrou sinais de recuperação financeira no mesmo ano com o auxílio de empréstimos americanos e com a criação de uma nova moeda convertível em ouro, o *Reichsmark*<sup>182</sup>.

Entre as eleições de 1919 até 1924, a coalizão de direita do *Bloc National* governava a França com maioria, sob a liderança do afrontoso Georges Clemenceau. Todavia, Aristide Briand, seu sucessor à esquerda, era favorável a uma política de conciliação com a Alemanha, e não de enfrentamento, tendo reconhecido a superioridade económica e demográfica da antiga nação inimiga<sup>183</sup>. Como resultado da postura reconciliatória dos chefes de governo das nações em questão, foram assinados os Acordos de Locarno em outubro de 1925, que garantiam a estabilidade entre ambos os países. Assim, ficou estabelecido o reconhecimento da desmilitarização da zona renana e também das fronteiras com a França e a Bélgica pela República de Weimar e, na eventualidade futura de revogar tal decisão, acertou-se a proibição do uso da força<sup>184</sup>. A política de desanuviamento foi responsável pelo estabelecimento de acordos e tratados entre Alemanha e França, de forma a evitar atritos económicos e industriais entre ambos. As opiniões públicas tanto francesas quanto alemãs, em geral, gradativamente abandonaram as hostilidades uma com à outra à medida que os extremistas perderam força<sup>185</sup>.

---

<sup>182</sup> MILZA, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, p. 73.

<sup>183</sup> Idem, *ibidem*, p. 74.

<sup>184</sup> Idem, *ibidem*, p. 77.

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*, p. 80.





## 2. Relações Políticas: a França e o Parlamento Português

Para se comentar da forma que a França é citada nos Debates Parlamentares, é necessário tomar nota das diferentes situações e contextos em que este país tem o seu nome proferido no parlamento português. Com a participação de Portugal na Grande Guerra ao lado da Tríplice Entente, este ato é visto como algo além de uma ação de grande heroísmo por parte dos portugueses, já que também é entendido que a França poderia mostrar a sua gratidão em relação à esta participação portuguesa no conflito, algo que ocorreu diversas vezes nos anos seguintes e que será explorado posteriormente.

No que é relativo às formas em que o país é citado nos Debates Parlamentares, na maioria das vezes, a palavra “França” é utilizada para se referenciar ao tempo da Guerra, onde normalmente o orador se refere à época em que o próprio ou outro indivíduo que tivesse sido citado no debate esteve em combate em terras francesas. Outra situação frequente em que a França é citada se trata da visão que se tem da mesma como um exemplo que deve ser seguido nos mais diversos âmbitos debatidos no parlamento português, dentre eles podem ser citadas as esferas da economia, política (destacando-se especificamente formas de organizar a ação de governar), cultura, moral, civilização, técnico-agricultora, intelectualidade, dentre muitas outras.

Excluindo a citação do nome do país como marco temporal, este aspeto “exemplar” da França é, talvez, o que mais se repete no espaço entre os anos de 1919 e 1926, estando regularmente presente nos Debates e tendo como função a exemplificação de algo funcional no estrangeiro e que deveria ser implementado em Portugal, ou algo que deve ser alvo de elogios e louvores. É evidentemente a existência de ocasiões em que a França é citada de forma negativa, no entanto, não se compara em termos quantitativos em relação ao que é dito positivamente em relação sobre a mesma.

## 2.1 A Guerra e as relações políticas entre Portugal e França pós-1918

O tema da Guerra, inúmeros assuntos pendentes em relação à mesma e as alianças de Portugal com outros países são constantes nas diferentes casas do Parlamento no decorrer dos anos em análise, sendo evidente que, no ano seguinte ao fim dos conflitos, este tema está ainda mais em voga, sendo possível encontrar diversas entradas que se referem aos ocorridos da Guerra. Fatores como a “fé dos vencedores” que foram importantes para a vitória da Tríplice Entente no conflito<sup>186</sup> e elogios à grandes figuras, como o então Primeiro-Ministro e Ministro da Guerra francês Georges Clemenceau<sup>187</sup>, este que foi muitíssimo elogiado em uma das sessões do Senado português, com afirmações em que ele era a representação não só da Alma da França, bem como da alma e raça latinas às quais os portugueses também pertenciam, sendo-lhe atribuído parte do triunfo dos aliados na Guerra. Para demonstrar publicamente a estima que Portugal tinha para com “o Pai da Vitória”, o Senado português aprovou a elaboração de um voto de congratulação a ele por ter sobrevivido à tentativa de assassinato que sofreu no dia 19 de fevereiro de 1919<sup>188</sup>, tendo esta imagem de Clemenceau como um dos grandes líderes nos tempos da guerra permeado por todos os discursos desta sessão senatorial em específico.

Nesta altura, é frequente o uso de termos que salientam os ideais que a França representava para os parlamentares, tendo exemplos como a “alma imortal” que o país

---

<sup>186</sup> Senado da República, III Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 009, 08/01/1919, p. 5. Orador: Queiroz Veloso

<sup>187</sup> Georges Clemenceau (1841-1929) fora um estadista dominante na Terceira República Francesa, cujo contributo enquanto primeiro-ministro (1917-1920) foi de grande importância na vitória aliada na Grande Guerra e na elaboração do Tratado de Versalhes. Nos primórdios da Terceira República, foi o porta-voz mais conhecido dos radicais, que se consideravam herdeiros da tradição jacobina, que se traduzia num forte regime centralizado, intransigente, anticlerical e dotado de nacionalismo assertivo nas relações internacionais. Determinado a vingar a “humilhação vergonhosa” sofrida após a imposição dos duros termos da Paz após a Guerra Franco-Prussiana, fora implacável nas sessões da Conferência de Paz que presidira em 1919, dotado de opiniões e presença altamente influentes, que facilitaram a promoção de ideais como o desarmamento alemão em represália à destruição causada, tendo popularizado o célebre termo “L’Allemagne paiera” (A Alemanha pagará), cunhado pelo seu Ministro das Finanças Louis-Lucien Klotz. Quis garantir que a Alemanha nunca mais fosse capaz de se mostrar como uma ameaça militar para o resto da Europa, tendo o Tratado de Versalhes diversas cláusulas e estipulações para asseverar este objetivo. (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Clemenceau, Georges”, “Versailles, Treaty of”, “France”.)

<sup>188</sup> Senado da República, III Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 029, 21/02/1919, p. 3. Orador: Queiroz Veloso

detinha<sup>189</sup>, “a França augusta das grandes inovações políticas, nossa irmã de raça”<sup>190</sup>, “os intelectuais franceses, os maiores espíritos da civilização latina”<sup>191</sup>, dentre muitos outros. Neste contexto, deve-se destacar que a França, por sua vez, reconhecia o esforço feito por parte dos portugueses ao terem lutado ao lado dos aliados na Guerra, tendo o então presidente francês da época Raymond Poincaré<sup>192</sup> reconhecido este facto publicamente ao ter recebido as credenciais de João Chagas<sup>193</sup>, o então ministro português em Paris. O Chefe de Estado francês afirmou que apreciava a simpatia da nação portuguesa e o papel “cavalheiresco” desempenhado pelo exército, estando assim feliz pela contribuição que fazia na direção de uma aproximação cada dia mais estreita entre as duas nações irmãs<sup>194</sup>.

Neste ambiente de cooperação e afinidade entre nações, o senador Bernardino Machado<sup>195</sup> pôs a França ao nível da Inglaterra em relação às alianças de Portugal,

---

<sup>189</sup> Senado da República, III Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 009, 08/01/1919, p. 5. Orador: Queiroz Veloso

<sup>190</sup> Congresso da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 003, 09/06/1919, p. 9. Orador: António José de Almeida

<sup>191</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 016, 30/06/1919, p. 57. Orador: Alves dos Santos

<sup>192</sup> Raymond Poincaré (1860-1934) fora estadista francês e presidente da Terceira República Francesa durante a Grande Guerra, posteriormente sendo o líder do *Bloc National*, coalizão de direita eleita na Câmara dos Deputados francesa, dominante nesta casa do parlamento no período entre as eleições de novembro de 1919 e 1925. Nos anos anteriores ao conflito mundial de 1914, fora deputado, ministro e senador, tendo assumido o cargo de Primeiro-Ministro no ano de 1912 e o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros de forma concomitante, até o ano de 1913. Foi responsável por prometer comprometimento para com a aliança firmada com a Rússia e por uma cooperação militar com a Inglaterra em caso de crise internacional. Assumiu os postos de Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros novamente entre 1922 e 1924, sendo responsável por recusar um atraso nos pagamentos alemães das indemnizações de guerra e, em retaliação, ordenou a ocupação da bacia do Ruhr. (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Poincaré, Raymond”, “Bloc National”.)

<sup>193</sup> João Pinheiro Chagas (1863-1925) fora um dos grandes nomes da I República portuguesa, sendo o primeiro chefe de missão de 1ª classe republicano, nomeado em 23 de março de 1911, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para a legação de Portugal em Paris. Inicialmente um simpatizante monárquico, aderiu ao republicanismo após o *Ultimatum* inglês de 1890. Figura popular independente das fações internas do PRP, foi chamado para presidir o primeiro governo constitucional da República, em 1911. Tomou posse em setembro, no entanto, pediu demissão em novembro devido a críticas e à falta de apoio parlamentar, tendo então reassumido o cargo diplomático em Paris. Foi de suma importância para o governo sediado em Lisboa aquando do início da Grande Guerra, tendo enviado a maior quantidade possível de informações acerca do conflito para facilitar a definição do posicionamento internacional português. Integrou a segunda delegação portuguesa enviada à Conferência de Paz, tendo defendido as compensações devidas a Portugal com base na sua participação ativa no conflito mundial, em solo europeu e africano. Como consequência da falha em se alcançar a compensação desejada, pediu a exoneração do cargo diplomático em Paris para exercer a função de presidente da representação portuguesa na Sociedade das Nações no ano de 1924. (NOVAIS, Noémia Malva, “Chagas, João Pinheiro” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, Assembleia da República, Lisboa, 2013, pp. 643-645.)

<sup>194</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 005, 11/06/1919, p. 7. Orador: Leote do Rêgo

<sup>195</sup> Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944) foi um dos políticos mais influentes da I República. Sua carreira política se iniciou durante a Monarquia, sendo deputado pelo Partido Regenerador (1882-1897) e também tendo exercido cargos ministeriais neste período. No entanto, à medida que o século XIX chegava ao seu fim, Bernardino Machado se mostrava cada vez mais crítico aos partidos monárquicos e à própria

afirmando que a aliança com a Inglaterra já era consolidada e que, com a participação portuguesa na Guerra, foram firmadas novas alianças indissolúveis com outras nações livres. Desta forma, Portugal deveria apoiar a França de forma inequívoca a partir do momento em que a sua fronteira fosse ameaçada, e por fim classifica a França como a “fronteira da civilização”<sup>196</sup>, no que pode ser interpretado como uma classificação indireta da Alemanha como país incivilizado.

Tal ambiente amigável nas relações políticas entre ambos os países pode ser visto no ano de 1919, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Barreto<sup>197</sup> recebeu um convite oficial francês com o fim de conhecer o encouraçado da marinha francesa *Jeanne d’Arc* e assistir a um almoço oferecido ao governo português à bordo da embarcação<sup>198</sup>. As demonstrações de amizade entre ambos os países continuaram no ano seguinte, já que, após a eleição de Paul Deschanel<sup>199</sup> como o novo presidente da França, o recém-eleito expôs o sentimento de amizade que sentia para com Portugal por meio de

---

Monarquia, se tornando cada vez mais liberal. Em 1903 adere ao Partido Republicano Português e se afasta do regime de forma definitiva no processo, defendendo a sua liberalização. Após o 5 de outubro de 1910, fez parte do Governo Provisório como Ministro dos Negócios Estrangeiros, também tendo se candidatado para ser presidente na Assembleia Constituinte, não tendo sido eleito, e assim ocupou um cargo no Senado. Fora exilado de forma compulsória durante a Ditadura de Sidónio Pais, e após o seu retorno em agosto de 1919, foi eleito senador. Na sequência de um período de 3 anos de instabilidade ministerial, parlamentar e constitucional, fez parte de um ministério “transpartidário” a partir de março de 1922, tendo acumulado a presidência do Conselho de Ministros e as pastas do Interior e da Agricultura. Neste momento, as dificuldades económicas e financeiras se mostravam mais problemáticas do que àquelas de caráter político, fazendo com que defendesse com mais afincamento o recebimento das reparações de guerra reservadas a Portugal, e assim, contraiu um empréstimo com a Inglaterra no valor equivalente àquele devido ao governo português pela Alemanha. Participou também na negociação entre Portugal e França para a entrada dos vinhos portugueses no dito país, no entanto, seu governo chegou ao fim a 21 de maio do mesmo ano. Fora eleito senador novamente em 1925 como candidato independente, sendo eleito posteriormente a Presidente da República pelo Congresso, se mantendo no cargo até 31 de maio de 1926. (CUNHA, Norberto Ferreira da, “Guimarães, Bernardino Luís Machado” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II – F-M, Assembleia da República, Lisboa, 2014, pp. 232-252.)

<sup>196</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 067, 20/11/1919, p. 17. Orador: Bernardino Machado

<sup>197</sup> Enquanto Portugal era uma Monarquia, João Carlos de Melo Barreto (1873-1935) fizera parte do Partido Regenerador, tendo sido eleito deputado em diversas instâncias desde 1904. Após a proclamação da República em outubro de 1910, aderiu ao Partido Democrático, posteriormente assumindo cargos como diretor-geral do Congresso da República, representante de Portugal no Comité Económico Internacional da Conferência dos Aliados e na Conferência Interparlamentar do Comércio entre 1917 e 1918. Assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros de 19 de julho de 1919 a 8 de março de 1920, 19 de julho a 20 de novembro de 1920, e 23 de maio a 30 de agosto de 1921. Mesmo com uma opinião cada vez mais crítica do regime, fora o representante português em Madrid entre os anos de 1922 e 1935. (SOUZA, Jorge Pais de, “Barreto, João Carlos de Melo” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, pp. 388-389.)

<sup>198</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 070, 26/11/1919, p. 10. Orador: Melo Barreto

<sup>199</sup> Paul Deschanel (1855-1922) foi uma importante figura política e líder parlamentar durante a Terceira República Francesa, sendo o seu 10º presidente. Inicialmente vinculado aos Republicanos Progressistas, fora presidente da Câmara dos Deputados em duas ocasiões, de 1898 a 1902 e entre os anos de 1912 e 1920. (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Deschanel, Paul”.)

um texto publicado no Diário de Notícias, escrito pelo próprio<sup>200</sup>. No texto, além de demonstrar a sua estima e solidariedade aos portugueses, asseverou também a enorme gratidão ao país por causa do seu esforço ao ter lutado na Guerra ao lado dos franceses, tendo respondido “aos nobres instintos da sua raça”. Deschanel continuou, afirmando que tinha conhecimento das dificuldades que o país lusitano passava na altura, algo que não foi fator impeditivo para o envio de combatentes para a França, e assim afirmou que os seus aliados em tempos de guerra iriam ajudar o país em tempos de Paz, garantindo que a França seria a primeira a fazê-lo.

Por fim, Deschanel informou que a França tinha conhecimento das aspirações coloniais de Portugal porque partilhava das mesmas, e reiterou que ambas as nações são países “ligados pela tradição, unidos pelo mesmo ideal, trabalharão juntamente na mesma obra de Justiça e Beleza”<sup>201</sup>. A relação de admiração entre ambos os países foi materializada numa grande demonstração por parte da França, esta que enviou o marechal Joffre<sup>202</sup> a Portugal num contexto de homenagem aos portugueses mortos na Guerra<sup>203</sup>. O envio do comandante-chefe do exército francês aquando do início da Guerra e um dos responsáveis pela vitória aliada na Primeira Batalha do Marne é de grande simbolismo da amizade entre ambas as nações, já que Portugal recebeu um militar francês de alto escalão, cuja atuação no conflito foi de considerável importância, particularmente nesta batalha.

O Tratado de Versalhes não deixou de ser falado pelo Congresso, já que se comentam sobre certos assuntos ligados ao documento, como por exemplo a rapidez em que os parlamentos de outros países discutiram-no, diferentemente da França, cujo parlamento discutiu sobre este assunto de forma mais demorada, durante 23 sessões.

---

<sup>200</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 021, 19/01/1920, p. 4. Orador: Celestino de Almeida

<sup>201</sup> Idem, p. 5. Orador: Celestino de Almeida

<sup>202</sup> Joseph-Jacques-Césaire Joffre (1852-1931) fora o comandante-chefe dos exércitos franceses na frente ocidental da Grande Guerra entre 1914 e 1916, sendo responsável pelo calamitoso plano de campanha aquando do início dos combates em 1914. No entanto, fora de suma importância no enfrentamento e repulsa subsequentes das forças alemãs vindas da Bélgica, que seguiam em direção à capital francesa. Perante a já estabelecida guerra de trincheiras e aparente dificuldade em avançar sob as posições alemãs a partir de 1915, o prestígio do comandante francês vinha num declínio que se tornou mais vertiginoso após a ofensiva alemã em Verdun, tendo sido responsabilizado pela falta de preparação vista no perímetro e pelo grande número de baixas francesas. Foi promovido a Marechal no dia 26 de dezembro de 1916, todavia, já havia perdido o comando efetivo dos exércitos franceses, passando a desempenhar apenas um cargo consultivo, e com isso, pediu a sua renúncia no mesmo dia da sua promoção. (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Joffre, Joseph-Jacques-Césaire”.)

<sup>203</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 037, 12/04/1921, p. 5. Orador: Abel Hipólito

Adicionalmente, destacou-se o caráter relativamente violento da discussão no parlamento francês, todavia, este ambiente hostil teria sido evitado na maior parte das vezes, desta forma se mantendo “nobre e erudita, honrando o parlamento francês”<sup>204</sup>. As reparações de guerra devidas a Portugal também foram comentadas nas sessões do Parlamento, de forma a se debater não apenas o seu valor, bem como o questionamento sobre o cabimento das compensações, já que na visão de parlamentares como Brito Camacho<sup>205</sup>, o país merecia territórios em África e na Ásia, além de uma compensação monetária mais volumosa<sup>206</sup>, sempre tendo em mente o sacrifício dos soldados portugueses “nos campos da gloriosa França” e os prejuízos advindos da participação no conflito<sup>207</sup>.

Com o passar dos anos, a política alemã de irregularidade no pagamento das indemnizações de guerra à França (e eventuais negações relativas à liquidação da dívida) foi algo frequente no cenário internacional europeu, situação esta que causou impacto também em Portugal devido à diminuição dos fundos disponíveis ao país. Desta forma, não era incomum a presença do assunto relativo à Alemanha e a sua dívida com Portugal no debate nas casas do Parlamento, questionando-se o silêncio do governo que contrastava diretamente com os protestos realizados por França e Inglaterra com base na recusa alemã a pagar as indemnizações<sup>208</sup>.

No mês de julho de 1923, a postura internacional portuguesa relativa a este assunto parece ser dúbia, tendo o deputado Cunha Leal<sup>209</sup> feito a sugestão de aderir ao ponto de

---

<sup>204</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 059, 31/03/1920, p. 13. Orador: Barbosa de Magalhães

<sup>205</sup> Formado na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1889, Manuel de Brito Camacho (1862-1934) ingressou na carreira militar em 1891. Ainda em finais do século XIX, foi propagandista do ideal republicano, sendo eleito deputado em diversas instâncias após o início da I República (1911, 1915, 1919, 1921 e 1922). Proveu suporte ideológico para a fundação do Partido Unionista em fevereiro de 1912, e junto do seu jornal *A Luta*, se tornou a principal oposição do Partido Democrático no campo institucional. No entanto, por conta do seu apoio ao Sidonismo, perdeu parte da reputação que vinha acumulado nos anos anteriores, visto que fora uma figura importante para o surgimento da República e nos seus primeiros anos. (FARINHA, Luís, “Camacho, Manuel de Brito” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, pp. 492-493.)

<sup>206</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 058, 30/03/1920, p. 34. Orador: Brito Camacho

<sup>207</sup> Idem, p. 22. Orador: Sá Cardoso

<sup>208</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 120, 04/07/1923, pp. 16-17. Orador: Cunha Leal

<sup>209</sup> Formado engenheiro civil na Escola do Exército, Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970) iniciara sua vida política no parlamento sidonista, sendo posteriormente eleito em todas as legislaturas até o ano de 1926. Fora Presidente do Ministério e Ministro do Interior entre dezembro de 1921 a janeiro do ano seguinte, e Ministro das Finanças em 1920, 1921 e 1923. Desde os primórdios de sua carreira política, lutara contra o domínio do Partido Democrático e pela refundação de um novo partido republicano de centro-direita, para alternar com o partido no poder. Entre 1919 e 1926, liderou quatro partidos (Partido Popular, Partido Liberal, Partido Nacionalista e União Liberal Republicana). (FARINHA, Luís, “Leal,

vista da aliada França e protestar em conjunto contra a atitude alemã, de forma a evitar a “política do silêncio”. Porém, mesmo com o deputado tendo defendido o apoio às nações aliadas, também comentou sobre a possibilidade de negociação de acordos bilaterais entre os países envolvidos e a Alemanha. Desta forma, aconselhou o governo a elaborar algum plano de ação caso este cenário viesse a se tornar realidade. Para sustentar seu argumento, Leal usou a ocupação franco-belga do Ruhr na defesa do seu ponto de vista ao alegar que a Inglaterra considerou a possibilidade de negociação direta com a Alemanha dum acordo sobre o pagamento anual da mesma quantia que a Alemanha devia aos Estados Unidos. Em seguida, teceu uma crítica ao posicionamento português relativo a este assunto ao afirmar que deveria ser estabelecido um caminho definitivo para a diplomacia portuguesa, tendo em conta os cinco anos volvidos da elaboração do Tratado de Paz. Alegou uma suposta falta de posicionamento por parte do governo português no que era relativo ao pagamento das indemnizações de guerra, que por sua vez seriam de grande importância para a quitação das dívidas contraídas durante a Grande Guerra<sup>210</sup>. Em suma, defendia uma postura mais ativa na política externa em defesa dos interesses portugueses<sup>211</sup>, tanto para o contexto das indemnizações de guerra quanto para as relações comerciais com a França.

O presidente do ministério e ministro do interior António Maria da Silva<sup>212</sup> respondeu ao discurso do deputado Cunha Leal no dia seguinte, de modo a rebater as afirmações do parlamentar. O Ministro afirmou que o governo se empenhava em manter as conquistas da Conferência de Spa em 1920, ou seja, a distribuição de 8% do valor total devido à Alemanha em indemnizações e reparações às potências aliadas além da França, Reino Unido, Itália e Bélgica. Ponderou a diferença de Portugal e países como Itália e França na capacidade de atuação, o que por si só não configurava um fator impeditivo na

---

Francisco Pinto da Cunha” in ROLLO (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II – F-M, p. 588.)

<sup>210</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 120, 04/07/1923, p. 18.

<sup>211</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>212</sup> António Maria da Silva (1872-1950) fora o governante que ocupou a chefia por mais tempo na I República. Militante do Partido Democrático, integrou o seu diretório no ano de 1917. Após anos de experiência como deputado, assumiu a pasta das Finanças entre os dias 3 e 20 de janeiro de 1920, nos governos de Fernandes da Costa e Sá Cardoso, e como líder do Partido Democrático, formou um governo entre 26 de junho e 19 de julho do mesmo ano. Fora Presidente do Ministério em outras cinco ocasiões até maio de 1926, sendo responsável pelos ministérios do Interior, da Guerra, da Instrução Pública e da Agricultura. Se tornou o principal símbolo da República no pós-Guerra, consolidando-se como o maior representante da ala conservadora do PRP na década de 1920, de forma a ter mantido uma orientação conciliadora e ordeira em seus governos. (QUEIROZ, Maria Inês, “Silva, António Maria da” in ROLLO (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III – N-Z, Assembleia da República, Lisboa, 2014, p. 823.)

defesa dos interesses portugueses por parte do governo perante a possibilidade de negociação bilateral.<sup>213</sup> Domingos Leite Pereira<sup>214</sup>, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmou ao deputado que assuntos como este eram de caráter reservado e seu debate restrito apenas ao executivo e funcionários do aparelho diplomático<sup>215</sup>. O ministro entrou em detalhes sobre a organização e funcionamento da Comissão de Reparações, composta por delegados do Estado Servo-Croata-Esloveno, Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e Bélgica, na qual Portugal não tinha assento<sup>216</sup>. De acordo com Pereira, as demais potências aliadas tinham a permissão de emitir as suas respectivas opiniões -sem o direito de voto- nas questões de seu interesse. Porém, as decisões finais eram assumidas apenas pelas potências com direito de voto.

No tocante à reunião do Conselho Superior em Londres, incumbida a modificar acordos anteriores estabelecidos em Bolonha e Paris, estabeleceu-se a redefinição da dívida alemã em 132 bilhões de marcos-ouro pagos em 3 séries de obrigações, tendo Portugal direito a 90 milhões da série A, 285 milhões da série B e 675 milhões da série C; além dos juros. O ministro ainda fez menção às resoluções alcançadas na Conferência de Spa, relativas à prioridade dos pagamentos concedidas às potências com perdas maiores. Até então, sabia-se que foram aprovadas requisições portuguesas feitas à Comissão, no valor de 21 milhões e 60 mil marcos-ouro, a serem entregues entre os anos de 1922 e 1923 - tendo a primeira prestação de 12 milhões de marcos-ouro sido entregue a Portugal, vide o acordo Bemelmans de 2 de junho de 1922<sup>217</sup>.

Em resposta ao pronunciamento de Domingos Leite Pereira, o deputado Cunha Leal tornou a discursar perante a Câmara no dia 13 de julho de 1923, de forma a questionar o ministro em relação à dívida que Portugal tinha com Inglaterra, tendo em seu entendimento que a situação portuguesa era diferente de todas as outras pequenas

---

<sup>213</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 121, 05/07/1923, p. 21. Orador: António Maria da Silva

<sup>214</sup> Domingos Leite Pereira (1882-1956) fora parlamentar, ministro e membro do diretório do PRP (exceto no período entre novembro de 1920 a dezembro de 1921), tendo liderado a sua respetiva bancada parlamentar. Ingressou no Parlamento em 1911 como deputado na Assembleia Constituinte, sendo eleito em todas as legislaturas anteriores e posteriores ao Sidonismo. Além de presidir a Câmara, foi nomeado à delegado para uma das edições da Conferência Interparlamentar do Comércio. Desempenhou funções ministeriais nas pastas do Interior, Instrução e Negócios Estrangeiros (exercera a última em seis ocasiões distintas), tendo também assumido a Presidência do Governo em 1919. (PINTO, Ana Catarina, “Pereira, Domingos Leite” in ROLLO (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III – N-Z, pp. 244-245.)

<sup>215</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 126, 12/07/1923, p. 10. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>216</sup> Idem, p. 12. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>217</sup> Idem, p. 13. Orador: Domingos Leite Pereira

potências. O parlamentar afirmava categoricamente que as mesmas tinham dívidas com a França. Desta forma, receava que fossem feitas exigências britânicas no pagamento da dívida contraída pela França durante a guerra, um novo precedente que poderia ser aplicado a Portugal. Leal rogava por negociações com a Inglaterra para impedir a concretização deste cenário de desrespeito para com os interesses portugueses<sup>218</sup>. De maneira a tranquilizar a Câmara, Domingos Pereira confirmou a existência de negociações com o aliado inglês, porém, lamentou não poder revelar mais detalhes<sup>219</sup>. No entanto, esta afirmação não se mostrou ser suficiente para o deputado, que por sua vez realizou o pedido de informação relativo às perspectivas francesa, italiana e britânica sobre as indemnizações e dívidas de guerra<sup>220</sup>.

A metodologia francesa consistia em tratar da dívida de guerra com a Inglaterra enquanto se buscava conter a redução dos encargos devidos à Alemanha, sabendo-se da indisposição do governo francês em relação a perdas de quaisquer receitas ou a concessões ao governo alemão, política que seguia a postura revanchista francesa de lema “a Alemanha pagar”. Caso a Inglaterra quisesse patrocinar revisões à dívida, seriam realizadas à suas próprias expensas<sup>221</sup>. Para a Itália, as dívidas de guerra deveriam ser tratadas em simultâneo com as reparações impostas à República de Weimar. O Reino Unido defendia o auxílio à Alemanha para viabilizar a sua reestruturação financeira por meio de acordos bilaterais, em troca de compensações subsequentes. Assim, em sua análise, Cunha Leal confirmava o afastamento do governo português em relação à perspectiva inglesa, o que foi prontamente refutado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>222</sup>.

Em outubro de 1923, o presidente da república portuguesa António José de Almeida<sup>223</sup> elogiava as relações diplomáticas com a França e a Itália na participação portuguesa na Grande Guerra, o que veio a garantir “amizades eternas” com ambos os

---

<sup>218</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 127, 13/07/1923, p. 10. Orador: Cunha Leal

<sup>219</sup> Idem, p. 11. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>220</sup> Idem, p. 14. Orador: Cunha Leal

<sup>221</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 120, 04/07/1923, p. 17. Orador: Cunha Leal

<sup>222</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 127, 13/07/1923, p. 16. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>223</sup> António José de Almeida (1866-1929) foi militante republicano desde os tempos da Monarquia, sendo eleito deputado pela primeira vez em 1906 pelo PRP, tendo aderido ao movimento Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e eleito presidente da República em agosto de 1919. (TORRALBA, Luís Reis, “Almeida, António José de” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, pp. 89-92.

países<sup>224</sup>. No entanto, o então ex-ministro dos negócios estrangeiros Domingos Pereira discordava e tecia críticas à Comissão de Reparações do Tratado de Versalhes, em específico às posições francesa e belga<sup>225</sup>. Para Domingos Pereira, a comissão transformara-se num comité franco-belga, dada mínima importância aos interesses das demais potências. Esta dicotomia exemplificava a dinâmica nas relações entre Portugal e França; por um lado, ambos os países se mostravam gratos pelo auxílio mútuo durante a beligerância, porém, se somavam dificuldades para se alcançarem soluções de agrado a ambos no âmbito das reparações, com o mesmo comportamento sendo enxergado na dimensão comercial, que será vista adiante. De acordo com Domingos Pereira, a França relegava as necessidades dos seus parceiros, mesmo se acompanhadas de pedidos dos respectivos executivos.

No âmbito do anti germanismo, o parlamentar Domingos Pereira considerava um ultraje a exigência alemã no pagamento das mercadorias fornecidas deste país aos aliados, vide o estipulado no Tratado de Versalhes<sup>226</sup>. Assim, o ex-ministro propôs a ausência de pagamento à Alemanha em prol de “uma atitude ativa de sustentação dos nossos direitos, sem entregar nem sequer um centavo à Alemanha”<sup>227</sup>. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Júlio Dantas<sup>228</sup> se opunha ao atrito suscitado pelo protesto de Domingos Pereira que poderia prejudicar as negociações em curso. Assim, o executivo português optou por aguardar uma aprovação de Louis Barthou<sup>229</sup>, um dos membros franceses da

---

<sup>224</sup> Congresso da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 10, 05/10/1923, p. 5. Orador: António José de Almeida

<sup>225</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 170, 29/11/1923, p. 8. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>226</sup> Idem, p. 9. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>227</sup> Idem, p. 10. Orador: Domingos Pereira

<sup>228</sup> Antes de iniciar sua carreira política, Júlio Dantas (1876-1962) também teve carreira militar. Fora deputado pelo Partido Progressista em 1905-1906, senador em 1918-1919, 1921-1922 e 1925-1926. Ocupara cargos do executivo a partir de 1920, com o primeiro sendo a pasta da Instrução (20 de outubro a 30 de novembro) nos governos de António Granjo e Álvaro de Castro, posteriormente assumindo o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros em duas instâncias (de 16 de dezembro de 1921 a 6 de fevereiro de 1922, e de 15 de novembro a 18 de dezembro de 1923). Pertenceu ao Partido Progressista (1905-1906), se mantendo afastado de associações partidárias até ser convidado por Álvaro de Castro para fundar o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, em 1920. Se manteve no partido até a fundação do Partido Republicano Nacionalista (fusão entre o Partido Republicano de Constituição Nacional e o Partido Republicano Liberal) em fevereiro de 1923, partido este em que teve grande protagonismo, fazendo parte do seu diretório entre 1923 e 1935. (BAIÓIA, Manuel, “Dantas, Júlio” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, pp. 1009-1011.)

<sup>229</sup> Louis Barthou (1862-1934) fora um Estadista francês conservador, deputado e primeiro-ministro, tendo servido nos gabinetes de Paul Painlevé, Aristide Briand e Raymond Poincaré. Foi representante francês na Conferência de Génova (1922), foi eleito senador e se tornou presidente da Comissão de Reparações. (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Barthou, Louis”.)

comissão<sup>230</sup>. Dantas explicava as determinações do ministério, junto da comissão como de Poincaré, necessitando-se de uma análise detalhadas das demais potências em condição similar à portuguesa.

O pagamento das indemnizações alemãs foi assunto de preocupação constante até ao final da Primeira República Portuguesa, cujo debate se mantinha no ano de 1925, sem solução aparente. O ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, então Presidente do Ministério e Ministro do Interior Domingos Leite Pereira comentava sobre uma situação datada dos seus tempos de Ministro dos Negócios Estrangeiros, especificamente sobre preocupações relativas aos pagamentos alemães em dívida<sup>231</sup>. Então, a percepção pública era conforme ao incumprimento da nação derrotada, sem nenhuma hipótese de mecanismo para inverter a situação. Qualquer solução proposta no quadro nacional<sup>232</sup> seria equacionada após o termo das funções no ministério mencionado. Sucedeu-lhe Barbosa de Magalhães<sup>233</sup>, cético na eventualidade de um contrato para este efeito; Pereira, por sua vez, reforçou a possibilidade e a deixou à consideração da Comissão Executiva da Conferência de Paz. O órgão aprovou a ideia e providenciou a elaboração do contrato, concebido em defesa dos interesses portugueses<sup>234</sup>. Uma vez subscrito, foi enviado à Comissão de Reparações em Paris. Se assinado por ambas as partes, Portugal transformava-se em país mais favorecido. No entanto, França e Bélgica impediram que o contrato “tivesse efeito e produzisse seus resultados naturais (...)”. Assim, o Estado português foi obrigado a equacionar outras formas para a salvaguarda dos interesses nacionais.

Em 1926, uma das preocupações das câmaras recaía na falta de pagamento ao enviado português, Luís Cierco, ao Ruhr, aquando da ocupação franco-belga. Então,

---

<sup>230</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 170, 29/11/1923, p. 11. Orador: Júlio Dantas

<sup>231</sup> Levando em conta que Pereira assumiu o cargo pela primeira vez em novembro de 1920 e o abandonou em maio de 1921, Barbosa de Magalhães assumiu o cargo três vezes no ano de 1922 e no mesmo ano o abandonou, sem o ter mais assumido. Tudo leva a crer que esta situação ocorreu em 1922.

<sup>232</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 03, n° 063, sessão de 07 a 11/08/1925, p. 52. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>233</sup> Formado Bacharel em Direito, José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães (1879-1959) fora filiado Partido Democrático, sendo eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte, mantendo a atividade parlamentar até 1921. Posteriormente, assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros entre 7 de fevereiro e 30 de novembro de 1922. Adicionalmente, em 1919, foi um dos representantes portugueses na arbitragem com a Alemanha para a fixação de indemnizações decorrentes da Grande Guerra. (NAVARRO, Bruno J., “Magalhães, José Maria Vilhena Barbosa de” in ROLLO (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II – F-M, pp. 752-753.)

<sup>234</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 03, n° 063, sessão de 07 a 11/08/1925, p. 53.

Cierco exercia a função de presidente da câmara portuguesa do comércio de Paris e representava os interesses portugueses face à comissão de reparações do Ruhr<sup>235</sup>. Prestou serviço no contacto com a dita comissão, para solicitar informações sobre os fornecimentos originários das fábricas alemãs, suspenso após a ocupação franco-belga<sup>236</sup>. O delegado português não foi reembolsado pelos gastos efetuados durante o desempenho desta função e recorreu aos tribunais franceses em busca de compensação. Esta situação motivou grandes reações negativas do Ministro dos Negócios Estrangeiros e de outros deputados na câmara em consequência da condenação de Portugal<sup>237</sup>.

Os acontecimentos no ano de 1925 foram de suma relevância para as relações diplomáticas europeias. Dentre os principais está a formulação dos Tratados de Locarno, mas também o Plano Dawes, formulado no ano anterior e em adoção desde então. Estes dois elementos se mostraram cruciais para amenizar a crise política e económica sentida na Europa desde janeiro de 1920. O plano Dawes voltava-se para as indemnizações de guerra, enquanto os Tratados de Locarno propunham soluções para as ocupações territoriais restantes após a desocupação do Ruhr das tropas franco-belgas. Também tinham como objetivo o reatamento das relações entre os aliados e a Alemanha. Estas matérias de tal importância foram amplamente debatidas no parlamento português: em abril de 1926, o Senado avaliava o Plano Dawes e os montantes estipulados a Portugal - aproximadamente 4 milhões de marcos-ouro – acrescidos da possibilidade de receber parte deste montante antecipadamente, conforme o artigo 25º do acordo assinado na Conferência dos Ministros das Finanças, de janeiro de 1925. Tal possibilitaria a compra adiantada de material ferroviário necessário ao Estado<sup>238</sup>. Encetaram-se negociações com a Comissão de Reparções para aferir o entendimento das aquisições, porém, a resposta da entidade evidenciava a ambiguidade do artigo e a sua aplicação, a pedido de Portugal, prejudicaria as outras potências. Desta forma, aconselhava-se o acompanhamento da questão por algum Estado beneficiário do Plano Dawes, especialmente a França.

Feito o contacto, acordou-se o seguinte: a França cederia a Portugal parte do montante devido em troca da indemnização portuguesa<sup>239</sup>. Concluída a negociação, sabia-

---

<sup>235</sup> Câmara dos Deputados, VII Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 026, 28/01/1926, p. 39. Orador: Manuel José da Silva

<sup>236</sup> Idem, pp. 23-24. Orador: Vasco Borges

<sup>237</sup> Idem, p. 41.

<sup>238</sup> Senado da República, VII Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 046, 16/04/1926, pp. 23-24. Orador: Vasco Borges

<sup>239</sup> Idem, pp. 24-25. Orador: Vasco Borges

se da existência de um entendimento semelhante entre a França e a Jugoslávia, circunstância impeditiva da materialização do acordo luso-francês. Nesta sessão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasco Borges<sup>240</sup>, era questionado por Júlio Dantas em relação às reparações em géneros devidas pela Alemanha a Portugal e a outros países<sup>241</sup>. De acordo com Borges no caso da concretização dos contratos elaborados em 1924, o país teria prejuízo financeiro, justificando-se na diferença de preço dos materiais encomendados nesse ano se comparados com o valor dos mesmos em 1925. A queda dos preços no mercado alemão, datada de 1926, era mais vantajosa aos interesses portugueses<sup>242</sup>.

No contexto da Câmara dos Deputados, Manuel José da Silva<sup>243</sup> partilhava dúvidas relativas à vontade inglesa em trazer a Alemanha para as “Nações da Europa”, sabendo-se que a República de Weimar, recém-beneficiada pelos tratados de Locarno, tinha condições para gerar desconforto entre os aliados. Por exemplo, o eventual ingresso alemão na Sociedade das Nações implicava numa inquietação, potencializada pelas aspirações dos setores ultranacionalistas alemães<sup>244</sup>. Contudo, a imprensa inglesa estudava a inclusão alemã na Sociedade das Nações e a possibilidade de receber mandatos coloniais concedidos pela França<sup>245</sup>. Os franceses, por sua vez, não eram favoráveis a esta versão, de modo a preferir a atribuição de mandatos no sudoeste africano. Segundo o deputado, a Inglaterra se mostrava ser a potência mais interessada na aderência alemã na Sociedade das Nações. Na ótica francesa, tendo atenção ao facto de a Inglaterra ser

---

<sup>240</sup> Vasco Borges (1882-1942) foi um político deveras atuante na I República, tendo se filiado ao Partido Democrático, abandonou o mesmo para aderir ao Grupo Democrático Dissidente e retornou ao primeiro algum tempo depois. Durante sua carreira política republicana, fora Deputado nos anos de 1919, 1921, 1922 e 1925, tendo sido Ministro em diversas pastas de forma intermitente, servindo de exemplo suas passagens nos ministérios da Educação de março a junho de 1920, do Comércio de novembro a dezembro de 1921 e dos Negócios Estrangeiros, de agosto a dezembro de 1925 e da mesma data a maio de 1926. (“Borges, Vasco” in MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, Assembleia da República/Edições Afrontamento, Lisboa, 2000, pp. 121-122.)

<sup>241</sup> Senado da República, VII Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 046, 16/04/1926, p. 20. Orador: Vasco Borges

<sup>242</sup> Idem, p. 25. Orador: Vasco Borges

<sup>243</sup> Com o curso de magistério secundário concluído em 1919, Manuel José da Silva (1892-1935) foi eleito deputado em 1919 pelas listas do Partido Evolucionista e em 1925 como candidato independente, também sendo chefe de gabinete do Ministério da Instrução entre os meses de março e maio de 1921. (“Silva, Manuel José da” in MARQUES (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, p. 405.)

<sup>244</sup> Câmara dos Deputados, VII Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 073, 19/04/1926, p. 9. Orador: Manuel José da Silva

<sup>245</sup> Vide Art. 22° da 1ª Parte do Tratado de Versalhes.

responsável pelos territórios nessa região, incumbiria aos mesmos a cedência de territórios sob a respetiva tutela.

Nesta sessão, versava-se ainda as negociações de um *modus vivendi* com a Alemanha<sup>246</sup>, numa ação demonstrativa do posicionamento nacional nas correntes comuns da política externa europeia. Procurava-se uma reaproximação com a Alemanha através de acordos comerciais, vontade esta expressa pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasco Borges, em uma sessão do Senado. O mesmo aproveitava a ocasião para referenciar ao Plano Dawes; segundo afirmava, o governo português havia apresentado aos Estados Unidos da América a proposta anteriormente enviada à França. Neste raciocínio, sobressaía o fator de as indemnizações não essenciais aos Estados Unidos serem redirecionadas a Portugal<sup>247</sup>. No entanto, o modelo americano era acompanhado de elevadas taxas de juros sobre as mercadorias alocadas à economia portuguesa. Ademais, caso a Alemanha suspendesse o pagamento das indemnizações em géneros aos Estados Unidos, os portugueses seriam obrigados a pagar uma indemnização sobre os bens recebidos dos americanos e as mercadorias suspendidas pela Alemanha. Borges sugeria um cenário alternativo, a negociar com a Alemanha, em que Portugal enviaria géneros nacionais à nova parceira e, em troca, recebia produtos alemães em montante equivalente ao valor dos primeiros.

## 2.2 Ensino de agricultura na França e a adesão deste modelo em Portugal

Outro assunto debatido frequentemente relacionava-se à agricultura, sendo comuns os exemplos vindos de França. Neste caso, apreciava-se a exemplaridade da nação amiga, na comparação entre a atividade nas Escolas Nacionais de Agricultura em França e as instituições equivalentes portuguesas. No caso francês, era evidente a formação académica superior no domínio agrícola. Portugal possuía igualmente instituições de ensino superior agrícola, no entanto, existiam diferenciações entre os graus atribuídos no espectro formativos. Face a isto, parlamentares como Manuel de Sousa da Câmara defendiam a implementação dos padrões franceses, com o fim de alargar a qualificação dos engenheiros agrários com diploma no final do curso de ensino

---

<sup>246</sup> Câmara dos Deputados, VII Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 073, 19/04/1926, p. 10.

<sup>247</sup> Senado da República, VII Legislatura, Sessão Legislativa 01, nº 048, 21/04/1926, p. 10. Orador: Vasco Borges

superior<sup>248</sup>. No entanto, floresciam visões distintas, segundo as quais a França cedia protagonismo para outros países como o Reino Unido, Holanda, Bélgica e, principalmente, a Alemanha<sup>249</sup>.

### 2.3 Política e Instrumentos de Governo

De acordo com o tom, o teor e as características das intervenções parlamentares, a França era amplamente considerada como o berço das ideias políticas da época. Desta forma, as evocações relativas aos ideários, orientações políticas e instrumentos de governo eram frequentes, com recurso a publicistas franceses (no caso de ideias e ideais da ciência política) ou de governantes deste país, sempre demonstrando atenção às decisões do parlamento. A título ilustrativo, no debate sobre o poder de dissolução do parlamento, as opções francesas se mostravam presentes<sup>250</sup>. Este debate foi suscitado pelo projeto de lei sobre a inserção deste poder na Constituição portuguesa de 1911, com impacto significativo e prolongado na Câmara dos Deputados. Dentre os tópicos dissonantes, evidenciavam-se dúvidas sobre os fatores determinantes do recurso ao instrumento referido, as possíveis consequências da medida na articulação institucional ou o processo de decisão, fosse através do poder legislativo ou o plebiscito. Neste exercício, surgiam citações de pensadores e políticos favoráveis à dissolução<sup>251</sup>, como Jules Ferry<sup>252</sup> e Léon Gambetta<sup>253</sup>.

---

<sup>248</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 018, 22/07/1919, p. 6. Orador: Sousa da Câmara

<sup>249</sup> Câmara dos Deputados, III Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 021, 07/02/1919, p. 5. Orador: Ponces de Carvalho

<sup>250</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 026, 22/07/1919, p. 19. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>251</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 032, 31/07/1919, p. 20. Orador: Alberto Xavier

<sup>252</sup> Estadista francês e líder oportunista nos primórdios da Terceira República Francesa, Jules Ferry (1832-1893) fora reconhecido pela sua postura anticlerical, também tendo sido nomeado prefeito de Paris em novembro de 1870, aquando do cerco da cidade pelo exército germano-prussiano. Fez parte da oposição republicana aos governos conservadores e à presidência de MacMahon, sendo primeiro-ministro francês em duas ocasiões (1880-1881 e 1883-1885) e ministro dos negócios estrangeiros (1883-1885), sendo responsável pela implementação da educação secular gratuita e compulsória, estabelecida por lei em 1882. Era partidário do colonialismo, sendo responsável pela aquisição dos territórios da Tunísia, Tonquim, Madagáscar e Congo Francês. (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Ferry, Jules”.)

<sup>253</sup> Léon Gambetta (1838-1882) foi um estadista francês republicano, cujo contributo fora essencial para a proclamação da Terceira República Francesa. Seus discursos foram de grande importância para a disseminação do ideal republicano moderado entre seus compatriotas. Como presidente da câmara dos deputados, desejava promover uma “república Atenense”, isto é, uma república tolerante; sendo responsável em grande parte pelo estabelecimento da democracia parlamentar em França. Como anti clericalista, identificava o clericalismo como um inimigo, tendo promovido legislação que o reprimia. Foi responsável pela supressão dos jesuítas (1880), pelo estabelecimento de uma educação secular e pelo

A exemplaridade francesa era trazida ao debate e as dúvidas sobre a funcionalidade do mecanismo mobilizavam o debate parlamentar, com diferenças de perspectiva significativas entre a Câmara dos Deputados e o Senado, conforme pontuado pelo deputado António Fonseca<sup>254</sup>. Este parlamentar fazia alusão à Constituição de Comissões, utilizada em França, como uma ferramenta para evitar impasses. Segundo considerava, tinha potencial para ser uma opção viável no contexto português<sup>255</sup>. Para o deputado Jorge Nunes<sup>256</sup>, este mecanismo não funcionaria em Portugal<sup>257</sup>. Também o senador Celestino de Almeida<sup>258</sup> traçava distinções entre as dimensões francesa e portuguesa, se atendo às diferenças nas estruturas legislativas dos dois países. No seu entendimento, o funcionamento do Congresso conferia fórmula de superar dificuldades<sup>259</sup>. Após meses de debates, o princípio de dissolução das câmaras legislativas foi aprovado e publicado na lei n.º 891, de 22 de setembro de 1919.

A origem desta medida não foi resultante da influência do sistema político francês, antes, como afirmava Alberto Xavier<sup>260</sup>, integrava o projeto de revisão da Constituição

---

casamento civil compulsório com possibilidade de divórcio (1881-1882). (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Gambetta, Léon”, “anticlericalism”.)

<sup>254</sup> António Joaquim Ferreira da Fonseca (1887-1937) foi um político membro de diversas legendas republicanas em diferentes momentos, tendo pertencido ao Partido Democrático, Partido da Reconstituição Nacional, Partido Republicano Nacionalista e Ação Republicana. Assumiu diversas pastas ministeriais, como a das Finanças entre janeiro e março de 1920, as pastas do Trabalho e do Comércio e Comunicações de forma concomitante entre os dias 20 e 30 de novembro de 1920, entre outras. Foi o sucessor de João Chagas como ministro plenipotenciário de Portugal em Paris, entre 1924 e 1926. (PEREIRA, David, “Fonseca, António Joaquim Ferreira da” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II – F-M, p. 91.)

<sup>255</sup> Congresso da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa n.º 01, n.º 007, sessão de 09, 10 e 11/09/1919, p. 22. Orador: António Fonseca

<sup>256</sup> Jorge de Vasconcelos Nunes (1878-1936) foi um político português filiado a diversos partidos no decorrer da sua carreira política. Abandonava e retornava ao Parlamento consoante a estabilidade do governo, à sua filiação partidária e a convites para desempenhar outros cargos governamentais. Foi filiado com os partidos Republicano Português, Unionista, Liberal e Nacionalista. Teve suas primeiras experiências ministeriais no governo de José Relvas, em 1919, tendo acumulado as responsabilidades da Agricultura, da Marinha (de forma interina) e dos Abastecimentos no primeiro trimestre do ano, exercendo outros cargos ministeriais nos anos seguintes. Renunciou ao mandato de parlamentar em 1925 e abandonou a política após o Golpe de Estado de 28 de maio de 1926. (FREIRE, Dulce, “Nunes, Jorge de Vasconcelos” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III – N-Z, pp. 58-59.)

<sup>257</sup> Congresso da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa n.º 01, n.º 007, sessão de 09, 10 e 11/09/1919, p. 26. Orador: Jorge Nunes

<sup>258</sup> Celestino Germano Pais de Almeida (1861-1922) foi republicano desde sua mocidade, sendo membro do Diretório do PRP e tendo assumido diversos cargos políticos. Além de senador, foi ministro da marinha no governo de Domingos Leite Pereira, entre 21 de janeiro e 8 de março de 1920. (PROENÇA, Maria Cândida, “Almeida, Celestino Pais de” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, p. 94.)

<sup>259</sup> Congresso da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa n.º 01, n.º 007, sessão de 09, 10 e 11/09/1919, p. 29. Orador: Celestino de Almeida

<sup>260</sup> Formado em Direito em Coimbra no ano de 1908, António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier (1881-?) foi eleito deputado em 1919, 1921 e 1922, tendo transitado entre as listas dos partidos Democrático e

então vigente. Pretendia-se “melhorar e aperfeiçoar aqueles preceitos da Constituição que a experiência tenha provado carecerem de alteração”<sup>261</sup>. No entanto, a influência das ideias francesas era apreciada na modalidade adotada no quadro constitucional português, similar ao sistema francês. Como diferença fundamental, evidenciava-se a necessidade de consulta do Conselho Parlamentar, e não o Parlamento, para alcançar a dissolução; Conselho este, eleito pelo Congresso para representar “todas as correntes de opinião”<sup>262</sup>. Ao fim e ao cabo, tanto para Portugal e França, o poder legislativo, por intermédio de um órgão representativo, deveria ser consultado antes de a decisão ser tomada pelo presidente.

O sistema governativo francês também inspirou sugestões mais severas e não raras vezes consideradas radicais, como a apresentada pelo deputado Manuel José da Silva para solucionar o açambarcamento em Portugal. Em França, a punição aplicável aos criminosos poderia chegar à pena capital, de acordo com a gravidade do caso. O presidente do Ministério e Ministro do Interior Sá Cardoso<sup>263</sup> teve de intervir para assegurar o cumprimento das disposições legislativas nos casos de açambarcadores registados. Chamava a atenção para o uso indevido de opções oriundas de outros países – neste caso, o sistema legal francês era incompatível com o português, o qual não previa o fuzilamento de traidores à Pátria<sup>264</sup>. O mesmo ocorreu com a intervenção do deputado António Maria da Silveira, relativa ao fracionamento dos partidos e os exemplos franceses. Segundo o parlamentar, a solução para a falta de progresso consistia em

---

Reconstituente. (“Xavier, António Maria Eurico Alberto Fiel” in MARQUES (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, p. 445.)

<sup>261</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 032, 31/07/1919, p. 17. Orador: Alberto Xavier

<sup>262</sup> Vide Art. 1° da Lei N° 891, de 22 de Setembro de 1919.

<sup>263</sup> Oficial do exército e veterano da Grande Guerra, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso (1864-1950) fora um dos principais partidários do republicanismo no seio das Forças Armadas Portuguesas. Fora chefe indigitado do PRP em 1919, seu primeiro partido. Possui vasta carreira na I República, tendo estado presente na Câmara nos anos de 1913, 1915, 1919 e 1922, sendo o presidente da mesma neste mesmo ano. Foi fundador do Partido Republicano de Reconstituição Nacional em abril de 1920, este que veio a se fundir com os liberais para a formação do Partido Nacionalista três anos mais tarde. Presidiu dois ministérios, entre 29 de junho de 1919 e 21 de janeiro de 1920. Presidiu dois ministérios, entre 29 de junho de 1919 e 21 de janeiro de 1920, sendo responsável pela pasta do Interior e dos Negócios Estrangeiros, esta entre 29 de junho e 12 de julho de 1919. (PEREIRA, Joana Dias, “Cardoso, Alfredo Ernesto de Sá” in ROLLO (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, p. 541.

<sup>264</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 083, 17/11/1919, p. 25. Orador: Sá Cardoso

“partidos grandes, que possam governar”<sup>265</sup>, o contrário do modelo pretendido pelos pares, o que corroborava com a aceitação acrítica das soluções exógenas.

Na ausência de adaptações ao contexto português, importam-se também os problemas inerentes aos enquadramentos legislativos, alguns dos quais, previamente conhecidos. A título de exemplo, o projeto de lei sobre a criação de um imposto relativo ao valor de transações monetárias feitas por profissionais como médicos e advogados; o deputado Almada Ribeiro apresentou a proposta atendendo à seguinte premissa: “Por estas e outras razões já a lei francesa, em que a nossa casa se inspirou, ficou sem aplicação aos advogados em França, que consideram, como eles próprios em Portugal consideram, colidir com a sua dignidade profissional a declaração, para o fisco, dos honorários que recebem dos seus clientes”<sup>266</sup>.

## 2.4 Ideologia(s) e Cultura francesas no Congresso

Uma das características estruturantes do discurso parlamentar português consiste na relevância de conceitos-chave “alma” e “raça”, intelecto, civilização, patriotismo, entre outros, aplicados em função da influência francesa. Os parlamentares correlacionavam os intelectuais franceses a uma dimensão civilizacional superior, de feição latina, considerada um padrão a ser seguido por Portugal. Neste contexto, evidencia-se a estrutura universitária adotada após a instauração da Terceira República em França, com elevado grau de autonomia nas universidades francesas. Como consequência, observou-se o surgimento de mais pensadores e sábios notáveis<sup>267</sup>. Ainda nesta vertente, salientava-se o papel das universidades francesas no fortalecimento do patriotismo francês durante a Grande Guerra, nomeadamente através da afixação de editais com artigos de revistas nos estabelecimentos de instrução franceses. De acordo com o senador Celestino de Almeida, este ato conotava alto valor social e político, desejavelmente inspirador aos portugueses<sup>268</sup>. Deve ser ressaltada a cooperação luso-francesa através do intercâmbio de professores universitários, tendo os docentes franceses

---

<sup>265</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 059, 31/03/1920, p. 9. Orador: António Maria da Silveira

<sup>266</sup> Senado da República, VII Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 018, 22/01/1926p, p. 14. Orador: Almada Ribeiro

<sup>267</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 012, 24/06/1919, p. 24. Orador: Dias Pereira

<sup>268</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 032, 19/08/1919, pp. 6-7. Orador: Celestino de Almeida

vindo a Portugal “como altos representantes do pensamento da França, nação amiga e aliada”<sup>269</sup>.

No discurso parlamentar, a França era entendida como o pináculo da civilização, “o berço dourado da liberdade”<sup>270</sup>; um dos potentados do “mundo culto”, a par do Reino Unido e dos Estados Unidos da América, os quais não mediam esforços para atender as exigências e reclamações das camadas populares<sup>271</sup>. Assim, a frequente tentativa de importação ou, até mesmo, réplica das orientações vigentes em França<sup>272</sup> trazia a impressão de Portugal estar a ocupar uma camada abaixo dos padrões dos países mais desenvolvidos, como a França, Inglaterra e Alemanha. Esta premissa se mostrava constante no período temporal em análise: em 1920, o deputado socialista Ramada Curto<sup>273</sup> criticava Sá Cardoso, o presidente do recém-formado ministério do novo governo, acusando-o de ter adotado um tom de desolação e pessimismo, o que o diferenciava dos chamados “grandes homens” responsáveis pelo ressurgimento nacional de cada país, como Lloyd George<sup>274</sup> e Clemenceau. Afirmava que estes líderes procuravam resolver os problemas surgidos após o fim da Grande Guerra para permitir a formação de “uma nova idade para o mundo”, além de terem e sugerirem ideias para o melhor funcionamento da nação<sup>275</sup>. Isto configurava a “maneira de ser” da França,

---

<sup>269</sup> *Idem*, pp. 7-8. Orador: Henrique de Vilhena

<sup>270</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 012, 24/06/1919, p. 31. Orador: Orlando Marçal

<sup>271</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 055, sessão de 02, 03, 04 e 05/09/1919, p. 17. Orador: Orlando Marçal

<sup>272</sup> Vide fala do deputado Tavares de Carvalho (“Como nós costumamos copiar tudo que vem de França bom era que copiássemos também aquelas medidas.”) in Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 027, 23/07/1919, p. 4.

<sup>273</sup> Amílcar da Silva Ramada Curto (1886-1961) fora um político português, tendo se aproximado do republicanismo aquando da sua entrada no curso de Direito na Universidade de Coimbra em 1905, sendo expulso da mesma após ter tecido críticas à sua *alma mater*, tendo concluído o seu bacharelado apenas posteriormente. Aderiu ao Partido Socialista Português em 1919, se tornando um dos seus dirigentes imediatamente. Foi eleito deputado em 11 de maio de 1919, no entanto, se designa do cargo em maio de 1920 por ter sido nomeado ao Conselho Superior de Finanças, do qual posteriormente se tornou presidente. Ocupou posições ministeriais, como a pasta das Finanças de março a junho de 1919 e do Trabalho entre janeiro e março do ano seguinte, tendo Domingos Leite Pereira na presidência em ambas as ocasiões. (MARTINS, Susana, “Curto, Amílcar da Silva Ramada”, in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, pp. 1005-1006.)

<sup>274</sup> David Lloyd George (1863-1945) foi um influente político britânico, principalmente no pós-Guerra. Foi eleito parlamentar pela primeira vez em 1890 pelo Partido Liberal, tendo ocupado os cargos de Chanceler do Tesouro (1908-1915), ministro das Munições (1915-1916), Secretário de Estado para Guerra (julho a dezembro de 1916), sendo eleito primeiro-ministro britânico entre 1916 e 1922. Sua influência nas negociações do Tratado de Versalhes foi de grande importância para o seu desfecho, tendo em mente a sua vontade e a da França de não aderir aos 14 Pontos de Woodrow Wilson (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Lloyd George, David”, “Peacemaking, 1919-22”.)

<sup>275</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 018, sessão de 06 e 07/01/1920, pp. 12-13. Orador: Ramada Curto

desejada no contexto nacional<sup>276</sup> ou, na expressão do deputado Barbosa de Magalhães, acompanhava-se a vida moral francesa, bebiam-se as suas ideias e admirava-se a sua “heróicidade”<sup>277</sup>.

No entanto, existiam espectros de admiração diferentes entre os membros do Congresso. Enquanto alguns valorizavam a heroicidade francesa e seu modo de vida, outros, como o deputado António Cabral<sup>278</sup>, não esqueciam a França em intervenção de carácter saudosista, em defesa do regime monárquico. Em dezembro de 1925, declarava “Imita-se tudo o que faz a França, mas não se importa o que é bom, mas sim o que é mau”<sup>279</sup>, complementando o seu depoimento com a necessidade de se importar valores como o patriotismo, o trabalho e a civilização.<sup>280</sup> Na mesma sessão, o deputado Lino Neto<sup>281</sup> tecia comentários em defesa da liberdade religiosa e evocava o caso francês, afirmando que “(...) a França que os senhores copiam a cada momento, sem repararem como, adentro dela, se mantém as liberdades religiosas”<sup>282</sup>.

## 2.5 Da Instabilidade nas Relações Económicas

A cordialidade e a estabilidade na dimensão política entre Portugal e França não eram perceptíveis nas relações económicas entre os dois países. A análise das interações económicas e relações comerciais de ambos os países entre os anos de 1919 e 1926 não se apresentava proveitosa na perspetiva bilateral, sendo raras as situações de satisfação mútua. Não há uma continuidade duradoura de relações económicas estáveis entre ambos

---

<sup>276</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 059, 31/03/1919, p. 24. Orador: Plínio Silva

<sup>277</sup> Idem, p. 41. Orador: Barbosa de Magalhães

<sup>278</sup> Bacharel em Direito formado em Coimbra no ano de 1886, António Ferreira Cabral Pais do Amaral (1863-1956) fora filiado ao Partido Progressista e eleito deputado a partir de 1897, tendo chefiado a maioria progressista na câmara. Era opositor à República, tendo sido deputado monárquico durante o Sidonismo (1918) e nos anos de 1925 e 1926. (“Cabral Pais do Amaral, António Ferreira” in MARQUES (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, p. 136.)

<sup>279</sup> Câmara dos Deputados, VII Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 009, 22/12/1925, pp. 10-11. Orador: António Cabral

<sup>280</sup> Idem, pp. 10-11. Orador: António Cabral

<sup>281</sup> Formado em Teologia no seminário de Portalegre e licenciado em Direito em Coimbra, António Lino Neto (1873-1961) fora um político ligado ao catolicismo, sendo líder do Centro Católico Português de 1919 a 1934, tendo sido eleito deputado centrista em 1918 e entre os anos de 1922 e 1926, no entanto, inicialmente era membro do Partido Progressista. A sua eleição à Câmara em janeiro de 1922 veio em decorrência da dissolução do parlamento, fruto da Noite Sangrenta de 19 de outubro de 1921. (ALMEIDA, João Miguel, “Neto, António Lino” in ROLLO (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III – N-Z, pp. 37-38.)

<sup>282</sup> Câmara dos Deputados, VII Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 009, 22/12/1925, p. 30. Orador: Lino Neto

os países. O padrão de elogios, comparações e exemplos acerca da realidade francesa prevalecia no domínio económico no contexto do discurso parlamentar. A título ilustrativo, põe-se em evidência o entendimento sobre a punição e julgamento de indivíduos condenados pela alteração dos preços dos géneros, de inspiração francesa<sup>283</sup>; ou as comparações entre a situação financeira portuguesa e a de outros países, com ênfase na França – segundo a qual, Portugal ocupava uma posição de “absolutos ignorantes” sobre as condições financeira e económica<sup>284</sup>, ou não fosse o único país do mundo caracterizado pela ausência de uma política financeira da guerra, diferente da França e da Inglaterra, que tinham noções constantes dos custos associados à guerra<sup>285</sup>.

A relação comercial entre França e Portugal foi atribulada neste período, visto que mostrou sinais de prosperidade em certos momentos; e em outros se percebe impasses e estagnações comerciais. Para compreender este cenário, é necessário um recuo a 1916, aquando da II Conferência Interparlamentar do Comércio, ocorrida em Paris com a presença de delegados da Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal (representado pelo então ministro plenipotenciário em Paris, João Chagas), além da própria França. Conforme discurso de Painlevé<sup>286</sup>, um dos principais temas de debate da conferência era a chamada “ofensiva comercial alemã”; importando a busca por fórmulas para resistir a esta ofensiva. Os presentes acreditavam ser possível eliminar o produto alemão dos seus respetivos mercados internos caso fosse estabelecida uma cooperação entre os aliados, agricultores, industriais e comerciantes. Assim, seriam conhecidas as necessidades e recursos económicos de cada país, acreditando-se na relevância da ligação direta entre clientes e fornecedores enquanto elemento crucial na resistência à ofensiva comercial alemã.

A colaboração assentava na interação entre as produções e as necessidades dos países envolvidos através da troca sistemática de informação e a capacidade de operacionalizar os fluxos de bens em tempo útil. Em caso de insuficiência, previa-se a possibilidade de adesão ao modelo da “*L’Association Nationale Économique*”, uma associação com ampla experiência, de forma a aglutinar todas as câmaras de comércio, associações comerciais e sindicatos da França. Se a capacidade produtiva não chegasse aos mercados de consumo, por causa de legislações comerciais em conflito, os

---

<sup>283</sup> Senado da República, III Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 025, 17/02/1919, p. 7. Orador: José Júlio César

<sup>284</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 081, sessão de 12 e 13/11/1919, p. 44. Orador: Ramada Curto

<sup>285</sup> *Idem*, p. 51. Orador: Ramada Curto

<sup>286</sup> IDI/MNE: S2.1, E16, P6, 15171.

parlamentos dos aliados eram chamados para uniformizar os “códigos comerciais”. Ademais, acreditava-se na evolução da legislação comercial internacional como consequência da Grande Guerra, precipitando assim a sua tendencial unificação.

Esta conferência trouxe como resultados a apresentação de propostas como o estabelecimento de uma tarifa mínima das taxas postal, telegráfica e telefônica, a criação de um escritório internacional de patentes, a instituição de uma Câmara Internacional de Compensação e a unificação legislativa sobre a insolvência. Desta forma, Painlevé<sup>287</sup>, o então Ministro da Instrução Pública e representante francês desta Conferência, garantiu tratarem-se de reformas indispensáveis para a recuperação econômica que “deverá ser e será o corolário da nossa vitória militar”<sup>288</sup>.

Sem desprimor, o senador Torcato de Magalhães<sup>289</sup> enfatizou a necessidade de alargamento dos tratados de comércio sobre os vinhos da região do Douro com países como Noruega, Bélgica e França durante uma das sessões do Senado. O mercado francês era superior ao mercado brasileiro, e, por isso, era de maior importância o aumento da presença de vinhos do Douro neste país<sup>290</sup>. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros João de Melo Barreto alegava a proibição à importação dos vinhos generosos em vigor neste mercado e o regime de licenças anterior, que recusava a entrada do vinho do Porto ou a atribuição de 1% das pedidas<sup>291</sup>. O ministro assumia as dificuldades surgidas no tratamento do tema, atendendo ao protecionismo francês. Ademais, garantiu o empenho

---

<sup>287</sup> Paul Painlevé (1863-1933) foi político francês cuja importância fora fulcral durante a sua passagem como primeiro-ministro num período crucial da Grande Guerra e durante a crise que afetou a economia do país em 1925. Começou a sua vida política como deputado em 1906, sendo posteriormente responsável pelos ministérios da Instrução Pública e da Invenção durante o governo em tempos de guerra de Aristide Briand. Como ministro da Guerra entre março e setembro de 1917, foi responsável pela troca de comando do General Robert-Georges Nivelle pelo General Philippe Pétain após uma ofensiva malsucedida de Nivelle em maio. Formou o seu próprio ministério setembro do mesmo ano, tendo concordado no estabelecimento do Supremo Conselho Aliado em Versalhes no mês seguinte, nomeando o General Ferdinand Foch como representante francês do mesmo. Foi um dos fundadores do *Cartel des Gauches*, coalizão de socialistas e radicais que derrotou o *Bloc National* de Poincaré nas eleições de 1924. Se tornou primeiro-ministro em abril de 1925, no entanto, resignou-se do cargo em novembro, como consequência de discordâncias com os seus ministros e interesses financeiros estrangeiros em relação à crise financeira advinda da desvalorização do franco. (*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição, s.v. “Painlevé, Paul”.)

<sup>288</sup> IDI/MNE: S2.1, E16, P6, 15171.

<sup>289</sup> Da pouca informação que se tem sobre Torcato Luís de Magalhães, sabe-se que integrou o senado na legislatura de 1919, nas listas do Partido Democrático. (“Magalhães, Torcato Luís de”, in MARQUES (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, p. 282.)

<sup>290</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 064, 13/11/1919, p. 4. Orador: Torcato de Magalhães

<sup>291</sup> Idem, p. 5. Orador: Melo Barreto

na resolução dos problemas, assim como a disponibilidade do governo francês em cooperar com o seu congénere português.

Inesperadamente, ou talvez não, a França proibiu a importação de vinhos portugueses após a aplicação de restrições às importações de artigos de luxo franceses pelo governo português<sup>292</sup>. A supressão de um dos maiores mercados - senão o maior - para o produto de exportação mais relevante se mostrava catastrófico para a economia portuguesa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Vasco Borges deslocou-se a França em missão diplomática, para facilitar o intercâmbio comercial entre os dois países<sup>293</sup>. No Senado, Melo Barreto justificava as restrições aos produtos franceses com um relatório escrito por João Ulrich, Governador do Banco Ultramarino, segundo o qual se proibia “a importação de artigos de luxo e, em geral, a de toda a mercadoria que não seja de absoluta, urgente e comprovada necessidade”; tendo acrescentado informação sobre o decreto francês de 22 de março de 1917, “que preceituava a proibição de importação de ‘todas as mercadorias de origem ou proveniência estrangeira’”, sem atender às consequências para os países aliados e neutros. Tal ação era classificada “muito mais radical” do que os procedimentos portugueses<sup>294</sup>.

Melo Barreto aludia ao telegrama de seu colega Bernardino Machado enviado a João Chagas, representante diplomático em França, para garantir a atuação do governo português nos parâmetros adotados por países, vide a proibição dos vinhos licorosos portugueses em França com base na sua consideração como artigos de luxo<sup>295</sup>. Ainda no telegrama de Bernardino Machado, reputava-se essa decisão como prejudicial para o comércio externo português, porém, tratava-se de uma medida excecional, executada “pela necessidade urgente de evitar o mais possível a drenagem do ouro para o estrangeiro, dada a situação alarmante dos câmbios, à semelhança do que fizeram todas as nações feridas por este mal”. Concluiu sua intervenção com a perspetiva de concessões futuras por parte do governo francês aquando da negociação do futuro acordo comercial. Perante o Senado, Melo Barreto negava a natureza retaliatória da medida francesa, tendo traçado o panorama das relações comerciais desde fevereiro de 1911, data do *modus*

---

<sup>292</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 073, 07/05/1920, p. 8. Orador: Heitor Passos

<sup>293</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 083, 28/05/1920, p. 9. Orador: Pina Lopes

<sup>294</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 084, 31/05/1920, p. 3. Orador: Melo Barreto

<sup>295</sup> Idem, p. 4. Orador: Melo Barreto

*vivendi*, denunciado em março de 1917, assim como todas as convenções de navegação e comerciais em que a França fazia parte<sup>296</sup>.

Após a denúncia de 1917 e a proibição de 1919, restava a negociação de um futuro acordo comercial, assente nas concessões portuguesas à França em troca da garantia francesa sobre as marcas dos vinhos licorosos portugueses e a aplicação da tarifa mínima francesa aos produtos portugueses, especialmente os vinhos generosos e o cacau das colónias<sup>297</sup>.

As grandes expectativas em torno do acordo comercial ficaram aquém do desejado. Em junho de 1920, o *Diário do Governo* anunciava “a convenção sobre importação e exportação de caráter transitório, entre Portugal e França, assinada em Paris em 8 de Junho corrente (...) tenha imediata força executória, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário do que nela se estatui enquanto durar a sua vigência”<sup>298</sup>. O objetivo foi cumprido em parte, porém, os termos desta convenção aparentavam beneficiar a França em detrimento de Portugal, circunstância responsável pela enorme insatisfação gerada na Câmara dos Deputados. O deputado Manuel José da Silva criticava o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sob a alegação do desrespeito dos interesses nacionais evidente no desequilíbrio entre as exportações portuguesas e francesas<sup>299</sup>. Estas afirmações eram apoiadas pelo confronto entre os 5.000 hectolitros de vinhos do Porto e da Madeira a importar pela França versus a obrigatoriedade de, até 31 de agosto próximo, permitir a entrada de todas as mercadorias francesas retidas nos entrepostos aduaneiros do país, bem como o ingresso dos bens franceses associados aos contratos firmados antes do dia 14 de fevereiro. A insatisfação do deputado resultava ainda pelo desconhecimento do valor estipulado para os vinhos importados pela França, tampouco das mercadorias francesas retidas nos entrepostos nacionais. Por último, sublinhava-se que tal medida fora tomada por um governo demissionário, a três dias da respetiva substituição.

As críticas ao Ministro dos Negócios Estrangeiros persistiram: o deputado Cunha Leal enfatizava a decisão importante sem consulta prévia ao Parlamento<sup>300</sup>; o deputado Manuel José da Silva reiterava esse facto e evidenciava a necessidade de cumprimento

---

<sup>296</sup> Idem, p. 5. Orador: Melo Barreto

<sup>297</sup> Idem, pp. 4-5. Orador: Melo Barreto

<sup>298</sup> Diário do Governo n° 129/1920, Série I de 1920-06-22, pp. 853-854.

<sup>299</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 102, 23/06/1920, p. 16. Orador Manuel José da Silva

<sup>300</sup> Idem, p. 18. Orador: Cunha Leal

das deliberações inconstitucionais assumidas pelo executivo, sem o consentimento do Congresso<sup>301</sup>. A inconstitucionalidade era atestada perante a leitura do número 15 do artigo 26º da Constituição Portuguesa de 1911, segundo o qual incumbia o Congresso a responsabilidade de decidir sobre tratados e convenções. Lelo Portela<sup>302</sup>, por seu turno, acentuava as agravadas disparidades consagradas na convenção – entre as 1.000 pipas de vinho importadas pela França e as facilidades garantidas por Portugal à importação dos produtos franceses<sup>303</sup>. Tal argumento era reforçado pelo deputado Ferreira da Rocha, com a alusão aos retornos financeiros mínimos a esperar da relação comercial com a França no domínio do vinho, enquanto as condições de admissão dos itens franceses se mantinham desconhecidas até então<sup>304</sup>. No dia seguinte, a Câmara dos Deputados aprovava um projeto de lei para suspender o decreto sobre o acordo entre Portugal e França; remetido ao Senado e aprovado após sanção do Congresso<sup>305</sup>.

A indignação acerca do convénio luso-francês alastrava na sessão seguinte, tendo Álvaro de Castro<sup>306</sup> questionado sobre a existência de orientações para o incumprimento da convenção, tendo solicitado informação sobre as fórmulas de substituição do acordo<sup>307</sup>. Álvaro de Castro dava continuidade ao padrão de apreço e respeito pela França, “a nossa mãe intelectual e para todo o mundo, e que tem sido até hoje o país mais propugnador das liberdades públicas, e que foi na Europa o clarim dos grandes princípios democráticos”. No entanto, os interesses de Portugal deviam ter prioridade em qualquer acordo com qualquer nação aliada. Desta forma, impunha-se pedir responsabilidade pelos atos dos “homens que ocupam as cadeiras governamentais”, entendidos como os

---

<sup>301</sup> Idem, p. 19. Orador: Manuel José da Silva

<sup>302</sup> Formado em Direito, Raul Lelo Portela (1888-1972) pertenceu à União Liberal e aos partidos Evolucionista, Liberal e Nacionalista, tendo ingressado na Câmara dos Deputados em 1919 e 1921. (PINTO, Ana Catarina, “Portela, Raul Lelo” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III – N-Z, p. 322.)

<sup>303</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 102, 23/06/1920, p. 20. Orador: Lelo Portela

<sup>304</sup> Idem, p. 23. Orador: Ferreira da Rocha

<sup>305</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 103, 24/06/1920, p. 6.

<sup>306</sup> Álvaro Xavier de Castro (1878-1928) fora um oficial do exército e político, tendo sido nomeado comandante da Força Expedicionária Portuguesa aquando da entrada de Portugal na Grande Guerra. Membro do PRP, se tornou líder parlamentar da ala democrática do partido, no entanto, o abandona após a maioria dos deputados republicanos decidirem derrubar o Ministério que chefiava a dez dias, em novembro do mesmo ano. Fundou e chefiou o Partido Reconstituente, e posteriormente se juntou com liberais e sidonistas para fundar o Partido Nacionalista em fevereiro de 1923, reagrupando as forças da direita republicana. No entanto, rompeu com os nacionalistas em dezembro do mesmo ano, tendo aceitado o convite do presidente Teixeira Gomes para chefiar um Ministério, que seria dividido com membros pertencentes à esquerda republicana. (ROSAS, Fernando, “Castro, Álvaro Xavier de”, in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, p. 580.)

<sup>307</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 104, 28/06/1920, p. 24. Orador: Álvaro de Castro

responsáveis pelo acordo de consequências desfavoráveis a Portugal. O deputado Júlio Martins adotava um discurso semelhante, tendo criticado a ausência de informação e ou consulta ao Parlamento francês, sem ter desmerecido a nação<sup>308</sup>. Manteve o seu discurso de indignação para com o poder executivo português por meio de comentários relativos ao seu cargo parlamentar e o episódio em questão, tendo lamentado o ocorrido com um país considerado aliado, “que ilumina o mundo pela liberdade e intelectualidade”. Garantiu o apoio dos deputados ao governo enquanto este representasse as “aspirações da nação”, no entanto, tão logo fosse reparado o incumprimento deste ideal, não haveria espaço para o mesmo e qualquer outro que não representasse as “aspirações do País”.

Com base na negociação da convenção sem a consulta das “instâncias competentes”, o deputado Manuel José da Silva acusou o Ministro dos Negócios Estrangeiros de incompetência. Adicionalmente, trouxe a informação que tal medida beneficiaria poucos indivíduos, e assim alegou a substituição do Parlamento pelo poder executivo neste episódio, algo que poderia caracterizar um “decreto feito em ditadura”<sup>309</sup>. Posteriormente, Manuel da Silva comunicou a votação de uma medida na Câmara, que alegava a inconstitucionalidade da mencionada convenção com a França, no entanto, ao chegar no Senado, o prazo não foi cumprido para a sua apreciação, tendo resultado na sua aprovação<sup>310</sup>.

Em março de 1921, meses após a oficialização do acordo luso-francês, alegou-se no Senado o acúmulo de vinhos acima do normal nas adegas como consequência da pouca exportação de vinhos para a França, e tal acúmulo reduziu os preços do produto pela metade. Como a viticultura configurava uma das maiores riquezas do país e um dos principais produtos vendidos ao estrangeiro, foi feito um pedido para o governo português encontrar uma solução desta problemática com a França, para viabilizar a exportação dos vinhos<sup>311</sup>. A produção vinícola também era afetada pelo acúmulo nas adegas com base na falta de espaço gerada pela falta de vendas, de forma a paralisar o trabalho e dar seguimento à queda de preço do produto<sup>312</sup>. O senador Lobo Alves alegou que a

---

<sup>308</sup> Idem, p. 29. Orador: Júlio Martins

<sup>309</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 120, 30/07/1920, pp. 24-25. Orador: Manuel José da Silva

<sup>310</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 123, 04/08/1920, p. 38. Orador: Manuel José da Silva

<sup>311</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 028, 11/03/1921, p. 4. Orador: Sousa Varela

<sup>312</sup> Senado da República, IV Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 030, 15/03/1921, p. 11. Orador: Lobo Alves

“proibição da entrada dos nossos vinhos em França” constituía um dos motivos para a queda na exportação dos vinhos, de forma a ter asseverado a afinidade entre os mercados franceses e portugueses e a necessidade do estabelecimento um acordo comercial mutualmente vantajoso para ambos, tendo em mente a participação portuguesa na Guerra ao lado dos aliados<sup>313</sup>.

Passados dois meses das deliberações de Lobo Alves, o executivo não havia tomado nenhuma ação para alterar a situação. Lelo Portela ressaltou a situação de necessidade na região do Douro, e revelou o abrigo de duas colheitas nos armazéns durienses, sem esperança de as vender. Afirmou a necessidade de novos mercados para os vinhos portugueses, tendo em conta que não eram mais comprados pela França e Noruega, os principais mercados do produto então<sup>314</sup>. O deputado acusou o governo de negligência a tal atividade tão lucrativa ao país, tendo passado meses desde a interrupção das exportações vitícolas, sem solução à vista.

Nenhuma medida foi tomada durante aproximadamente três meses para sanar a problemática dos vinhos portugueses, ao passo que a economia do país estava em queda. Perante este cenário, o governo elaborou medidas para o uso de uma “administração modelar” do dinheiro público com o fim de valorizar a moeda, e assim se pensava solucionar as problemáticas económicas, bem como o abastecimento precário da população. Desta forma, a dívida flutuante seria regularizada e a adesão a operações de crédito seria permitida. Entendia-se que, com a intensificação da exportação, estaria inclusa a continuidade das negociações de um acordo comercial viável com a França e outros países como Espanha e Noruega<sup>315</sup>.

A esperança trazida com a possibilidade de resgate da economia e solução da questão vinícola e sua exportação não foi o suficiente para eximir o governo de críticas. O deputado Alberto Xavier tornou a criticar o executivo pela sua falta de transparência para com a Câmara em relação às negociações com a França<sup>316</sup>. Foram debatidas diversas soluções para o cenário que se desdobrava, como a criação de “centros de consumo” de vinho português no estrangeiro, especificamente em países como França, Noruega e

---

<sup>313</sup> Idem, p. 12. Orador: Lobo Alves

<sup>314</sup> Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa nº 03, nº 062, 16/05/1921, pp. 8-9. Orador: Lelo Portela

<sup>315</sup> Câmara dos Deputados, V Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 003, 01/08/1921, pp. 9-11. Orador: Tomé de Barros Queiroz

<sup>316</sup> Idem, p. 19. Orador: Alberto Xavier

Alemanha, vide sugestão do congressista Constâncio de Oliveira<sup>317</sup>. No caso alemão, o deputado defendeu a revogação da legislação imposta contra o comércio com o dito país, o que permitiria a instalação de um novo mercado, recebendo-se matéria-prima para as indústrias portuguesas em troca<sup>318</sup>. O ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Barreto se pronunciou para responder às críticas direcionadas ao governo em relação às negociações internacionais sobre os mercados dos vinhos portugueses, de forma a ter explicitado as dificuldades então encontradas nas conversas com a Noruega, devido às leis de proibição de bebidas alcoólicas no país, levando ao enfoque para a firmação de acordos com outros países, como a França<sup>319</sup>.

O Ministro discorreu sobre o histórico de tratados firmados com a França a datar de 1892, tendo lembrado da dificuldade da legação portuguesa em relação aos “meios de defesa” ausentes na negociação com os franceses desde então. Alegou que, na pauta daquele mesmo ano, não havia correspondência ao “movimento económico nacional, nem à elasticidade necessária para defesa de operações comerciais”<sup>320</sup>. Afirmou ainda que o *modus vivendi* estabelecido com a França em 1911 teve esta como o país mais favorecido, já que não houve referência a marcas regionais nos termos do acordo, o que por sua vez seria um ponto positivo para os interesses das regiões produtoras de vinhos da Madeira e do Porto<sup>321</sup>.

Barreto apresentou as desvantagens para Portugal, como a denúncia do *modus vivendi* por parte do governo francês, com a argumentação de incumprimento do acordo pela parte portuguesa. O Ministro acreditava que este discurso era errôneo, tendo afirmado que o acordado não merecia o seu apoio. Em 1917, foi comunicada a intenção francesa de denunciar o acordo quando findos os combates da Guerra. Aquando das novas negociações, sabia-se do interesse de França no cacau colonial de Portugal, no entanto, os franceses não mostravam o mesmo favorecimento para com os portugueses quanto havia com outras nações, o que deu lugar a mais dificuldades para se chegar a um consenso satisfatório. Assim, a medida de fevereiro de 1920 foi ainda mais agravante para

---

<sup>317</sup> Formado contabilista, Constâncio de Oliveira (1892-1929) integrou o Partido Evolucionista, sendo eleito senador em 1919 e deputado nos anos de 1921 e 1922. (“Oliveira, Constâncio de” in MARQUES (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, p. 328.)

<sup>318</sup> Câmara dos Deputados, V Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 005, sessão de 05, 08, 09, 10, 11 e 12/08/1921, pp. 29-30. Orador: Constâncio de Oliveira

<sup>319</sup> Idem, pp. 34-35. Orador: Melo Barreto

<sup>320</sup> Idem, p. 35. Orador: Melo Barreto

<sup>321</sup> Idem, p. 36. Orador: Melo Barreto

as negociações. Foi revelada a existência de um projeto de acordo elaborado por João Chagas, ministro português em Paris, dotado de artigos capazes que possivelmente solucionariam a problemática dos vinhos portugueses. No entanto, não foi assinado por causa da exigência de artigos como o segundo, este que delimitava a pauta mínima de 8 artigos portugueses favorecidos face aos 135 artigos franceses que receberiam o mesmo tratamento.<sup>322</sup>.

A discrepância proporcional na relação comercial entre ambos os países era evidente, se tornando um padrão perceptível desde o *modus vivendi* de 1911, este em que a França detinha o direito de realizar qualquer alteração naquilo que foi acordado, enquanto proibia Portugal de o fazer. O projeto do acordo contava com um artigo que convidava as autoridades portuguesas a não alterar as suas pautas aduaneiras sem antes consultar a sua contraparte francesa, ela que por sua vez tinha total liberdade para realizar tal ação, tendo-a feito por 38 vezes via leis decretadas. Assim, o Ministro afirmou que as negociações deveriam ser mais lentas e delicadas, tendo a questão do Douro o feito pensar na elaboração de um entendimento de caráter transitório para o período em que o acordo definitivo estivesse em negociação. De forma a encerrar o assunto relativo à França, Barreto comunicou um pensamento seu relativo ao caráter do tratado. Acreditava que o mesmo não deveria ser comercial, tendo em mente que o país latino era signatário da Convenção de 1891, que por sua vez definia os vinhos do Porto e da Madeira como produtos característicos da região, e não comerciais<sup>323</sup>. Na mesma sessão, o deputado Vasco Borges salientou a revisão das pautas aduaneiras, que se mantinham as mesmas desde 1892, alegando ser um item crucial para a realização de qualquer tipo de acordo comercial<sup>324</sup>. Incitou também a abertura de novos mercados para o vinho português além da Alemanha, de forma a incluir novos Estados formados com o Tratado de Versalhes, como a Checoslováquia e Hungria<sup>325</sup>.

Este cenário serve como exemplo prático do que se enxerga na relação entre os dois países. O comportamento francês referente às negociações com Portugal segue o mesmo padrão de priorização excessiva das possíveis vantagens vindas de um acordo comercial. Isto nota-se no *modus vivendi* de 1911, em que não foram estabelecidas as marcas regionais que favoreceriam Portugal, ao passo que permitia alterações por parte

---

<sup>322</sup> Idem, p. 37. Orador: Melo Barreto

<sup>323</sup> Idem, p. 38. Orador: Melo Barreto

<sup>324</sup> Idem, p. 146. Orador: Vasco Borges

<sup>325</sup> Idem, p. 145. Orador: Vasco Borges

da França àquilo que foi acordado. O episódio do projeto elaborado por Chagas intensificou e escancarou o abismo que se percebe nas negociações, onde uma parte tem 8 artigos favorecidos, enquanto a outra possui um número de artigos quase vinte vezes maior.

A situação se manteve a mesma até julho de 1922, quando no Senado se comentava sobre a Conferência Interparlamentar do Comércio em Bordéus, falando-se da legação portuguesa e do seu objetivo de perseguir a aplicação por completo por parte dos aliados das disposições do Tratado de Paz<sup>326</sup>, principalmente no que se referia às marcas regionais<sup>327</sup>. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Barbosa de Magalhães anunciou que, como fruto do diálogo entre França e Portugal, foi aplicada a Portugal a lei de 6 de maio de 1919, cujo 12º artigo estabelece a defesa contra a fraude das marcas regionais na França<sup>328</sup>. Desta forma, o problema da falsificação dos vinhos portugueses em solo francês ficou resolvida, restando apenas a resolução da exportação do vinho em si para a França. Um mês após tais revelações, uma proposta de lei que visava alterar as pautas de importação em Portugal foi votada com caráter de urgência, para assim permitir a negociação de novos tratados de comércio com outros países, dentre eles a França<sup>329</sup>. Em prol da rápida solução da situação relativa à pauta comercial do país e da exportação vinícola, o Senado aprovou a proposta sem uma discussão em profundidade.<sup>330</sup>

No entanto, uma solução imediata para o problema não foi alcançada. A 11 de novembro de 1922, aproximadamente três meses após a aprovação senatorial da proposta de lei relativa às pautas de importação, o deputado Nuno Simões<sup>331</sup> demonstrou a sua insatisfação com a política económica internacional do governo, questionando o Ministro dos Negócios Estrangeiros Barbosa de Magalhães em relação às suas capacidades, tendo em conta a piora da situação<sup>332</sup>. O deputado alegou que o tratado comercial com a

---

<sup>326</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 082, 19/07/1922, pp. 7-8. Orador: Augusto de Vasconcelos

<sup>327</sup> Vide sessão da Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 034, 02/05/1922, p. 12. Orador: Barbosa de Magalhães

<sup>328</sup> Journal Officiel de la République Française, 7 Juillet 1922, p. 7067.

<sup>329</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 101, 19/08/1922, pp. 19-20. Orador: Barbosa de Magalhães

<sup>330</sup> Idem, pp. 20-21. Orador: Oriol Pena

<sup>331</sup> Nuno Simões (1894-1975) aderiu ao ideal republicano nos tempos de sua formação académica em Coimbra, entre 1910 e 1914. Fora eleito deputado pelo Partido Democrático nos anos de 1919, 1922 e 1925, tendo assumido o cargo de Ministro do Comércio e Comunicações em três instâncias distintas até dezembro de 1925. (MONTEIRO, José Luís, “Simões, Nuno” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III – N-Z, pp. 857-858.)

<sup>332</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 161, 1/11/1922, p. 12. Orador: Nuno Simões

Inglaterra estava próximo de seu fim, os tratados com a Alemanha e França haviam expirado e lembrou como o mais recente acordo realizado com a França era desfavorável para Portugal, se queixando do tempo despendido sem o encetamento de novas negociações de um novo tratado.

Por sua vez, o Ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu às críticas do deputado após pouco mais de duas semanas, tendo explicitado que foram feitos esforços em prol da rápida atualização da pauta das importações, sendo essa uma condição essencial para a negociação de tratados internacionais. Barbosa de Magalhães justificou a demora com uma remodelação do trabalho feito anteriormente pela comissão encarregada com a alteração das pastas, remodelação esta que foi causada pela modificação da situação cambial do país. Por fim, deu um prazo máximo até o mês seguinte para a publicação das pautas<sup>333</sup>. Perante a manutenção da situação revolvendo a negociação de um novo tratado entre os países envolvidos, o *modus vivendi* que vigorava entre ambos os países foi renovado até o dia 16 de março de 1923<sup>334</sup>.

Não havia sido concretizado nenhum acordo a longo prazo com a França passados três meses da renovação do *modus vivendi*, o que levou a Domingos Leite Pereira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a se pronunciar sobre o assunto. Informou o envio de um representante português a Paris, com o objetivo de recolher as ofertas do governo francês diante da possibilidade de estabelecimento de um convênio comercial com Portugal perante um regime de “prorrogações sucessivas dum acordo provisório”. Comentou-se das dificuldades do acordo, com a afirmação de que não era possível agradar Portugal e França simultaneamente, sendo necessário que um dos lados cedesse em relação às suas ambições. Declarou também que o enviado a Paris carregava consigo os “interesses nacionais”, de forma a incluir outras áreas viticultoras que não o Douro, tendo garantido à população duriense que ficariam satisfeitos com o resultado das negociações<sup>335</sup>.

Posteriormente, o Ministro afirmou que a França se situava na posição de nação aliada de Portugal, e com isto não poderia deixar de considerar os interesses portugueses, intenção confirmada via comunicação oficial enviada ao governo português. Por fim,

---

<sup>333</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 165, 16/11/1922, p. 10. Orador: Barbosa de Magalhães

<sup>334</sup> Diário do Governo nº 262/1922, Série I de 1922-12-18, p. 1486.

<sup>335</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 098, 01/06/1923, pp. 6-7. Orador: Domingos Leite Pereira

Leite Pereira mantinha o otimismo e esperava que os interesses da nação fossem totalmente reconhecidos pela França, tendo em mente o esforço conjunto dos dois governos em busca de uma solução permanente e razoável para ambos<sup>336</sup>.

No entanto, no fim do mês de julho de 1923 -poucas semanas após as declarações do Ministro-, o deputado Paulo Cancela de Abreu pediu esclarecimentos relativos à vontade francesa de não prorrogar o *modus vivendi*, sabendo-se que o dia 15 do mês anterior fora a data-limite do acordo. A inação prejudicaria os setores do vinho e das conservas, os principais produtos de exportação do país de acordo com o deputado<sup>337</sup>. O parlamentar lembrou Leite Pereira da sua fala relativa à possibilidade de adoção de “providências enérgicas para com a França, como compensação dos inconvenientes que advinham para Portugal da não prorrogação do *modus vivendi*”. Com isso, o Ministro garantiu ao parlamentar que foram enviadas propostas de prolongamento do acordo ao governo francês não só nos termos anteriores, como também com a elevação das taxas dos vinhos comuns para as mesmas dos vinhos do Porto e da Madeira, além da nomeação de uma comissão para a revogação das antiquadas pautas aduaneiras portuguesas datadas de 1892<sup>338</sup>.

Em janeiro de 1924, meses após o pronunciamento do Ministro dos Negócios Estrangeiros, não havia sido comunicado nenhum avanço considerável nas negociações, levando à vocalização da insatisfação de deputados na Câmara. Fausto de Figueiredo<sup>339</sup> demonstrou seu descontentamento com a estagnação da situação comercial com a França no momento de sua fala<sup>340</sup>. Paulo Cancela de Abreu teceu críticas ao que se chamou de “apuramento de responsabilidades” do governo, este que não foi capaz de efetuar a firmação de um novo tratado comercial definitivo, nem mesmo de um *modus vivendi*

---

<sup>336</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 127, 13/07/1923, p. 13. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>337</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 137, 30/07/1923, p. 4. Orador: Paulo Cancela de Abreu

<sup>338</sup> Idem, pp. 5-6. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>339</sup> Conhecido pela sua atuação na área do turismo e pela transformação da área do Estoril numa zona turística, Fausto Cardoso de Figueiredo (1880-1950) colaborou com João Franco durante a Monarquia e com o Republicanismo Democrático, sendo eleito deputado em 1921 como independente e em 1922 pela lista governamental. (“Figueiredo, Fausto Cardoso de” in MARQUES (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, pp. 213-214.)

<sup>340</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 03, nº 017, 09/01/1924, p. 22. Orador: Fausto de Figueiredo

satisfatório, ao passo que a Grécia havia firmado um acordo com a França neste mesmo período<sup>341</sup>.

Os deputados não conseguiam chegar a um consenso na própria câmara em relação aos produtos que deveriam ser apresentados para serem beneficiados pela tarifa mínima na negociação com a França, especificamente sobre os vinhos de consumo<sup>342</sup>. Domingos Leite Pereira, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, se pronunciou em relação às negociações mantidas com a França, tendo afirmado que os vinhos ordinários portugueses receberiam o tratamento da tarifa mínima, enquanto a França propunha a aplicação da tarifa máxima para os restantes produtos até então sujeitos à tarifa mínima, sugestão que foi prontamente recusada pelo ministro. De forma a evitar a lentidão nas comunicações entre governos, Pereira comunicou a sua pretensão de enviar um “técnico competente para se ocupar do assunto”, e por fim, reforçou o caráter de grande amizade nas negociações com a França, sendo necessário entender que, da mesma forma que o governo português não aceitou as propostas francesas em sua totalidade, não se devia esperar que as vontades portuguesas sejam impostas ao governo francês<sup>343</sup>.

Veiculava-se a opinião que a chamada “guerra de tarifas” entre França e Portugal era um dos principais fatores responsáveis pela desvalorização da moeda nacional, tendo-se em mente a falta de circulação da mercadoria e a conseqüente carência do lucro vindo da exportação da mesma, cujo valor era estimado em cerca de 1,5 milhão de libras. O deputado Lelo Portela criticou a proposta de lei então debatida na Câmara, que visava a taxação da produção nacional de vinhos. Afirmou que, na eventualidade da oficialização e implementação das debatidas taxas “proibitivas”, o país perderia a autoridade de negociar qualquer tratado de comércio. Após tal pronunciamento, a proposta de lei de caráter nacional com o potencial de prejudicar negociações internacionais foi retirada da discussão<sup>344</sup>.

Este assunto continuou em debate na Câmara, tendo o deputado Paulo Cancela de Abreu questionado a autoridade que Portugal teria para pedir à França a diminuição das tarifas dos vinhos exportados se as tarifas do mesmo produto fossem aumentadas em solo

---

<sup>341</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 03, n° 052, 14/03/1924, p. 11. Orador: Paulo Cancela de Abreu

<sup>342</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 03, n° 054, 18/03/1924, pp. 5-8.

<sup>343</sup> Idem, p. 8. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>344</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 03, n° 057, 21/03/1924, p. 14. Orador: Lelo Portela

português, ação que poderia acarretar no aumento das tarifas francesas aplicadas nos vinhos portugueses. Continuou o seu discurso, lamentando a falta de procura de mercados vinícolas além do francês, o que gerou uma dependência deste mesmo mercado, de modo que a fragilidade nas relações comerciais entre os países e a exclusividade mercadológica sejam causadores de grande prejuízo económico para Portugal. Finalizou o seu discurso com uma crítica, tendo afirmado que muito se falava e nada se fazia a respeito desta situação, com a impressão que não se conseguia chegar a uma solução para o problema<sup>345</sup>.

Passada uma semana sem novas atualizações sobre o assunto, os deputados Paulo Cancela de Abreu e Lelo Portela vocalizaram suas insatisfações relativas à proposta de elevação tarifária, especificamente sobre as bebidas engarrafadas<sup>346</sup> e o transporte<sup>347</sup>. Estas poderiam acarretar no encarecimento do custo de vida e, segundo Portela, a alteração do preço dos transportes causaria a inexatidão dos números de base para a fixação de tarifas carregados pela delegação portuguesa encarregada da negociação de um novo *modus vivendi*, podendo prejudicar as negociações. Perante este discurso, o parlamentar Velhinho Correia discordou de Portela, tendo afirmado que tal imposto sobre bebidas seria menor do que aquele que a França ao lá denominado “vinho de luxo” (o exemplo francês era de 10% do valor total, enquanto em Portugal seriam 10 centavos por ¼ de litro)<sup>348</sup>. Após o debate, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Domingos Leite Pereira se pronunciou sobre o decorrer das negociações, tendo afirmado que a França passava por uma crise ministerial aquando da chegada da legação portuguesa no país, fator que poderia atrasar as negociações. Sobre o tratado greco-francês, o Ministro foi enfático quando afirmou a natureza do acordo entre ambos os países e os efeitos negativos do mesmo para os interesses gregos<sup>349</sup>.

A discussão sobre a tributação se alastrou pelo mês de abril, bem como o tema da estagnação nas negociações do novo acordo luso-francês, persistindo como grande motivo de insatisfação por parte dos membros do Parlamento. O senador Joaquim Crisóstomo criticou o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, o acusando de incapacidade de defesa dos interesses portugueses, apresentando como justificativa a falta

---

<sup>345</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 03, nº 058, 24/03/1924, p. 21. Orador: Paulo Cancela de Abreu

<sup>346</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 03, nº 063, 01/04/1924, p. 13. Orador: Paulo Cancela de Abreu

<sup>347</sup> Idem, p. 17. Orador: Lelo Portela

<sup>348</sup> Idem, p. 19. Orador: Velhinho Correia

<sup>349</sup> Idem, p. 20. Orador: Domingos Leite Pereira

de um entendimento vantajoso para ambos os países desde a denúncia do *modus vivendi*, enquanto países como Espanha, Itália e Grécia firmaram acordos com a França neste período<sup>350</sup>. Na Câmara, Portela afirmou que tal estagnação era responsável pelo prejuízo na economia do país, tendo em conta a venda dos produtos impossibilitada pelas tarifas elevadas<sup>351</sup>, tendo o deputado atribuído a deflagração desta “guerra comercial” entre os dois países em questão a dois ministros, sendo eles João Queiróz Vaz Guedes<sup>352</sup> (Ministro do Comércio e Comunicações) e Domingos Leite Pereira (Ministro dos Negócios Estrangeiros), ambos que foram responsáveis pela assinatura de um decreto que estabelecia o aumento dos direitos alfandegários. Como consequência deste ato, o parlamentar alegou um valor na importância de 120 milhões de francos que deixou de entrar em Portugal por causa desta medida, esta que não foi submetida ao Conselho de Ministros ou à Câmara dos Deputados<sup>353</sup>.

O então Ministro das Finanças Álvaro de Castro respondeu a Portela, alegando o cumprimento do protocolo para a realização de tais deliberações, visto que o Conselho Superior do Comércio Externo e o Parlamento ouviram as mesmas. Sobre o acordo com a França, Castro afirmou que “determinadas circunstâncias” da política interna francesa impediam a formação de um acordo vantajoso para ambas as partes, sem ter partilhado mais informações. O deputado não se contentou com esta resposta e insistiu no equívoco do Ministro, tendo usado como argumento o facto de que tal decisão havia sido tomada por um governo então demissionário<sup>354</sup>.

Em maio do mesmo ano, passado um mês sem alguma atualização das negociações do tão desejado acordo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Domingos Pereira comunicou a existência de divergências relativas às elevadas taxas que os delegados franceses haviam sugerido para os vinhos de mesa portugueses, além da sugestão de não se firmar qualquer acordo antes das eleições gerais francesas a serem

---

<sup>350</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 048, 11/04/1924, pp. 4-5. Orador: Joaquim Crisóstomo

<sup>351</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 03, nº 077, 06/05/1924, p. 8.

<sup>352</sup> Bacharel em Direito e membro do Partido Democrático, João Teixeira de Queiróz Vaz Guedes (1871-1926) fora deputado nos anos de 1913, 1915, 1919, 1922 e 1925. Em 1923, além da pasta do Comércio e Comunicações, também foi Ministro da Agricultura de forma interina (entre 30 de abril e 8 de maio) e Ministro das Finanças entre 24 de outubro e 15 de novembro. (MATA, Maria Eugénia, “Guedes, João Teixeira de Queiróz Vaz” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II – F-M, p. 226.

<sup>353</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 03, nº 077, 06/05/1924, p. 9. Orador: Lelo Portela

<sup>354</sup> Idem, pp. 9-10.

realizadas pouco tempo após tal conversa. Esta sugestão foi feita por causa da possibilidade de insatisfação dos produtores do sul da França<sup>355</sup>. Domingos Pereira continuou o seu discurso, e comunicou o facto de que o Ministro francês em Lisboa atribuiu a culpa a Portugal por não ter se chegado a um acordo entre as duas nações. Pereira concordou com o representante de França, tendo alegado que o governo português não estava disposto a pagar taxas “onerosas” para a comercialização dos produtos nacionais em solo francês ao passo que seriam aplicadas “taxas de favor” para os produtos franceses. Como um reflexo destes desentendimentos e subsequente estagnação das negociações, decidiu-se alterar o local das mesmas de Lisboa para Paris em prol da agilização da conclusão de tal situação<sup>356</sup>.

Passados aproximadamente seis meses desde tal pronunciamento, o governo de Álvaro de Castro e o seguinte (chefiado por Alfredo Rodrigues Gaspar<sup>357</sup>) sucumbiram à instabilidade característica da Primeira República Portuguesa<sup>358</sup>. Desta forma, o novo Presidente do Ministério, Ministro interino da Marinha e do Interior José Domingues dos Santos<sup>359</sup> apresentou seu novo governo ao Senado após a sua posse no final do mês de novembro de 1924. Dentre os temas do discurso constava uma maior implementação dos recursos à disposição do que foi chamado de “comércio útil”, pensando-se principalmente na exportação, para assim trabalhar-se na conclusão do Tratado de Comércio com a França, bem como na regulação das relações comerciais com a Alemanha para a fixação de um novo acordo comercial<sup>360</sup>.

---

<sup>355</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 02, nº 056, 09/05/1924, pp. 25-26. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>356</sup> Idem, p. 26. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>357</sup> Alfredo Rodrigues Gaspar (1865-1938) foi filiado ao Partido Democrático, sendo responsável pela pasta das Colónias em duas ocasiões (29 de junho de 1919 a 2 de janeiro de 1920, 6 a 17 de novembro de 1922) e pela pasta da Marinha de forma interina, entre 19 de junho e 6 de julho de 1919. (NAVARRO, Bruno J., “Gaspar, Alfredo Rodrigues” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II – F-M, p. 137.)

<sup>358</sup> RAMOS, Rui, “O Mito da Política Nacional” in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. 6, Editorial Estampa, s.l., s.d., p. 627.

<sup>359</sup> José Domingues dos Santos (1887-1958) dizia ser anarquista, no entanto, aderiu ao PRP em 1916. Foi eleito deputado pela primeira vez em maio 1919, sendo reeleito em eleições seguintes (pelo PRP em 1921 e 1922, pela Esquerda Democrática em 1925). Desempenhou funções ministeriais nas pastas do Trabalho, Comércio, Justiça, Interior e Marinha, também sendo Presidente do Ministério. Fora um dos fundadores do diário *A Tribuna*, que unia as esquerdas dos blocos democrático, popular, independente e socialista. (QUEIRÓS, António José, “Santos, José Domingues dos” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III – N-Z, pp. 736-737.)

<sup>360</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 03, nº 003, 09/12/1924, p. 8. Orador: José Domingues dos Santos

A alteração do local em que ocorriam as negociações não surtiu o efeito esperado, já que não foi comunicado nenhum avanço significativo nas negociações passados 6 meses desde a mudança. No entanto, o senador Herculano Galhardo<sup>361</sup> demonstrou confiança no processo de negociação por meio de um comentário sobre o pronunciamento de Domingues dos Santos, aonde afirmou que “tudo está bem preparado em França para se realizar uma convenção”, em conjunto das preparações para convenções com países como Brasil e Alemanha. Sobre esta última, afirmou que a mesma “constitui um valor económico mundial, e com êle é, portanto, indispensável contar”<sup>362</sup>. Assim, percebe-se a alteração de um discurso de recusa à negociação com a República de Weimar e pressão para pagar as indemnizações estipuladas, seguindo o lema de “a Alemanha pagará”. Nesta ocasião, observa-se uma tentativa de reaproximação com o país germânico, comportamento este que seguia com a política então seguida pelas principais potências aliadas como Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, num cenário internacional influenciado pelo Plano Dawes, formulado no mesmo ano de 1924 e implementado de forma gradual. Este posicionamento é confirmado pelo estabelecimento de sucessivos acordos com o país germânico entre os anos de 1923 e 1926<sup>363</sup>.

No dia 4 de março de 1925, o senador Joaquim Crisóstomo demonstrou a sua insatisfação perante o facto de que Portugal se encontrava “isolado” das principais nações da Europa, além de que o *modus vivendi* com a França não havia sido concretizado, sendo partidário da opinião de que já era tarde para apressar as conversas negociais. O parlamentar afirmou ter conversado com seu colega Augusto de Vasconcelos<sup>364</sup>, este que havia retornado de França após ter versado com o Ministro do Comércio francês (Eugène

---

<sup>361</sup> Formado em engenharia militar no ano de 1892, Herculano Jorge Galhardo (1869-1944) integrou o Ministério da Marinha e Ultramar em 1900 e o Ministério da Guerra em 1902. Integrou o Ministério do Fomento em 1910, após a implementação da República. Fora parte do Partido Unionista e titular da pasta das Finanças durante o governo de Pimenta de Castro a partir de 25 de janeiro de 1915. No entanto, a sua discordância com o carácter ditatorial do governo causou o abandono da sua posição em março do mesmo ano. Em maio, deixou o partido unionista e se juntou ao Partido Democrático, sendo líder do Senado em 1920. Fora delegado em diversas conferências interparlamentares do comércio. (TAVARES, João, “Galhardo, Herculano Jorge” in ROLLO (coord.) et al., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II – F-M, pp. 133-134.)

<sup>362</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 03, n° 005, sessão de 11 e 12/12/1924, p. 7. Orador: Herculano Galhardo

<sup>363</sup> IDI/MNE: S1/E29/P1/84692

<sup>364</sup> Da pouca informação que há sobre António Augusto Pereira Teixeira de Vasconcelos, sabe-se que foi eleito deputado em 1918 pelo Partido Nacional Republicano. (“Vasconcelos, António Augusto Pereira Teixeira de” in MARQUES (coord.) et al., *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, p. 432.

Raynaldy<sup>365</sup>?) dentre outras entidades governamentais, que por sua vez teriam afirmado que “(...) o *modus vivendi* era fácil de conseguir”. Contudo, afirmou que o acordo provavelmente não seria firmado no ano de 1925, e por fim, o senador fez cobranças ao governo para que a situação fosse resolvida rapidamente<sup>366</sup>.

Ironicamente, o *modus vivendi* foi oficializado neste mesmo dia após muita antecipação e longos anos de espera, constando no documento que os vinhos portugueses não licorosos seriam beneficiados com a taxa mínima de acordo com as possibilidades de importação do mercado francês, este que levava em conta a “importância da colheita francesa” de cada ano<sup>367</sup>. Desta forma, foi fixada à França a importação anual de cerca de 150.000 hectolitros de vinhos comuns portugueses para uma colheita igual ou superior a 60.000.000 de hectolitros, de modo que tal volume a ser importado estava sujeito a alterações caso a colheita anual fosse inferior à quantidade estabelecida, mediante a tabela presente no documento. Tal tabela estabelece que o volume de vinho português a ser importado pela França seria tendencialmente maior caso a colheita do ano somasse um volume inferior aos 60 milhões de hectolitros estabelecidos no acordo. Os vinhos portugueses seriam submetidos aos mesmos impostos interiores e taxas aplicadas aos vinhos franceses. Foi estabelecido que ambas as partes do acordo se comprometiam a combater a concorrência desleal nas transações comerciais entre ambos, e desta forma se comprometiam a combater as falsificações e falsas denominações geográficas dos produtos em questão, de forma a aplicar as medidas cabíveis nesta situação, a título de exemplo a apreensão do material em delito e sancionamento adequado em relação à importação e exportação<sup>368</sup>.

No dia seguinte da publicação do documento, discutiu-se na Câmara sobre o mesmo e outros assuntos relacionados. Falou-se da aplicação de taxa mínima de exportação para a França, especificamente sobre a exclusão dos vinhos licorosos desta

---

<sup>365</sup> Nascido com o nome Jean-Jacques Raynaldy (1869-1938), Eugène foi um parlamentar e ministro francês durante a Terceira República Francesa, tendo ocupado cargos na Câmara (1919 a 1928), Senado (1930-1938) e as pastas da Justiça (26 de novembro de 1933 a 27 de janeiro de 1934) e Comércio e da Indústria (14 de junho de 1924 a 17 de abril de 1925). Foi eleito deputado pelas listas da união republicana de esquerda (*l'union républicaine de gauche*) e pelo grupo da esquerda republicana democrática (*groupe de la gauche républicaine démocratique*). Foi eleito vice-presidente da Câmara em 1924, e posteriormente nomeado Ministro do Comércio e da Indústria. (“Eugène, Jean-Jacques Raynaldy”, *Assemblée nationale*, [https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num\\_dept%29/6633](https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/6633))

<sup>366</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 03, nº 020, 04/03/1925, pp. 10-11. Orador: Joaquim Crisóstomo

<sup>367</sup> Diário de Governo nº236/1932, Série I de 1932-10-8, p. 2007. Disponível online: <https://files.dre.pt/1s/1932/10/23600/20052009.pdf>

<sup>368</sup> Idem, pp. 2007-2008.

bonificação, já que o acordo comercial permitia apenas a bonificação dos vinhos portugueses não licorosos pela taxa mínima, facto que foi defendido pelo deputado Nuno Simões<sup>369</sup>. Foi verbalizada uma insatisfação relativa à tributação dos produtos engarrafados portugueses, tendo o deputado Dinis da Fonseca<sup>370</sup> afirmado que esta não era a melhor ocasião para se lançar impostos sobre o principal produto da exportação portuguesa, impostos estes que poderiam potencialmente diminuir o lucro resultante das exportações<sup>371</sup>.

Os termos do acordo suscitaram questionamentos por parte do deputado Nuno Simões, que fora inquirido pelo presidente da Comissão de Viticultura Duriense sobre a garantia da defesa dos interesses na região atestada no acordo. Assim, foi requisitada a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros para que, desta forma, lhe fossem explicados os termos do acordo, que por sua vez não estavam ao acesso do deputado. Simões continuou, de modo a ter citado a existência de um projeto de acordo na posse do delegado português enviado à França para agilizar as negociações. Os termos deste esboço defendiam com sucesso os interesses portugueses, de forma a incluir uma “exportação avultada de vinhos lisos e de vinhos do Pôrto e Madeira, não só sem limite de quantidade, mas com absoluta garantia de marcas”. Todavia, tal projeto fora modificado de modo que a versão final tenha cortado pela metade o volume de vinho a ser exportado, com a alteração do volume especulado em 300.000 hectolitros para 150.000, e com isso, o deputado pediu ao Ministro que explicasse à Câmara quais seriam as vantagens para Portugal, tendo em vista as vantagens consideráveis para a França. Por fim, Simões alegou a apresentação de um projeto de lei contra vinhos estrangeiros por parte de um deputado da Câmara francesa e representante dos viticultores franceses, o que por sua vez afetaria os vinhos do Porto e da Madeira, de forma a agravar os direitos de importação destes produtos em questão além de suprimir o livro de entradas e saídas, este que, segundo considerava o deputado, era a única garantia dos interesses da viticultura portuguesa<sup>372</sup>.

---

<sup>369</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 04, nº 039, 06/03/1925, p. 13. Orador: Nuno Simões

<sup>370</sup> Formado em Direito em Coimbra, Joaquim Dinis da Fonseca (1887-1958) era representante das hostes católicas, sendo eleito deputado em 1922 e 1925 pelo Círculo Católico. (“Fonseca, Joaquim Dinis da” in MARQUES (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, p. 217.)

<sup>371</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 04, nº 039, 06/03/1925, p. 14. Orador: Dinis da Fonseca

<sup>372</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 04, nº 46, 17/03/1925, pp. 4-6. Orador: Nuno Simões

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros Pedro Martins<sup>373</sup> respondeu ao deputado, justificando a preferência da bonificação da tarifa mínima apenas para os vinhos ditos “lisos” tendo em mente as vantagens de interesse nacional, e não apenas aquelas de cunho regional que acarretariam num benefício maior aos vinhos licorosos. Acrescentou que as vantagens conquistadas para os vinhos licorosos do Sul não prejudicariam os vinhos do Porto e da Madeira, para que assim diversas regiões viticultoras do país fossem beneficiadas pelo acordo, e não apenas o Douro e a Madeira. O conselho de comércio exterior analisou o acordo luso-francês e concluiu que não havia desvantagens para Portugal, de forma que foi preferida uma bonificação mais abrangente e inclusiva do que uma alternativa exclusiva para vinhos de regiões seletas. No tocante às marcas regionais, o Ministro afirmou o estabelecimento não só da proteção de marcas já existentes, bem como das futuras, e lembrou que o Douro não era a única região que seria beneficiada no acordo, devendo-se também ter em mente os produtos da região sul de Portugal. Sobre a medida citada por Simões em relação ao livro de entradas e saídas, Martins afirmou que o ministro português em França já havia encaminhado um protesto contra tal projeto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros francês<sup>374</sup>.

Infelizmente, após tais entradas nos Debates Parlamentares, não constam atualizações substanciais relativas a este assunto, tampouco sobre o *modus vivendi* com a França até o dia 28 de maio de 1926, quando ocorreu o Golpe de Estado que trouxe o fim da Primeira República Portuguesa.

## 2.6 A Importância da Participação Portuguesa em Conferências Internacionais para a Economia Portuguesa

Dentre alguns dos elementos mais importantes para a economia portuguesa no período em questão, não se pode deixar de falar das conferências internacionais em que Portugal se fez presente no decorrer dos anos em análise. Estes eventos reuniam

---

<sup>373</sup> Doutor em Direito em Coimbra (1901), Joaquim Pedro Martins (1875-1939) dedicou parte da sua vida à docência universitária, tendo lecionado em Coimbra (1901-1915) e Lisboa (1915-1939). Se filiou à ala Dissidente do Partido Progressista em 1905, para depois passar ao Partido Evolucionista antes de seguir carreira como independente. Ocupou o cargo de Ministro na Santa Sé entre 1919 e 1924, e após seu retorno a Portugal, ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros de 15 de fevereiro a 1 de julho de 1925. (“Martins, Joaquim Pedro” in MARQUES (coord.) et al., *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, p. 288.)

<sup>374</sup> Câmara dos Deputados, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 04, nº 46, 17/03/1925, pp. 7-8. Orador: Pedro Martins

representantes das principais potências europeias no mesmo ambiente, cujo objetivo era geralmente em torno do desenvolvimento de novas estratégias económicas a serem seguidas, que por sua vez permitiriam uma cooperação económica entre os países envolvidos. Isto se traduziria na unificação da legislação relativa ao comércio dos países participantes por meio de seus parlamentos, para uma eventual facilitação do comércio entre as nações envolvidas. De acordo com o cenário político-económico internacional da época de cada uma das convenções, poderia haver objetivos adicionais relativos a tais cenários, e um exemplo disto são as conferências ocorridas durante a Grande Guerra, como a II Conferência Interparlamentar do Comércio e a Conferência Económica dos Aliados, ambas ocorridas em 1916, cujos objetivos geralmente buscavam a asfixia do inimigo por meio das vias comercial e económica.

A já citada Conferência Económica dos Aliados, ocorrida entre os dias 14 e 17 de junho de 1916 em Paris, tinha como objetivo gerar uma resposta ao ideal da Tripla Aliança de domínio sobre a produção e os mercados mundiais, e desta forma desejava-se alcançar o estabelecimento de uma independência económica relativa às potências centrais, capaz de se estender aos países aliados e neutros. Para alcançar este objetivo, os representantes puseram “em prática a sua solidariedade de vistas e de interesses e de proporem aos seus respetivos Governos as medidas tendentes a torná-la efetiva”, desta forma foram tomadas não apenas múltiplas medidas e decisões de cunho cooperativo na esfera económica, como também providências ativas visando o enfraquecimento direto das potências centrais. A título de exemplo, foi estabelecida a uniformização das leis e regulamentos proibitivos a todos os tipos de comércio com indivíduos, sociedades e casas de comércio de qualquer nacionalidade pertencente às potências da Tripla Aliança<sup>375</sup>, ao passo da firmação de um comprometimento mútuo entre países aliados para garantir meios facilitadores para a reconstrução infraestrutural e económica das nações cujos cenários socioeconómicos fossem mais severos após o fim do conflito. Tal comprometimento incluía o recebimento do título de nação mais favorecida e outros estímulos, como uma declaração de reserva dos recursos naturais entre os países aliados no período de recuperação económica após o fim do conflito, com tais facilitadores e regalias sendo estritamente proibidas às consideradas “nações inimigas”<sup>376</sup>.

---

<sup>375</sup> Academia Internacional da Cultura Portuguesa, *Colecção de Tratados, Convenções e outros Actos Públicos Internacionais Relativos a Portugal*, Volume I: 1914-1916, Lisboa, 1969, pp. 297-299.

<sup>376</sup> Idem, *ibidem*, pp. 300-303.

Em adição a estes princípios, o comércio das potências inimigas estaria sujeito a condições específicas e regras minuciosas relativas às suas mercadorias, para desta forma evitar a agressão económica e a concorrência desleal pelas mesmas em prol da proteção do comércio, indústria, agricultura e a navegação das potências aliadas. Adicionalmente, haveria um esforço para impedir o desenvolvimento de certos tipos de indústrias ou profissões ligadas à defesa nacional ou independência económica do inimigo<sup>377</sup>, uma medida que seria reforçada três anos no futuro por meio do Tratado de Versalhes. O abandono de qualquer tipo de dependência das potências centrais era um dos objetivos mais importantes para os membros da Conferência, especificamente no que era relativo à matéria-prima e produtos industrializados, ação que enfraqueceria ainda mais as potências pertencentes à Tripla Aliança. Para tal, os aliados poderiam recorrer a empresas dirigidas ou fiscalizadas pelos seus respetivos governos, auxílios monetários que estimulassem a pesquisa científica e técnicas ao desenvolvimento industrial, para assim aumentar a produção em larga escala “no conjunto dos seus territórios, de modo a habilitarem-se a manter e desenvolver a sua situação e a sua independência económica, com relação às potências inimigas<sup>378</sup>.

O incentivo às trocas entre produtos aliados seria feito por meio do estabelecimento de transportes diretos pelos meios terrestres e marítimos, com tarifas reduzidas e com o aprimoramento dos meios de comunicação para assim promover as ditas trocas<sup>379</sup>. Por fim, as potências aliadas concordaram em adotar uma mesma política económica nas condições assim definidas, e recomendaram aos seus governos que executem tais medidas temporárias ou permanentes sem demora alguma. Desta forma estava traçado o plano de recuperação económica das nações aliadas e, concomitantemente, o plano de enfraquecimento gradual das potências centrais.

Tal objetivo pode ser visto no discurso de Painlevé na II Conferência Interparlamentar do Comércio, em que se comentava sobre um sistema que facilitaria a comunicação entre produtores e clientes, de forma a permitir a cooperação destes produtores com entidades responsáveis pelo suprimento da matéria-prima necessária para a produção do produto em questão<sup>380</sup>. Esta medida seria o suficiente para criar uma verdadeira rede de apoio e suporte não apenas entre produtores e clientes, mas também

---

<sup>377</sup> Idem, *ibidem*, p. 304.

<sup>378</sup> Idem, *ibidem*, p. 305

<sup>379</sup> Idem, *ibidem*, p. 306.

<sup>380</sup> IDI/MNE: S2.1, E16, P6, 15171.

entre produtores de diferentes países, assim facilitando as dinâmicas comerciais entre as potências aliadas e dificultando a manutenção do comércio das potências centrais.

As vantagens na participação desta Conferência foram defendidas por parlamentares portugueses perante comentários críticos em relação à mesma, o que pode ser visto no comentário do senador Augusto de Vasconcelos ao discorrer sobre um tópico comentado na edição de 1923, em que a delegação francesa teria sugerido o uso de impostos para a regulação das economias de todos os Estados presentes, de modo a abandonar o uso de políticas de empréstimos e inflação, além da regulação das dívidas entre os mesmos. Perante tal sugestão, o presidente da delegação portuguesa teria respondido a esta sugestão ao afirmar que os países que tinham as suas moedas desvalorizadas -este que configurava o caso de Portugal- não seriam capazes de aderir a estes termos, e desta forma os termos foram atenuados para que os empréstimos e a inflação fossem renunciados o quanto antes, sem o estabelecimento de uma data-limite para que tal medida fosse tomada<sup>381</sup>.

Vasconcelos continuou com suas deliberações, tendo vocalizado a sua oposição à sugestão da delegação francesa, com a alegação que tais estados cujas moedas se encontravam desvalorizadas precisavam de empréstimos para conseguirem solucionar seus respectivos quadros económicos. Com tal comentário, foram conquistadas alterações nos acordos que tomariam ciência da situação particular de Portugal, de forma a propiciar a possibilidade de concessão de créditos internacionais para Estados em situação similar, desde que tais créditos estivessem “devidamente cobertos por garantias efetivas” para reconstituir a economia destes Estados<sup>382</sup>. Ainda na Conferência, foi proposta uma ação sobre as chamadas “guerras económicas” que alguns Estados poderiam realizar contra o comércio de outras nações por meio de desvalorizações da moeda, o que permitiria o pagamento dos produtos de exportação a um câmbio sempre menor do que os importados. Tal estratégia era utilizada pela França nesta mesma altura<sup>383</sup>, sabendo-se que os presentes repudiavam e reprimiam a concorrência desleal e qualquer entrave à circulação de mercadorias que um Estado poderia aplicar a outro. Por fim, o senador comentou sobre o “conflito” travado com a França para a renovação do *modus vivendi* que vigorava até

---

<sup>381</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa nº 01, nº 069, 31/07/1923, p. 4. Orador: Augusto de Vasconcelos

<sup>382</sup> Idem, p. 5. Orador: Augusto de Vasconcelos

<sup>383</sup> Pierre Guillen, “La politique douanière de la France dans les années vingt”, *Rélations Internationales*, nº. 16 (Hiver 1978), p. 320.

então, tendo alegado que a França aplicava a Portugal um tratamento que os seus próprios delegados na Conferência repudiavam, se referindo neste caso à diminuição intencional do valor do franco<sup>384</sup>.

Por sua vez, o senador Querubim Magalhães discordava da opinião de Vasconcelos, dizendo que estas conferências não surtiam grandes efeitos para Portugal, constatando que não se seguia aquilo que era estabelecido nas conferências, alegando que se gastava muito para haver pouco retorno. Não apenas criticou as conferências, como também condenou a posição francesa ao dizer que a mesma teria adotado uma “solidariedade económica” nas conferências, porém, não utilizava da mesma com Portugal<sup>385</sup>. Novamente, Vasconcelos se pronunciou a favor da presença de Portugal nestas conferências, com a afirmação de que os resultados vindos das mesmas seriam graduais e não imediatos, mesmo com um resultado imediato nesta conferência em específico, com base na ação francesa que se tornaria nociva a Portugal, e graças à intervenção da delegação portuguesa, isto foi evitado<sup>386</sup>.

O assunto tornou a ser comentado em 1924, pouco menos de um ano após tal debate. Nesta ocasião, perante uma crítica negativa relativa à conferência por parte do senador Ribeiro de Melo<sup>387</sup> na sessão em questão, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Domingos Pereira defendeu a manutenção da delegação portuguesa na Conferência Interparlamentar do Comércio, tendo sustentado tal afirmação com o argumento de que, graças à conferência, foi possível citar um voto emitido durante a mesma como um argumento em defesa dos interesses portugueses nas negociações (não comenta sobre que argumento em específico foi utilizado). Também disse ter encontrado um membro francês da conferência cujo *status* era de “figura de destaque com responsabilidades políticas”, que por sua vez teria afirmado que o governo português

---

<sup>384</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 01, n° 069, 31/07/1923, pp. 5-6. Orador: Augusto de Vasconcelos

<sup>385</sup> Idem, p. 8. Orador: Querubim Magalhães

<sup>386</sup> Idem, p. 9. Orador: Augusto de Vasconcelos

<sup>387</sup> José Augusto Ribeiro de Melo (1885-?) foi eleito senador nas legislaturas de 1922 e 1925, pelas listas do Partido Democrático. Fora chefe de gabinete de diversos ministros, como José Relvas na pasta das Finanças, António da Fonseca na pasta do Comércio e Manuel Maria Coelho na pasta do Interior. (“Melo, José Augusto Ribeiro de” in MARQUES (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, pp. 298-299.)

tinha razão em relação ao posicionamento tomado, apoiando assim a posição portuguesa e defendendo que o governo francês deveria fazer o mesmo<sup>388</sup>.

Em novembro do mesmo ano, comentou-se novamente sobre as conferências internacionais que Portugal fazia parte, lembrando-se da importância da participação na Conferência Interparlamentar do Comércio, que tornava possível a comunicação direta com os representantes oficiais dos países participantes ao invés de recorrer ao contacto com os gabinetes das chancelarias<sup>389</sup>, com tal ação sendo responsável pela facilitação do contacto entre os representantes dos governos. Após tal argumento a favor da manutenção de Portugal nestas conferências, o senador Augusto de Vasconcelos afirmou que a participação portuguesa em tais conferências permitiu a construção de uma relação de amizade e parceria com o senador francês Charles Chaumet<sup>390</sup>, que por sua vez se tornou uma espécie de porta-voz e defensor dos interesses portugueses no senado francês, especificamente para aquilo que era relativo às negociações do *modus vivendi* com a França<sup>391</sup>.

Desta forma, excetuando-se os poucos e ocasionais comentários de congressistas contrários à manutenção da presença portuguesa nas conferências internacionais, pode-se dizer que estas foram de grande importância para que a economia portuguesa não fosse prejudicada perante as decisões tomadas pelos representantes dos outros países. As Conferências Interparlamentares do Comércio tiveram particular importância se comparadas com outras, já que, como dito anteriormente, os representantes dos países participantes eram postos no mesmo recinto para debaterem possibilidades de cooperação e soluções para problemas de natureza económica, o que contribuiu para uma maior rapidez no solucionamento dos problemas existentes e situações apresentadas.

---

<sup>388</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 065, 02/06/1924, p. 10. Orador: Domingos Leite Pereira

<sup>389</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 100, 04/11/1924, p. 15. Orador: Herculano Galhardo

<sup>390</sup> Charles Chaumet (1866-1932) foi um político francês, tendo desempenhado os cargos de deputado, senador, Ministro do Comércio e da Indústria e também da Marinha. Foi deputado entre os anos de 1902 e 1919 pelas legendas da União democrática (*Union démocratique*), Esquerda democrática (*Gauche démocratique*) e Republicanos de esquerda (*Républicains de gauche*). Foi senador de 1923 a 1932 pela União democrática e radical (*L'Union démocratique et radicale*). ("Charles, Jean, Charles Chaumet", Assemblée nationale, [https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num\\_dept%29/1716](https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/1716))

<sup>391</sup> Senado da República, VI Legislatura, Sessão Legislativa n° 02, n° 100, 04/11/1924, pp. 15-16. Orador: Augusto de Vasconcelos



## Conclusão

De forma a sintetizar os principais tópicos deste estudo, a rivalidade franco-alemã -tema responsável por pautar grande parte da política internacional europeia da década de 1920- teve a sua consolidação com a formação do Império Alemão em 1871. A forma em que foi finalizada a guerra franco-prussiana com a assinatura dos acordos de paz em Versalhes, a captura do Imperador Napoleão III, o subsequente fim do seu Império, a ocupação da totalidade da Alsácia e parte da Lorena, além da humilhação sofrida pela França nos anos seguintes por meio de uma ocupação militar alemã do país enquanto não era paga a indemnização de guerra, foram fatores de consolidação e fortalecimento desta questão. Para evitar uma resposta a este tratamento, Bismarck usou uma miríade de medidas para limitar a recuperação francesa e moderar a sua potencial resposta.

O Chanceler alemão implementou uma política de isolamento diplomático da França, de forma a evitar o seu relacionamento com outras potências europeias. Para tal, buscou um entendimento com a Rússia e a Áustria não apenas baseado no conservadorismo político destas nações, como também na impossibilidade de concretização de uma aliança entre um dos dois países com os franceses, assim sendo formada a Liga dos Três Imperadores<sup>392</sup> em 1873. Esta iniciativa não obteve o sucesso desejado pelo chefe de governo alemão, visto que os membros restantes da coligação tinham um conflito de interesses entre si, especificamente na região dos Balcãs, o que eventualmente levou a múltiplas desavenças e crises, resultando no falhanço da coalizão entre os três Impérios, de forma que Bismarck teve de se contentar com acordos em separado com ambas e ao favorecimento das relações com o aliado austro-húngaro em detrimento do russo. A Tripla Aliança foi a materialização desta cooperação, tendo-se adicionado a Itália para compensar a falta do aliado czarista.

O apoio ao Colonialismo francês também não foi capaz de desvirtuar a França da sua perseguição da *revanche*, tendo em conta a queda do governo de ambições colonialistas de Jules Ferry e o posterior governo cuja figura de destaque era Georges Boulanger. Pode-se dizer que o movimento revanchista de proporções nacionais encabeçado pelo General foi talvez o principal perigo direcionado ao Império Alemão vindo de França desde o encerramento dos conflitos entre as duas nações em 1871, fruto

---

<sup>392</sup> PINTO, Jaime Nogueira, *Hegemonia – 7 Duelos pelo Poder Global*, 1ª Edição, Planeta de Livros, Lisboa, 2021, p. 186.

de um culto à personalidade de um militar carismático capaz de direcionar o sentimento de revolta adormecido de parte da população contra o responsável pela maior humilhação da história recente francesa. No entanto, para o alívio de Bismarck, o Boulangismo teve o seu fim baseado em discordâncias internas entre os apoiantes do movimento, que perderam a confiança no seu líder após o não-aproveitamento de uma oportunidade para tomar o poder à força.

Com o declínio do Sistema Bismarckiano a partir de meados da década de 1880 e a predileção do aliado austríaco ao aliado russo por parte do Chanceler alemão, o isolamento internacional francês foi paulatinamente sendo rompido ao passo que a manutenção de Bismarck em seu cargo se tornava cada vez mais ameaçada. A impossibilidade existencial de duas figuras centrais, com o ímpeto para liderar o Império Alemão com base em fundamentos completamente distintos nas suas políticas nacional e internacional, resultou no triunfo do *Kaiser* Guilherme II após a demissão de Bismarck no ano de 1890. A seguir à transição da *Realpolitik*, voltada para a Europa, para a mais ambiciosa *Weltpolitik*, foi escancarado o abismo das relações russo-germânicas e abandonada a condução do isolamento internacional francês, o que apenas acelerou a aproximação do Império Russo com a França. Desta forma, a nação antes isolada foi capaz de se desvencilhar da posição de fragilidade que se encontrava anteriormente.

Os novos rumos da política mundial alemã levaram ao surgimento de novos oponentes, com especial destaque para a Grã-Bretanha. A criação de uma nova marinha de guerra modernizada e ampliada foi enxergada pelos britânicos como uma ameaça existencial ao seu Império e à própria subsistência da metrópole, ao passo que a potência insular era considerada pela liderança alemã um obstáculo para o cumprimento do seu objetivo de se tornar a principal potência mundial. Viu-se que a veia diplomática não seria suficiente para a solução do problema com a Alemanha, restando aos ingleses apenas o abandono da sua política de “isolamento esplêndido” para encontrar soluções relativas às suas pendências com a França. Abandonadas as diferenças e disputas com os franceses, foram estabelecidos acordos de cooperação entre as duas nações no ano de 1904, no que ficou conhecido como *Entente cordiale*. As Crises Marroquinas de 1905 e 1911 foram tentativas frustradas por parte da Alemanha em enfraquecer o recém-estabelecido diálogo entre as potências em questão, tendo-se atingido o efeito contrário, isto é, a Grã-Bretanha se aproximou do Império Russo e fortaleceu seus laços com o recente aliado francês,

estabelecendo um eixo Londres-Paris-Moscovo e pavimentando o caminho para a formação da Tríplice Entente.

Na década de 1910, já era perceptível o estabelecimento da política de alianças, dotada de acordos secretos com cláusulas automáticas ativadas com a mobilização de tropas das potências rivais. Configurava-se assim um perigoso cenário de possível conflito entre ambos os blocos existentes, cuja fagulha oriunda das sempre presentes disputas no sudeste europeu serviu como motivação necessária para a deflagração de um conflito de proporções nunca antes vistas.

Passados 4 anos de combate, foram elaborados os termos para o estabelecimento da Paz por meio do Tratado de Versalhes. Este documento foi a materialização do revanchismo francês, tendo imposto à Alemanha a resposta para pouco mais de quatro décadas de sucessivas humilhações. As duras condições para os alemães foram o resultado de uma guerra que esteve no imaginário das duas nações durante este período de desenvolvimento e amadurecimento da sua rivalidade. O vexame sentido pelos franceses entre a Guerra Franco-Prussiana e a Grande Guerra endossou a severidade dos termos de Paz, tendo a Alemanha pago por todo o conflito, e, na visão francesa, por ter originado o antagonismo inicial que levou ao estabelecimento das principais alianças europeias. E estas, por sua vez, foram responsáveis pela generalização de um conflito local entre a Áustria-Hungria e a Sérvia.

Nos anos seguintes, o governo francês do *Bloc National* foi implacável na aplicação da Paz de Versalhes com a nação derrotada, tendo liderado uma ocupação militar em seu território como forma de garantir a entrega dos géneros em atraso à França e sendo responsável em parte pela situação financeira catastrófica na República de Weimar entre os anos de 1922 e 1924.

Perante este cenário, qual foi o posicionamento português? Se manteve de acordo com o ponto de vista do seu aliado francês?

A resposta não é simples. No âmbito político, demonstrou grande apoio à França. Isto é evidente nas frequentes declarações nas casas do Parlamento e nos atos governamentais em defesa da sua aliada. Nisto se incluem elogios e enaltecimentos a seus governos, governantes, políticos, pensadores e ideais. No entanto, o mesmo não pode ser dito no aspeto económico.

Em 1917, a França anunciou a denúncia de todos os acordos comerciais vigentes com outras nações, de forma a incluir aquele firmado com Portugal anos antes, que já se mostrava ser discrepante. Em 1919, foram suspensas as importações de vinhos portugueses após a limitação na importação de artigos de luxo franceses feita pelo governo português. Deste ano até o fim da I República em 1926, não foi estabelecido nenhum acordo comercial definitivo entre os dois países, apenas entendimentos temporários cujas negociações foram complexas, delicadas e por vezes demoradas. Com todos estes fatores negativos elencados, os resultados dos dois acordos formalizados neste período não foram de todo bem recebidos em Portugal, especialmente em relação ao primeiro. Nele, era evidente a desproporcionalidade entre o volume de vinho a ser importado pela França considerado relativamente baixo pelos parlamentares *versus* a admissão no país de uma quantidade desconhecida de produtos franceses retidos nos entrepostos aduaneiros, sendo motivo de grande insatisfação e críticas por parte dos políticos portugueses.

Portugal se encontrava numa situação de instabilidade política e económica, necessitando de soluções para seus múltiplos problemas. Se a negociação de um acordo vantajoso com a sua aliada progredia de forma vagarosa e não aparentava ser o suficiente para sanar suas adversidades, seriam exploradas opções variadas. Diante do protecionismo francês decretado por leis que proibiam as importações ou impunham taxas máximas<sup>393</sup>, debateram-se planos para a realização de acordos com a nação rival de França, isto é, a Alemanha. A idealização de projetos de acordos com a mesma obedeceram ao ideal voltado para o pagamento das indemnizações de guerra em género ou espécie, porém, se mostrava ser uma aproximação diferente daquela inicialmente adotada pelos franceses, que por sua vez defendiam a imposição da Paz de Versalhes e não admitiam qualquer tipo de diálogo com a República de Weimar. A opção escolhida pelo governo português era semelhante ao posicionamento inglês e ao restante da política europeia pós-Tratados de Locarno. Eventualmente, o governo francês iniciou uma nova política de apaziguamento com a Alemanha e deixou de se opor ao ideal de negociar com a mesma. No entanto, este ideal já era debatido no Parlamento português anos antes de ser empregue pela administração de Aristide Briand.

---

<sup>393</sup> Guillen, “La politique douanière de la France dans les années vingt”, p. 316.

Sem dúvidas, a França era uma das principais aliadas de Portugal e um verdadeiro exemplo que se escolheu seguir, contudo, não era isenta de críticas. Atenha-se à dificuldade no estabelecimento de um novo *modus vivendi* após o entendimento mal recebido em 1920 e a crítica feita por Domingos Leite Pereira em relação ao comportamento francês na Comissão de Reparações por não ter dado a merecida importância aos interesses das demais potências.

A mesma nação que Paul Deschanel confiou o auxílio ao aliado português em tempos de Paz foi corresponsável pela elaboração do acordo comercial extremamente díspar nas suas concessões, este que fora publicado apenas meses após tal afirmação do presidente francês em 1920. Ainda que a desproporcionalidade do acordo fosse criticada constantemente pelos congressistas portugueses, o mesmo se manteve em uso e foi constantemente renovado durante anos. A estagnação nas negociações gerou prejuízo para a economia portuguesa, com um dos principais produtos nacionais sendo vitimado pela diminuição significativa do seu comércio.

O segundo *modus vivendi* acordado neste período foi cercado por menos controvérsias se comparado com seu antecessor, tendo-se fixado um volume de vinho consideravelmente maior. Certos congressistas mostraram a sua insatisfação em relação aos tipos de vinhos abrangidos pela tarifa mínima, no entanto, esta aparenta ter sido a principal crítica em relação ao novo entendimento.

Assim, entende-se que as relações políticas se mantiveram de acordo com o discurso francês. No entanto, à medida que as negociações para um novo convênio comercial com a França -uma das principais nações parceiras do país- se mostravam cada vez mais lentas, revelou-se uma priorização para a solução dos problemas nacionais de ordem económica por diferentes maneiras. A dependência do mercado francês foi extremamente prejudicial para a fonte de renda vinda da exportação vinícola portuguesa, e para estimular a entrada de géneros no país e também de moeda estrangeira, não poderia parecer estranho o comércio ou o estabelecimento de tratados comerciais com a Alemanha, que não deixava de ser uma potência europeia.

Tanto a França quanto Portugal necessitavam de estimular a recuperação das suas respectivas economias, o que levou ao emprego de táticas que visavam suas prosperidades individuais. O governo francês buscou a criação de um ambiente favorável para o crescimento da produção doméstica, enquanto o seu equivalente português, subitamente

sem o mesmo apoio da sua parceira, encontrou uma solução na negociação de um acordo com a rival francesa, que por sua vez não se mostrava oposta a uma parceria. Desta forma, a recuperação nacional portuguesa se mostrou mais importante do que a manutenção do mesmo discurso e posicionamento da sua principal aliada que, eventualmente, adotou um posicionamento de reconciliação com a República de Weimar, similar ao padrão que estava sendo seguido pelas maiores potências europeias após 1925.



## Fontes e Bibliografia

### Fontes

Acervo do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Debates Parlamentares. Disponível Online: <https://debates.parlamento.pt>

Lei N° 891, de 22 de Setembro de 1919. Disponível online: [https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/rc\\_891.pdf](https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/rc_891.pdf)

Diário da República, *Diário do Governo* n° 67/1921, Série I de 2 de abril de 1921. Disponível online: <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1921/04/06700.pdf>

Diário da República, *Diário do Governo* n° 262/1922, Série I de 1922-12-18. Disponível online: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1922/12/26200/14861486.pdf>

Diário da República, *Diário de Governo* n°236/1932, Série I de 1932-10-8. Disponível online: <https://files.dre.pt/1s/1932/10/23600/20052009.pdf>

Journal Officiel de la République Française, 7 Juillet 1922. Disponível online: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2026370g/f7.item>

### Bibliografia

Academia Internacional da Cultura Portuguesa, *Colecção de Tratados, Convenções e outros Actos Públicos Internacionais Relativos a Portugal*, Volume I: 1914-1916, Lisboa, 1969.

BELLON, Christophe, *Aristide Briand*, Paris, CNRS, 2016.

BERSTEIN, Serge (dir.), *Ils Ont Fait la Paix. Le Traité de Versailles vu de France et d'ailleurs*, Paris, Les Arènes, 2018.

CASTRIES, Duc de, *Histoire de France, des origines à 1970*, Éditions Robert Laffont, Paris, 1971.

“Charles, Jean, Charles Chaumet”, Assemblée nationale, [https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num\\_dept%29/1716](https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/1716)

CLARK, Christopher, *The Sleepwalkers. How Europe Went to War in 1914*, Penguin Books, 2012.

CLARK, Christopher, *The Iron Kingdom: The rise and downfall of Prussia*, Penguin Books, 2007.

CRAIG, Gordon A., *Germany: 1866-1945*, Oxford University Press, Oxford, 1989.

Derou, Jean. *Les relations franco-portugaises*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1987. <https://doi.org/10.4000/books.pSORBONNE.51853>.

DUBY, Georges (dir.), *Histoire de la France*, vol. III, Librairie Larousse, Paris, 1995.

“Eugène, Jean-Jacques Raynaldy”, Assemblée nationale, [https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num\\_dept%29/6633](https://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/6633)

FLENLEY, Ralph, *Modern German History*, J. M. Dent & Sons, Londres, 1964.

Guillen, Pierre. “La Politique Douanière de La France Dans Les Années Vingt.” *Relations Internationales*, no. 16 (1978): 315–31. <http://www.jstor.org/stable/45342258>.

MACMILLAN, Margaret, *Paris 1919: Six Months that Changed the World*, John Murray, 2019.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) *et al.*, *Parlamentares e Ministros da Primeira República (1910-1926)*, Assembleia da República/Edições Afrontamento, Lisboa, 2000.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. 6, Editorial Estampa, s.l., s.d.

MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Edições 70, Lisboa, 2007.

NOVAIS, Noémia Malva, *A Diplomacia e a Guerra: 1914-1918*, Minerva, 2006.

NUNES, Teresa. "Portugal entre a velha e a nova Europa. As percepções de Francisco António Correia sobre o pós-Grande Guerra". *Revista do Centro de Estudos e Promoção da Investigação História e Social Trás-os-Montes e Alto Douro* 9 (2019): 157-180.

PINTO, Jaime Nogueira, *Hegemonia – 7 Duelos pelo Poder Global*, 1ª Edição, Planeta de Livros, Lisboa, 2021.

PIRES, Ana Paula, António Paulo Duarte e Teresa Nunes (coords.) *et al*, *IDN Cadernos n.º34 - Despojos de Guerra: As Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial* (outubro 2019).

[https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idncadernos/Documents/Texto%20integral/idncadernos\\_34.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idncadernos/Documents/Texto%20integral/idncadernos_34.pdf)

ROLLO, Maria Fernanda (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I – A-E, Assembleia da República, Lisboa, 2013.

ROLLO, Maria Fernanda (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II – F-M, Assembleia da República, Lisboa, 2014.

ROLLO, Maria Fernanda (coord.) *et al.*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume III – N-Z, Assembleia da República, Lisboa, 2014.

TRAVERSO, Enzo, *À Feu et à Sang. De la guerre civile européenne 1914-1945*, Paris, Stock, 2007.

*The New Encyclopaedia Britannica*, 15ª Edição.

WINOCK, Michel, *Clemenceau*, Paris, Tempus/Perrin, 2011.

WINOCK, Michel, *La Fièvre Hexagonale: Les Grandes Crises Politiques (1871-1968)*, Paris, Points, 2009.